



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN



Além da Empena Cega

A experiência estética da cidade como subversão
do olhar capitalista sobre Águas Claras - DF

Vinícius de Noronha Miranda Vinhal

Brasília-DF, dezembro de 2024

VINÍCIUS DE NORONHA MIRANDA VINHAL

ALÉM DA EMPENA CEGA:

a experiência estética da cidade como subversão do olhar capitalista sobre Águas Claras - DF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design do Instituto de Artes da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção da titulação de Mestre em Design.

Defesa em 12/12/2024

Banca examinadora:

Profa. Dra. Fátima Aparecida dos Santos - PPG-Design UnB (Orientadora)

Profa. Dra. Célia Kinuko Matsunaga Higawa - PPG-Design e FAC/UnB

Prof. Dr. Fábio Sadao Nakagawa - Examinador Externo (FACOM/UFBA)

Profa. Dra. Marisa Cobbe Maass - Suplente (PPG-Design UnB)

Brasília - DF

Dezembro/2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN

Além da Empena Cega:

*a experiência estética da cidade como subversão
do olhar capitalista sobre Águas Claras - DF*

Vinícius de Noronha Miranda Vinhal

*Trabalho apresentado ao Programa de Pós -
Graduação em Design do Instituto de Artes da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção da titulação de Mestre
em Design*

*Orientadora: Profa. Dra. Fátima Aparecida
dos Santos*

*Área de concentração: Design, Tecnologia e
Sociedade*

*Linha de pesquisa: Design, Espaço e
Mediações*

Brasília-DF

Dezembro/2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Noronha Miranda Vinhal, Vinicius
dv784a Além da Empena Cega: a experiência estética da cidade
como subversão do olhar capitalista sobre Águas Claras - DF
/ Vinicius de Noronha Miranda Vinhal; orientador Fátima
Aparecida dos Santos. -- Brasília, 2024.
177 p.

Dissertação (Mestrado em Design) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. Águas Claras. 2. Caminhar. 3. Semiótica. 4.
Capitalismo. 5. Espaço urbano. I. Aparecida dos Santos,
Fátima, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Angela e Geancarlo, pelo suporte e pelo incentivo desde os tempos de escola. Sem vocês eu jamais teria sido capaz de concluir mais esta etapa, tampouco me dedicaria tanto ao desenho, aos quadrinhos e à pesquisa, assim como a todos os temas que adoro.

À Manu, minha irmã, por nossa amizade e pela paciência de ouvir todas as minhas ideias estapafúrdias. Se este trabalho existe, é também para servir de incentivo a você. Há sempre novas possibilidades pela frente; elas estão porta afora.

À Alice, minha companheira, pelo apoio e por tudo o que construímos durante toda a escrita deste trabalho. Sem seu amor estas páginas não teriam a prosa que tem, muito menos a paixão que se encontra em cada parágrafo de seu texto.

A Lucas e Sandra, meus grandes amigos, pelas conversas, pela torcida e por serem tão carinhosos e presentes. Minha vida não seria tão leve quanto é sem vocês por perto.

À Nathi, Yara e Cleyton, meus parceiros de mestrado, pela cumplicidade ao longo de todo este período de pós-graduação. Não sei o que seria de mim sem nossos almoços e gargalhadas, assim como nossas discussões teóricas dentro e fora de sala.

À Fátima, minha orientadora, por todos os ensinamentos, caminhos, oportunidades e sugestões, por dedicar seu tempo a esta pesquisa e por dar sentido ao trajeto mesmo em seus momentos mais difíceis.

Ao Jiló Henrique, meu gato, que me fez companhia em momentos de ansiedade e me chamou para levá-lo a seu potinho de comida evitando que eu ficasse horas ininterruptas na frente do computador.

E ao Marcolino de Barros, meu cachorro, pois, para mim, nunca houve Brasília nem Águas Claras sem ele, que logo mais avançará em suas últimas visitas. Por isso, a ele dedico este trabalho.

*Se um dia me arriscar a um outro lugar, hei-
de levar comigo a estrada que não me
deixa sair de mim.*

(Mia Couto em Terra Sonâmbula)

RESUMO

Nesta dissertação, tem-se como protagonista a cidade de Águas Claras, RA (Região Administrativa) do Distrito Federal que teve sua construção iniciada no ano de 1992 em meio ao fortalecimento da crítica ao modelo de Cidade Modernista executado em Brasília. A cidade-satélite (como popularmente se denominam as RAs), contudo, vendeu-se como protótipo e se tornou exemplo de como o capital pode criar espaços – transformando-os em mercadoria – conforme suas necessidades e como forma de controle social. Como resultado, tem-se uma cidade alienada da dinâmica centro-periferia que agrega a si problemáticas nocivas do pensamento cosmopolita. Nesse sentido, pergunto-me de que forma a experiência estética que se desenha por meio do caminhar pela cidade pode transformar o olhar restrito pelos signos do pensamento capitalista sobre Águas Claras. Por isso, parto da compreensão do espaço a partir de Milton Santos e Michel de Certeau de forma a contemplar a importância do caminhar para a significação e a observação crítica do espaço. Assim, com inspiração na literatura de Clarice Lispector e Virginia Woolf, busco a construção de uma cartografia ensaística e investigativa de sua paisagem urbana através de passeios contemplativos durante os quais flutuo à deriva por pontos de interesse que evoquem contradições, artificialidades e espontaneidades no espaço. Tendo como referências David Harvey, Georg Simmel e Yann Moulier-Boutang e minhas observações da cidade, comento as consequências automatizantes da ação do capital sobre o espaço com o objetivo de compreender seu efeito no cotidiano e, consequentemente, sobre o hábito, discutido a partir do desenho de um caminho para sua subversão pela semiótica em Charles Sanders Peirce, Iuri Lotman e seus comentadores. Esta pesquisa, finalmente, serve como estímulo à imaginação e ao olhar poético sobre a cidade para o explorar de alternativas socioespaciais; suplemento criativo para o cultivo de possibilidades e para a emancipação intelectual visando o agenciamento de transformações sobre o espaço e o questionamento de crenças alienantes.

Palavras-chave: Águas Claras; Caminhar; Capitalismo; Cotidiano; Espaço urbano; Experiência estética; Hábito; Semiótica.

ABSTRACT

The protagonist of this dissertation is the city of Águas Claras, an Administrative Region in the Federal District, which began to be built in 1992 as criticism of the Modernist City model in Brasília grew. The satellite city (as Administrative Regions are popularly called), however, sold itself as a prototype and became an example of how capital can create spaces - turning them into merchandise - according to its needs and as a form of social control. As a result, we have a city alienated from the center-periphery dynamic that adds to itself harmful problems of cosmopolitan thinking. In this sense, I wonder how the aesthetic experience of walking through the city can transform the gaze restricted by the signs of capitalist thinking about Águas Claras. For this reason, I start from Milton Santos' and Michel de Certeau's understanding of space to contemplate the importance of walking for the meaning and critical observation of space. Thus, inspired by the literature of Clarice Lispector and Virginia Woolf, I seek to construct an essayistic and investigative cartography of its urban landscape through contemplative walks during which I drift through points of interest that evoke contradictions, artificialities and spontaneities in space. Taking David Harvey, Georg Simmel and Yann Moulier-Boutang and my observations of the city as references, I comment on the automatizing consequences of capital's action on space with the aim of understanding its effect on everyday life and, consequently, on habit, discussed from the point of view of drawing a path for its subversion through semiotics in Charles Sanders Peirce, Yuri Lotman and their commentators. Finally, this research serves as a stimulus for imagination and for a poetic look at the city to explore socio-spatial alternatives; a creative supplement for the cultivation of possibilities and for intellectual emancipation with the aim of bringing about transformations in space and questioning alienating beliefs.

Key-words: Águas Claras; Aesthetic experience; Capitalism; Everyday life; Habit; Semiotics; Space; Urban space; Urban walking.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mulher desconhecida se esconde do sol atrás de um poste.	16
Figura 2: Águas Claras durante a noite.	18
Figura 3: Parte do mapa das principais localidades do DF.	39
Figura 4: Mapa de evolução da ocupação urbana do DF entre a década de 1990 e o ano 2010.	40
Figura 5: Mapa das áreas delimitadas para cada caminhada. O mapa utilizado para a sobreposição feita por mim foi fornecido pelo Geo Portal da SEDUH.	43
Figura 6: Exemplo de mapa de percurso (1ª caminhada).	45
Figura 7: Outdoor no terreno durante a construção de Águas Claras, em 1993.	51
Figura 8: Muretas das pontes sobre a linha metroviária são alguns dos poucos focos de arte urbana em Águas Claras.	59
Figura 9: Percurso da caminhada preliminar. I: início; F: fim; M: estação de metrô (Arniqueiras).	60
Figura 10: Construção abandonada.	61
Figura 11: Lava-jato instalado na área externa do Res. Park Way e placa contendo aviso.	62
Figura 12: Condomínio abandonado (Res. Park Way) visto à distância.	62
Figura 13: Residencial Coliseu (Q. 101 Norte), abandonado desde 2004.	63
Figura 14: Anúncios expostos nas estruturas do Residencial Park Way (Av. das Castanheiras).	63
Figura 15: Papelaria Magazine (Centro Comercial Ônix).	65
Figura 16: Pinturas desgastadas da mureta.	66
Figura 17: Percurso da segunda caminhada. Linhas tracejadas indicam vias de trânsito de veículos.	67
Figura 18: Avisos e quadra poliesportiva da Praça Irerê (Q. 202).	69
Figura 19: Prédios "tatuados" aguardando reforma. Fotos do Residencial Águas Claras II (R. 4 Sul).	71
Figura 20: Trabalhador no topo de um edifício.	72
Figura 21: Maggiore Shopping (Av. das Araucárias). 1ª foto: Associação de Futebol de Mesa e Artes de Águas Claras; 2ª foto: Corredores vazios da parte oculta do shopping. 3ª foto: dizeres bíblicos do ateliê de costura Visão. 4ª foto: fachada do shopping.	73
Figura 22: Desenho do percurso da terceira caminhada.	75
Figura 23: Praça Andorinha (Q. 203). 1ª foto: imagem desgastada de um gato no suporte de uma muda. 2ª foto: ambulantes vendem hortaliças, biscoitos, doces e laticínios nos arredores da praça. 3ª foto: senhora passeia com sua neta na praça. 4ª foto: condomínio cercado.	76
Figura 24: Trabalhadores realizam manutenção em um dos condomínios da Quadra 203.	77

Figura 25: Praça Parda (Q. 204) e Edifício Alfa Mix (R. 13 Sul). 1ª foto: moradores conversam com ambulantes na praça. 2ª foto: estrutura com sacos plásticos para a coleta de dejetos de animais domésticos. 3ª e 4ª fotos: ângulos do Edifício Alfa Mix.....	78
Figura 26: Praça Jandaia (Q. 205). 1ª foto: marco da praça. 2ª e 3ª fotos: estruturas improvisadas com materiais reciclados. 4ª foto: pombos se alimentam de ração.	80
Figura 27: Periquitos usufruem das estruturas feitas pelos moradores na Praça Jandaia.	81
Figura 28: Praça Tuim (Q. 206). 1ª foto: toldos à frente de um caminhão que vende hortaliças. 2ª foto: morador em conversa descontraída com duas garas. 3ª foto: estrutura com sacos plásticos para coleta de dejetos de animais. 4ª foto: espaço central da praça.....	82
Figura 29: Mudas plantas à beira da vala do metrô (Boulevard Sul) e mural celebrando a fauna brasileira (Rua Buriti).....	83
Figura 30: Traçado do percurso da quarta caminhada.	85
Figura 31: Placa no entorno da rotatória da Av. Pau Brasil.....	86
Figura 32: Homem aparar grama na Praça Uirapuru (Q. 208).	87
Figura 33: Parque Sul (antiga Pracinha da Rua Jacarandá) “Jesus, Rei dos Reis”, diz a placa na primeira foto. 2ª foto: módulo de apoio; 3ª foto: mudas recém-plantadas. 4ª foto: quadras de tênis (ao fundo, o primeiro hospital privado de Águas Claras).	88
Figura 34: Trabalhador se refugia para usar seu smartphone sem reflexo (R. 24 Sul).	89
Figura 35: Transeuntes caminham por rotas alternativas em terrenos baldios (fotos tiradas durante o início e o fim da caminhada na Av. Pau Brasil).....	89
Figura 36: Percurso feito na quinta caminhada.....	91
Figura 37: Praça do Skate (entre as R. 37 e 36 Sul, em frente à Boulevard Sul). 1ª foto: senhora se exercita em aparelhos novíssimos. 2ª foto: o parque de skate, em frente a um luxuoso condomínio.....	92
Figura 38: Vista de minha chegada e fachada do Bahamas Center (R. 36 Sul e Av. Jequitibá). 93	
Figura 39: Praça Graúna (Q. 209) e Praça Jequitibá (Av. Jequitibá). 1ª foto: senhor caminha com seus netos; 2ª foto: ambulantes atendem aos moradores das proximidades. 3ª e 4ª fotos: intervenções dos alunos do colégio Ideal na Praça Jequitibá para a Copa do Mundo de 2022... 94	
Figura 40: Praça Colibri (Av. das Araucárias). 1ª foto: mulher caminha com seu cachorro e seu filho na área central da praça. 2ª foto: aviso de área restrita para cães e seus tutores (a área possui grama relativamente alta). 3ª foto: senhoras conversam a frente do parquinho. 4ª foto: anúncio vago com edifício como suporte.....	95
Figura 41: Anúncios, ônibus do CEASA nas Cidades (ambos na Boulevard Sul) e fachada cega (R. 34 Sul). 2ª foto: anúncios pintados na mureta da ponte da R. 36 Sul.....	96
Figura 42: Homem caminha ao lado de lote vazio rodeado por muros (R. 34 Sul). O lote em questão (6) é um terreno abandonado cujos tapumes foram substituídos recentemente. O terreno também foi limpo e sua grama podada.....	97

Figura 43: Mosaico presente na Estação Concessionárias, por Henrique Gougon.	99
Figura 44: Trajeto feito na sexta caminhada.	101
Figura 45: 1ª e 2ª fotos: Praça Coruja (entre a Av. das Castanheiras e as R. 7 Norte e Ipê Amarelo) e Biblioteca Pública de Águas Claras. 3ª e 4ª fotos: outdoors em frente a um dos prédios abandonados (Av. das Castanheiras, Lote 680).	102
Figura 46: Interior do nível térreo do Res. Park Way. Foto colhida durante a 1ª caminhada (novembro de 2023).	105
Figura 47: Praça Tiê (Q. 101). 1ª foto: carrinho próximo aos bancos na Praça. 2ª foto: lixeiras para coleta seletiva contendo pixações. 3ª foto: Edifício Coliseu. 4ª foto: vista do Res. Park Way a partir da Q. 101.	105
Figura 48: Foto panorâmica. Contraste entre o Ed. Coliseu e os demais edifícios da Praça Tiê (Q. 101).	106
Figura 49: Praça Perdiz (Q. 102). 1ª foto: pessoas passeiam na Praça; 2ª foto: barril com água para cães; 3ª foto: prédio abandonado (Lt. 10); 4ª foto: fachada cega.	107
Figura 50: Imagem aproximada do prédio abandonado da Q. 102.	107
Figura 51: Trabalhador sopra grama para fora da calçada na R. 4 Norte.	110
Figura 52: Placa demarca o terreno do futuro CED Águas Claras.	111
Figura 53: Prédio em ruínas na Av. Parque Águas Claras (Lote 75). Foto colhida em novembro de 2023.	112
Figura 54: Praça das Gaivotas ou Espaço Bem-viver (Q. 301, Av. Parque Águas Claras). 1ª foto: placa da Praça; 2ª foto: quadra poliesportiva; 3ª foto: cartazes alertam quanto ao efeito negativo de neonicotinóides sobre polinizadores; 4ª foto: quiosque “Tropical Foods”.	113
Figura 55: Casas presentes nas proximidades da Alameda Gravatá.	114
Figura 56: Meu ponto de vista da Alameda Gravatá.	115
Figura 57: Percurso da sétima caminhada.	118
Figura 58: Mirante do Parque (Quadra 105).	119
Figura 59: Publicação fixada no grupo de proprietários do Mirante do Parque.	120
Figura 60: Praça Canário (Q. 104). 1ª foto: comedouro. 2ª foto: canários sobre grade. 3ª foto: cabaças penduradas em árvores servindo de abrigo aos canários.	121
Figura 61: 1ª foto: Praça sem nome (entre as Rs. 25 e 26 Norte) 2ª foto: canteiro de obras (Av. Flamboyant). 3ª foto: minha vista da avenida em questão.	122
Figura 62: Mensagem de agradecimento do mantenedor da horta da Av. Flamboyant.	123
Figura 63: A horta da Av. Flamboyant.	124
Figura 64: Trabalhadores usam seus celulares agachados na calçada (Av. Flamboyant).	125
Figura 65: Prédios de condomínios diferentes extremamente próximos e visão do início da Av. Flamboyant.	126

Figura 66: Edifício abandonado da R. 25 Norte. 1ª foto: contraste entre a ruína e o La Belle; 2ª e 3ª fotos: tapumes avariados que cercam a ruína; 4ª foto: edifício abandonado por trás do mato alto.....	127
Figura 67: Primeira página de reportagem do então jornal DF Águas Claras, datada de fevereiro de 2015.....	129
Figura 68: Horta comunitária: colabore com essa ideia e dê vida à nossa cidade. Participe." diz uma placa sobre a terra vermelha.	129
Figura 69: Trecho da reportagem traz alguns benefícios da horta à cidade.	130
Figura 70: Moradores reunidos ao redor de um dos espaços de plantio da antiga Horta das Paineiras (2014).	131
Figura 71: Trabalhador descansa na sombra de uma árvore em terreno baldio.	132
Figura 72: Entregador descansa na Praça Bem-te-vi.	133
Figura 73: Trajeto da oitava caminhada.	134
Figura 74: Prédio abandonado da Rua 34 Norte. 1ª foto: homem lava carro; 2ª foto: lava-jato instalado no prédio abandonado e food truck. 3ª foto: placas chamam atenção à função de estacionamento.	135
Figura 75: Capa do jornal Campus (edição de outubro de 2018).	136
Figura 76: Foto do montanhista Paulo Freire presente na reportagem.	136
Figura 77: Homem descansa sob a sombra de uma árvore num terreno baldio.....	138
Figura 78: Alameda das Acácias (à esquerda) e Alameda dos Eucaliptos (à direita).....	139
Figura 79: Skate Park da Q. 107. 1ª foto: bowl repleto de pichações e grafite; 2ª foto: detalhe de grafite que gostei; 3ª foto: marco à frente do parque de skate.....	140
Figura 80: Homem dorme na grama sombreado por uma árvore na Praça Pica-Pau (Q. 107).	141
Figura 81: Percurso da 9ª caminhada.	163
Figura 82: Horta à beira da vala do metrô.	164
Figura 83: Grades instaladas acima das muretas nas pontes sobre a linha do metrô.	164
Figura 84: O muro da Quadra 104 durante o protesto e atualmente.	165
Figura 85: Praça do Elefante (Q. 104). 1ª foto: pintura de elefante sobre pedra na entrada da Praça; 2ª foto: banco com pintura de um ipê branco; 3ª foto: passarinho amarelo no passeio; 4ª foto: parquinho e quadra.	166
Figura 86: Parque Ecológico de Águas Claras. 1ª foto: banheiro com arte contendo alerta aos usuários do Parque; 2ª foto: quadras de areia; 3ª foto: rapaz anda de bicicleta no passeio.	168
Figura 87: Parque Ecológico de Águas Claras. 1ª foto: prédios no horizonte acima dos limites do Parque. 2ª foto: patrulha da Polícia Militar.	169
Figura 88: Lagoa dos Patos. 1ª foto: cágado em pedra à margem do rio; 2ª foto: pintura no banheiro próximo à Lagoa. 3ª foto: filhote de pombo se alimentando de sementes. 4ª foto: pato-do-mato. 5ª foto: pato branco e pomba intrusa.....	170

Figura 89: O fim do percurso.....	171
--	-----

SUMÁRIO

Introdução	16
1. A leitura do espaço.....	23
Sobre o espaço	23
1.1. Do deslocamento à epifania	25
1.2. Assombrando as ruas	30
1.3. Por onde andar?	36
1.3.1. Ponto de partida.....	36
1.3.2. Passo a passo	41
2. O caso de Águas Claras.....	46
2.1. Expansão urbana e modernidade em Brasília	46
2.2. O desenvolvimento de Águas Claras e suas contradições	50
2.3. <i>1ª caminhada</i> (Espaço, tempo e automatismo)	57
3. Perambulando entre condomínios	67
3.1. <i>2ª caminhada</i>	67
3.1.1. Eruditos e ambulantes	68
3.1.2. Costureiras num shopping vazio	71
3.2. <i>3ª caminhada</i> (De Praça em Praça)	75
3.3. <i>4ª caminhada</i> (Calor, poeira e canteiros de obras)	84
3.4. <i>5ª caminhada</i>	90
3.4.1. Rumo ao hexa.....	90
3.4.2. Muros, anúncios e desejos.....	95
3.5. <i>6ª caminhada</i>	100
3.5.1. Ruínas contemporâneas (Parte 1).....	100
3.5.2. Futuras escolas	110
3.5.3. Linguagens conflitantes.....	112
3.6. <i>7ª caminhada</i>	118
3.6.1. Ruínas contemporâneas (Parte 2).....	118
3.6.2. Uma breve horta	128
3.6.3. Descanso curto	132
3.7. <i>8ª caminhada</i>	133

3.7.1. Ruínas contemporâneas (Parte 3).....	133
3.7.2. Entre alamedas	138
4. O signo e o hábito em meio ao automatismo no espaço urbano.....	142
Breve preâmbulo	142
4.1. Capitalismo, do espaço ao hábito	144
4.2. Devaneio e subversão	148
4.3. Além da empena cega	156
9ª caminhada (Considerações Finais).....	163
Referências Bibliográficas	172

Introdução

Figura 1: Mulher desconhecida se esconde do sol atrás de um poste.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Meu pai tirou esta foto em junho de 2011. Era época de seca e uma mulher desconhecida, provavelmente saindo de seu trabalho, escondia-se atrás de um poste em busca de sombra sob um sol de “rachar mamona”, coisa que se via com frequência tamanha que, por vezes, formavam-se filas atrás daquele ou de outros postes com o mesmo intuito. Naquele trecho não havia calçadas; a terra levantava poeira e se misturava aos restos dos canteiros de obras, ocultos por dezenas de tapumes de aço galvanizado. Andava-se ao lado de tapumes, quase sempre, e os tapumes refletiam a luz que escaldava o asfalto, ironicamente molhado, pois bombeavam água que sopitava à rua, fazendo corredeiras artificiais. E eu caminhava também por ali, pequenininho e sem drama, procurando sombra, beirando a rua, pisando em pouca calçada. Pouco mais à frente da mulher desconhecida, então, a calçada não chegava ao metro de tão curta; fazia-nos andar na rua, o maior perigo.

Para mim, que chegava de Minas ainda pequeno, Águas Claras parecia-me extraterrestre. Grandes prédios espaçados uns dos outros compunham uma imagem estranha e pouco convencional aos olhos do interior, enquanto extensos terrenos baldios os separavam, dando-a ar inóspito. Era como uma colônia que se erguia com condomínios revestidos de azulejos beges e coloridos, confinados por muros creme e nomes engraçados, nomes de artistas, de cidades, de ilustres desconhecidos.

Quando a chuva caía, a luz também. “Coisa de Brasília” – diriam. Por algum motivo, eu sempre chorava um bocado, talvez porque os tantos para-raios atraíam a nós mais relâmpagos do que o normal. Caso trovejasse, de costas para o condomínio – como num evento bíblico – um bosque de eucaliptos fazia chover besouros negros que estalavam contra os vidros da sacada, que amanhecia um cemitério. No caminho para o metrô havia uma piscina – a fundação de um prédio cujas obras se adiavam e, se a terra batida dava lugar ao lamaçal, tive a chance de enfiar meia-perna na lama e chorar mais um bocado.

Para chegar à padaria andávamos um tanto: de casa até o Bahamas¹, dezenas de canteiros e poucos quarteirões. Para qualquer outra tarefa íamos a Taguatinga², onde descobri a cidade-grande. No Plano Piloto (região central de Brasília), dentro do carro, impressionava-me com o tamanho das coisas, a cada longa viagem descobrindo novos prédios e monumentos. Feito o que havia de ser feito, regressávamos a Águas Claras pela rotatória; ao lado, um grande vazio dali até a cidade adjacente. Do outro lado da EPTG (Estrada Parque Taguatinga)³, Vicente Pires⁴ crescia horizontalmente, como uma sombra que se expandia enquanto Águas Claras se verticalizava.

Se dissesse que não nutri desgosto estaria negando a mim mesmo. Por muito tempo quis fugir, afastar-me daqui, de Brasília e de tudo que a ronda. A estranheza dos lugares, das distâncias, dos vazios durante os caminhos com cidades intermitentes junto à frieza das largas vias e dos olhares – como manda a etiqueta da grande cidade – me

¹ Bahamas Center é um centro comercial localizado na Avenida Jequitibá. Está em funcionamento desde 2006.

² Taguatinga foi fundada em 1958 e recebeu status de cidade-satélite em 1964 como “Vila Sarah Kubitschek” e, posteriormente, Santa Cruz de Taguatinga. Foi uma das sete primeiras Regiões Administrativas reconhecidas pelo GDF (Governo do Distrito Federal) junto a Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia e Gama.

³ Via que liga Taguatinga ao Plano Piloto.

⁴ Fundada em 1989 e reconhecida como RA desde 2009, Vicente Pires vai de encontro a Taguatinga e Águas Claras em seus limites e concentra parcelamentos de terra provenientes de cinco setores habitacionais que hoje dão forma a um centro urbano horizontal.

impediam de tê-la como lar. Fui convidado a entrar sem direito a café ou abraço, imerso em suas violências e obstáculos, e cresci assim, odiando-a e a amando por toda matéria que antes não tinha, olhando o bosque pela janela, até que tratores o destruíssem.

A vigésima satélite⁵ cresceu e eu cresci junto, confinado em meu predinho de detalhes grená. Antes bairro de Taguatinga, tornou-se independente em 2003 e deu lugar a prédios cada vez maiores, cada vez mais caros. Trouxe para si franquias do Plano, novos moradores, praças e *shopping centers*. Elitizou-se, higienizando seus espaços à medida que tomava forma, sem espaço para tanta gente e tantos automóveis. Diferenciou-se, mesmo que tentasse emular cosmopolitismo, e se tornou um amontoado de estilos arquitetônicos e linguagens urbanas à moda (Figura 2) – cada vez mais curta – de diferentes períodos. Fez-se cidade em meio a suas contradições inúmeras, sem suporte, hospital ou escola.

Figura 2: Águas Claras durante a noite.



Fonte: Jornal de Brasília.

Durante meus tempos de Ensino Médio, caminhei por quase toda Águas Claras, sempre acompanhado por dois ou três meninos. Mais tarde, no decorrer da graduação,

⁵ “Cidade-satélite” é a denominação antiga e predominante para as Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal. O nome Região Administrativa é oficializado para que não haja diferenciação semântica entre as demais cidades e Brasília, representada pelo Plano Piloto. As numerações das RAs são dadas a partir de algarismos romanos, por exemplo: Taguatinga é a RA III, Águas Claras a RA XX. Há, atualmente, trinta e cinco RAs.

deixei de frequentá-la e, como para muitos, reduziu-se a dormitório. Quando não na UnB, vivia-a da porta para o mercado, do mercado para a porta, e mal sabia o que ali se sucedia. Com a vida acadêmica, desloquei-me pelo desenho de um percurso da cidade à rodovia, apenas para voltar logo em seguida – agora como mestrando – ao meu próprio lar, conforme o afeto me fixa no solo do cerrado, transformando aversão em curiosidade. Como seria investigar a cidade onde moro? Poderia chamá-la de minha?

De volta à cidade, voltei a observar seus detalhes. O grande canteiro de obras em que, ao sair da escola, vivenciei uma tempestade de poeira, havia se tornado lar de um comércio efervescente e via suas ruas serem ocupadas, dia e noite, por moradores e visitantes em trânsito. Então, entre engarrafamentos, quase toda superfície servia de suporte a outdoors e placas de LED; todo canto estava à espera de uma oportunidade para se oferecer como mercadoria. Em meio ao excesso de informação, perguntei-me se no calor da jornada de trabalho haveria um olhar que apreendesse a complexidade do espaço mesmo interceptado por incontáveis estímulos e impressões. Porém, se o estético é inerente a nós não há espaço que expurgue de si sua experiência⁶, seja ela feliz ou opressiva. Não estava pronto para formular minha pergunta, por isso tornei parte do meu trabalho o estímulo dessa reflexão.

No site da Emplavi (empresa do ramo da construção civil), Águas Claras é descrita com orgulho como “A cidade mais vertical do Distrito Federal” – e exaltada por suas diferenças – “[...] prédios altos destacam sua silhueta no horizonte [...] Comércio movimentado, intensa vida noturna, moradores jovens e outras características distanciam Águas Claras do cotidiano do Plano Piloto” o que, segundo a empresa, aproximam-na do dia a dia das grandes cidades. Se o leitor nota que há um sentido de negação em relação a Brasília e seus símbolos, saiba que ela é apenas um reflexo do ideal que fundamentou a satélite vertical durante sua construção. Empresas como essa e várias outras, em parceria com o Estado, deram vida a Águas Claras como um grande empreendimento: “Um lugar de viver e gostar de viver” – dizia o slogan da Encol, que a direcionava, sem cerimônia em seu texto publicitário, à classe média.

⁶ “O que é a experiência sobre a qual se baseia a filosofia? Para qualquer uma das ciências especiais, experiência é aquilo que diretamente é revelado pela arte observacional daquela ciência. Isto está conectado e assimilado ao conhecimento já possuído e derivado de outro modo, recebendo, assim, uma interpretação ou teoria. Mas em filosofia não existe uma arte observacional especial, e não existe conhecimento adquirido anteriormente à luz do qual a experiência é interpretada. A interpretação em si mesma é experiência (CP 4.527) [ainda:] experiência é o curso da vida (CP 1.426)” (PEIRCE In IBRI, 2014, p. 10-11).

Em contraste com o Plano Piloto, Águas Claras faz oposição aos ideais urbanísticos edílicos de Lúcio Costa, mas a falta – assim como à maioria das “satélites”, ligadas ao setor terciário da economia – o que o Plano Piloto tem de mais poderoso: a concentração de atividades culturais, eventos e, principalmente, do poder aquisitivo. Com o Estado e o exercício do direito à cultura distantes, cabe as RAs o posto de “cidades-dormitório”, enquanto as problemáticas urbanas decorrentes do agenciamento do capital sobre o espaço, concomitantemente ao fortalecimento do pensamento neoliberal e ao *automatismo* (SIMMEL, 2005) contemporâneo, – consequência de rotinas extenuantes e intermináveis mediações – danificam nossos corpos, afetos, relações, assim como nossa capacidade de reflexão crítica e nossos olhares.

Progressivamente, o capitalismo se engendra no cotidiano e influencia-nos desde o berço, atuando diretamente na produção e na apropriação do desejo, alimentando-se de nossa subjetividade e de nossa criatividade. Não se trata de um vilão imaterial e cartunesco, mas de um sistema forjado a partir da violência, da diferenciação de classes e da expropriação do trabalho, mutável e adaptável segundo as necessidades das elites financeiras no decorrer do tempo. Atualmente, molda-se de forma a tornar sua força motriz a inovação e o conhecimento (MOULIER-BOUTANG, 2007), alienando-nos em relação a potencialidades criativas e, consequentemente, em relação à possibilidade de transformação de espaços e perspectivas.

Assumo, portanto, que o pensamento capitalista orienta ativamente a produção de espaços, esculpindo-os conforme seus ciclos de vida e utilizando-os como “instrumento extremamente potente de privação de poder” (HARVEY, 2004, p. 27). Aproximo-me do marxismo para compreender o espaço em relação às suas condições históricas e produtivas, com foco na emancipação intelectual popular. Consonante a tal dialética, entendo a partir de Milton Santos (2006) o espaço como fruto da *técnica*⁷, isto é, do “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz” e modifica a paisagem. Trato, portanto, o espaço em sua abstração como sistema material e sensível a ser entendido por meio de diversas disciplinas.

⁷ “[...] a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”, isto é, é pela técnica que o homem une o espaço ao tempo: “Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local” (SANTOS, 2006).

O estudo cotidiano e da cultura, bem como o da experiência e da afecção espacial, faz necessária a compreensão do espaço também enquanto conjunto de signos⁸. Para tanto, apoio-me na generalidade da teoria semiótica de Charles Sanders Peirce e nos escritos de Iuri Mikhailovich Lotman sobre a Semiótica da Cultura, permitindo-me ambicionar um caminho possível para a mudança de hábito, um exercício de ruptura de regras condicionantes, com foco no bem-viver e na possibilidade do agenciamento de mudanças sobre o espaço. Nesse sentido, tenho ambas as correntes semióticas como métodos e o pragmaticismo peirceano como norteador em minha postura científica.

Assim, aceitarei o acaso para me permitir a sugestão de um percurso metodológico que expanda o horizonte de possibilidades do leitor por meio da literatura, da reflexão teórica crítica e do caminhar contemplativo; da escrita sobre a cidade a partir do deambular pelo espaço urbano. Pergunto-me, enfim: de que forma a experiência estética que se desenha por meio do caminhar pela cidade pode transformar o olhar restrito pelos signos do pensamento capitalista sobre Águas Claras? A fim de responder a esta pergunta, investigarei o percurso histórico da cidade, ensaiarei trajetos por sua malha urbana e construirei uma cartografia sentimental de seus lugares, belezas, estórias e conflitos com base em Suely Rolnik (2016) de forma a estimular o “livre fluxo da imaginação para explorar alternativas socioespaciais” (HARVEY, 2004, p. 213). Farei dessa “privatopia” (p. 190) – utopia de isolamento em condomínios de governança interna – meu laboratório tendo como foco a compreensão dos efeitos do capital sobre o espaço, sobre sua percepção e, conseqüentemente, sobre o hábito.

Buscarei, com inspiração na literatura de Clarice Lispector e Virginia Woolf, suplemento criativo para observar possibilidades de transformação sobre tendências alienantes observando a cidade em passeios corriqueiros, antes dos quais colocarei objetivos comuns – como ir ao banco, comprar um lápis, tomar água de coco no parque – e durante as quais flutuarei à deriva por pontos de interesse que evoquem contradições, artificialidades e espontaneidades do espaço. De acordo com Michel de Certeau (2014):

A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade,

⁸ Um **signo** representa algo ou um **objeto** sob “certo aspecto ou modo” a uma mente, criando assim um outro signo possivelmente ou idealmente mais desenvolvido. Este novo signo é o **interpretante**, o qual se pode afirmar ser o significado do signo. Um signo, portanto, forma-se a partir de uma relação triádica entre ele em si (a que pode se denominar *representamen*), o que ele representa (objeto) e o que ele significa (interpretante); ele é, por um lado, determinado por um certo objeto e determina um interpretante. Da mesma maneira, já que determina o signo, o objeto também determina o interpretante por meio do signo, que atua como mediador (SANTAELLA, 2008).

esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob signo do que deveria ser, enfim, lugar, mas é apenas um nome, a Cidade (DE CERTEAU, 2014, p. 165).

A errância me desloca de minha rotina, desloca-me de minhas inércias e faz de mim observador fora do esgotamento da jornada de trabalho. Ambiciono, com este trabalho, um processo de transformação recíproco, meu e do leitor. Por isso, em seu primeiro capítulo, discutirei o espaço segundo Milton Santos e Michel de Certeau, assim como suas decorrências, além da importância do caminhar para sua construção, observação e significação. Apoio-me na literatura como exemplo e guia; meio para o início de minha jornada poético-científica, para então decantar meus procedimentos metodológicos com a descrição das etapas de pesquisa.

No segundo capítulo, parto da concepção do modelo de Cidade Modernista de Brasília – e sua expansão urbana polinuclear – para que se compreenda como Águas Claras surge em sua oposição, tornando-se experiência urbana singular no Distrito Federal. Em seguida, mergulho na história da satélite, do Plano Diretor ao desenvolvimento recente, revelando pretensões e resultados que demonstram a apropriação da construção de seu espaço por parte do capital em parceria com o Estado. Ao final do capítulo, discuto parte de meu referencial teórico enquanto experiencio uma caminhada preliminar como teste para a pesquisa de campo.

O terceiro capítulo compreende meu processo de caminhada pela cidade, minhas impressões e percursos em registros fotográficos e relatos reflexivos durante os quais investigo a vida cotidiana de Águas Claras, suas tensões e resistências. Construo, nele, minha cartografia também como forma de expor a complexidade de tal espaço, sua estética, o que há de escondido em suas ruas e o que torna único.

Finalmente, ao longo do quarto e último capítulo desta dissertação, sugiro de que maneira o sistema capitalista se molda à pós-modernidade produzindo novos meios de exploração e alienação, controlando o desejo e o hábito para, através da semiótica, desenhar um caminho dialógico entre peirceanos e lotmanianos que proporcione um princípio de transformação: um aceno à mudança de hábito e um impulso à reflexão crítica em vista da construção e da ressignificação do espaço com base na experiência estética.

1. A leitura do espaço

Sobre o espaço

Falar sobre o espaço é uma tarefa que traz consigo certa melancolia. Isso, porque a partir do momento em que me dou conta de sua complexidade, passo a refletir sobre seus defeitos. Não como um produto defeituoso, afinal espaço nenhum funciona perfeitamente; todo espaço carrega conflitos, tensões, vetores e ideologias que se misturam e se digladiam: é um reflexo de quem está ou de quem passa por ele, assim como do pensamento que o molda. Já o espaço corriqueiro, espaço palavra, por si próprio, é inofensivo; um conceito inconsistente, banhado por linguagens estrangeiras, que se molda à extensão – seja tridimensional ou abstrata – de algo ou de tudo. Na filosofia antiga, contudo, o espaço ganha maior complexidade. Platão, grosso modo, via-o como receptáculo (*khôra*) eterno através do qual tudo existe, sem retenção; aquilo que tudo contém; um terceiro modo de cognição (após o *ser* e o *dever*). De acordo com Platão, portanto, inferimos a existência de um espaço que jamais conheceremos, pois tudo que *é* vem a ser *em algo*⁹.

Aristóteles, de forma contrária a Platão, introduz em sua definição a escala humana, concebendo-o “como o resultado entre objetos e percebido dependente do corpo, sendo o espaço o lugar onde o homem se insere” (ARISTÓTELES *apud* MARQUES, 2019, p. 37). Ambos reconheciam, porém, que sem a existência da matéria o espaço seria nulo, enquanto Demócrito os antagonizava ao compreender “o *vazio* como o espaço que nele permite movimentação e matéria – comparando-o ao espaço como lugar” (p. 40).

A partir de sua discussão em Platão, Aristóteles e Demócrito, o conceito de espaço, então, evolui ao longo do tempo. Passa por Isaac Newton, Gottfried Leibniz, Immanuel Kant e muitos outros pesquisadores e pensadores de suas épocas, até ganhar corpo e abarcar diferentes disciplinas. O espaço que estudo, portanto, em relação ao espaço da Grécia Antiga, é um espaço outro: um em constante transformação, indissociável de suas

⁹ "Olhamos para [o receptáculo] como em um sonho quando dizemos que tudo o que existe deve necessariamente estar em algum lugar, em algum lugar e ocupando algum espaço, e que aquilo que não existe em algum lugar, seja na Terra ou no céu, não existe de forma alguma" (Timeu 52b).

belezas e de suas mazelas. Um que deve, em sua complexidade, compreender as multiplicidades da Cidade e surge, às luzes da modernidade e da pós-modernidade.

Para sua definição, recorro, primeiro, à geografia de Milton Santos (2006, p. 39). De acordo com o célebre geógrafo baiano, o espaço é o resultado da união entre o conjunto das forças produtivas (*sistemas de objetos*) e o conjunto das relações sociais de produção (*sistemas de ações*). Ele é constituído, portanto, por elementos *fixos* que permitem ações ou *fluxos* que neles se instalam, recriando condições ambientais e “modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”. O espaço, portanto, nunca é estático; transforma-se no decorrer do tempo e se constrói a partir de processos materiais e processos de significação.

Santos define ainda dois outros conceitos pertinentes à pesquisa: *paisagem* e *lugar*. O primeiro diz respeito, a rigor, a toda “porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2006, p. 67) e, em determinado período histórico ou momento de observação, revela as realizações contínuas entre o homem e a natureza. O segundo contempla todo canto onde “a vida social se individualiza” e a “política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade”. Trata-se do meio compartilhado onde se desenvolvem as paixões humanas e o cotidiano.

Em segundo lugar, entendo também, a partir de Michel de Certeau (2014, p. 184), que o *espaço* “está para o *lugar* como a palavra quando falada”, como um ato presente. “O espaço é o lugar praticado” e sua leitura “é o espaço produzido pela prática do lugar construído por um sistema de signos” (ibid.). Nesse sentido, entendo-o também como materializado e regido pela ação sígnica, isto é, se o espaço está em constante transformação tanto fisicamente quanto em abstrato, está naturalmente sujeito à *semiose*¹⁰.

Considerando a crescente artificialidade do espaço na contemporaneidade, proponho que se leia o espaço a partir de seu aspecto poético, por meio de *percursos* e do cotidiano na literatura: “relatos de espaço” (DE CERTEAU, 2014, p. 182) que revelem sua experiência estética e, porquanto, configurem delinquências em meio à configuração urbana.

¹⁰ Chama-se de *semiose* a ação do signo, isto é, a tendência do signo à continuidade, à geração de novos signos.

1.1. Do deslocamento à epifania

Em uma das primeiras passagens de *Walkscapes: o caminhar como prática estética*, Francesco Careri (2013, p. 27) afirma que “foi caminhando que o homem começou a construir a paisagem natural que o circundava”. Por meio do nomadismo e, conseqüentemente, da construção de *percursos*, construíram-se os significados do espaço atravessado. Por *percurso*, entende-se:

ao mesmo tempo, o ato da travessia (o percurso como ação do caminhar), a linha que atravessa o espaço (o percurso como objeto arquitetônico) e o relato do espaço atravessado (o percurso como estrutura narrativa) (CARERI, 2013, p. 31).

A *errância*, – antes percurso nômade – “ato criativo primário”, fez-se arquiteta da paisagem, transformado o espaço antrópico e gradativamente povoando-o de objetos técnicos criados pelo ser humano. De espaços nômades (vazios) a sedentários (cheios), construiu-se a cidade, que ganhou significados por meio do caminhar. Com empréstimo da definição de *lugar* de Milton Santos (2006), leio este trecho de Careri (2013, p. 51), pois o caminhar:

[...] mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e dos seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado – e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo – é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares.

Dessa forma, da mesma maneira em que a caminhada transforma o espaço em lugar, transforma também lugares em espaços ao praticá-los, realizá-los e, assim, desenvolver seus sinais. O caminhar é, simultaneamente, processo de significação e de sensibilização; de leitura e escrita do espaço: é “um instrumento estético” capaz de preencher os vazios do espaço urbano. Ao mesmo tempo, ao observar e reconhecer os objetos na paisagem e no espaço, somos alertados para as relações existentes entre os lugares (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, o caminhar é uma ação fundamental ao ser humano, tanto histórica quanto constitutivamente. Como ação e movimento sensível, o caminhar impõe, necessariamente, um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação no meio; cumpre função dialógica de significar e ressignificar elementos fixos. Ao exercer ação sobre o meio, o ser humano “muda a si mesmo, sua natureza

íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa”, mesmo que exclusivamente no campo sensível.

À medida em que a cidade se complexifica, a vida urbana passa a pressupor “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos "padrões" que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 22). Assim, caminhar pela cidade contemporânea implica, necessariamente, contato com o outro e estranhamento com o alheio, bem como com a esfera cotidiana de diferentes lugares. É, de certo modo, confrontar medos irracionais e projetar-se à alteridade, que se oferece à apreensão dos sentidos. O deslocamento realiza a cidade e traz consigo a possibilidade de decodificação de seu ecossistema; suas relações.

Não é à toa que o relato e o percurso deram forma à descrição e a representação do espaço na literatura (DE CERTEAU, 2014). Da literatura de viagem, à crônica e à escrita ensaística, inúmeros autores e pensadores exploraram as (e foram inspirados pelas) possibilidades do deslocamento, tendo a caminhada ganhado papel especial enquanto ação, principalmente em meio à cidade e sua guerra de relatos. Tanto a partir da narração proveniente do percurso, quanto por meio da literatura, a cidade se transforma em *cidade escrita*:

A cidade escrita é, então, resultado da leitura, construção do sujeito que a lê, enquanto espaço físico e mito cultural, pensando-a como condensação simbólica e material e cenário de mudança, em busca de significação. Escrever, portanto, a cidade é também lê-la, mesmo que ela se mostre ilegível à primeira vista; é engendrar uma forma para essa realidade sempre móvel (GOMES, 1999, p. 24).

Por outro olhar, o cinema também funciona como maneira de ler e escrever a cidade. Desde a *nouvelle vague* francesa, constituíram-se perambulações delinquentes – que desafiaram a sintaxe urbana – pela cidade afim de retratá-la e revelá-la ao espectador por meio da imagem cinematográfica. O cinema se apropriou da cidade e reavivou suas coisas ordinárias, paixões e conflitos, trazendo-os à película e, posteriormente, ao vídeo. Como afirma Roland Barthes, “quem se desloca na cidade [...] é uma espécie de leitor [...] recolhe fragmentos de enunciados para anunciá-los em segredo” (2001, p. 228).

Contudo, na mesma medida em que se apresenta como meio de observação, suplemento para a imaginação e para a representação, o caminhar pode ser, também, simplesmente meio – uma maneira, entre acelerações – de ir do ponto A ao ponto B, num

processo em que a sensibilidade passa a ocupar segundo plano. Um olhar alienado tende a ignorar as sutilezas dos lugares pelos quais transita, deixando vazios ao léu e à espera de apreensão. “O suprimido, o resíduo, a ausência de controle produziram um sistema de espaços vazios que” – porém, Careri (2013) acrescenta – “podem ser percorridos à deriva”.

Como processo de significação, o caminhar funciona também como forma de preencher lacunas da cidade, dando-a novos interpretantes a partir do diálogo entre o corpo e o espaço. Já à deriva, por meio da perambulação, foge-se das amarras urbanísticas que limitam o percurso ao trabalho. Porém, antes de passear pelas ruas, é preciso compreender que não apenas tal alternativa, mas também o puro *deslocamento* traz consigo a possibilidade da transformação do olhar; processo este que pode ser evidenciado no conto *Amor*, publicado em 1960 como parte de *Laços de Família*, obra de Clarice Lispector.

O conto acompanha a protagonista Ana, mulher pequeno-burguesa, mãe e esposa que “Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado” (LISPECTOR, 1998, p. 12). Segura em meio a uma rotina repetitiva em seu apartamento, – onde se inicia o conto – Ana experiencia uma vida alienada, presa a um ciclo vicioso que se apresenta a partir de “sentimentos contraditórios de segurança e sufocação, aborrecimento” (FILHO; LIMA, 2006, p. 220). Em meio à inércia da firmeza, sente-se ameaçada diariamente por uma certa “hora perigosa da tarde”, que nada mais é do que seu momento de ócio, onde se vê confrontada por si própria, assim como por seus desejos artísticos que se reduziram à beleza da decoração e da limpeza.

Após a descrição do apartamento de Ana e das escolhas que a levaram à posição social que ocupa, Clarice a coloca sentada carregando compras dentro de um bonde vacilante que, ao parar num ponto, revela a figura de um cego mascando chicletes. Ao fixar fixamente o cego, mastigando “goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos” (LISPECTOR, 1998, p. 13), Ana é surpreendida pelo arranque do bonde, deixa seu saco de tricô despencar e dá um grito, assustando os demais passageiros. Ovos se rompem, gemas amarelas escorrem pelos fios da rede e sua inércia é interrompida:

O mundo se tornara de novo um mal-estar. Vários anos ruíam, as gemas amarelas escorriam. Expulsa de seus próprios dias, parecia-lhe que as pessoas na rua eram periclitantes, que se mantinham por um mínimo equilíbrio à tona da escuridão – e por um momento a falta de sentido deixava-as tão livres que elas não sabiam para onde ir. Perceber uma ausência de lei foi tão súbito que

Ana se agarrou ao banco da frente, como se pudesse cair do bonde, como se as coisas pudessem ser revertidas com a mesma calma com que não o eram.

O que chamava de crise viera afinal. E sua marca era o prazer intenso com que olhava agora as coisas, sofrendo espantada (op. cit. p. 14).

É o romper dos ovos, portanto, o princípio da *epifania* de Ana, que se vê livre ante a “ausência de normas e de sentido” (FILHO; LIMA, 2006, p. 228) que a levam ao mal-estar. Filho e Lima destacam que, para Bachelard, “o ovo, [...] torna-se símbolo dos conflitos interiores entre o burguês ávido por conforto e o aventureiro apaixonado pelos desafios, que existem, ambos, adormecidos no homem” (ibid.), simbologia que se destaca em Ana, que observa a vida com paixão ao se deslocar mentalmente de sua posição segura, *entre* espaços, do apartamento – sua casa, que a dá razão e ilusão de estabilidade (BACHELARD, 2000, p. 36) – às ruas da cidade, onde se vê confrontada pelo estranho; pelo outro e por lugares inexplorados.

Ana perde seu ponto de descida e, já muito distante, desce do bonde desorientada. Amedrontada, percebe-se em uma rua comprida, com muros altos e amarelos. O meio desconhecido faz seu coração acelerar, enquanto adentra o Jardim Botânico, vazio, onde acha um banco e se senta. Ao se desconectar do tempo, Ana encontra uma *vastidão* – uma “amplidão feliz” (BACHELARD, 2000, p. 196) – calmante; o silêncio regula sua respiração. Adormece dentro de si mesma, encontrando a infinidade de seu espaço íntimo. A intimidade, então, dá lugar ao conflito, quando Ana passa a observar, inquieta, seu entorno, notando as efemeridades e as pequenezas do Jardim:

Inquieta, olhou em torno. Os ramos se balançavam, as sombras vacilavam no chão. Um pardal ciscava na terra. E de repente, com mal-estar, pareceu-lhe ter caído numa emboscada. Fazia-se no Jardim um trabalho secreto do qual ela começava a se aperceber. Nas árvores as frutas eram pretas, doces como mel. Havia no chão caroços secos cheios de circunvoluções, como pequenos cérebros apodrecidos. O banco estava manchado de sucos roxos. Com suavidade intensa rumorejavam as águas. No tronco da árvore pregavam-se as luxuosas patas de uma aranha. A crueza do mundo era tranquila. O assassinato era profundo. E a morte não era o que pensávamos (LISPECTOR, 1998, p. 16).

Desconectada da segurança de seu lar, entregue à cidade e errática em seu percurso, Ana ganha, por meio do acaso e da experiência estética do espaço, do olhar atento, – mesmo que estranhado – a possibilidade de refletir profundamente sobre o que observa e, assim, ver sentido nas relações ali estabelecidas. Cria-se um conflito em sua mente: vê-se dividida entre o deslumbre e o asco por um mundo desconhecido, perigoso e belo:

As árvores estavam carregadas, o mundo era tão rico que apodrecia. Quando Ana pensou que havia crianças e homens grandes com fome, a náusea subiu-

lhe à garganta, como se ela estivesse grávida e abandonada. A moral do Jardim era outra. Agora que o cego a guiara até ele, estremecia nos primeiros passos de um mundo faiscante, sombrio, onde vitórias-régias boiavam monstruosas. As pequenas flores espalhadas na relva não lhe pareciam amarelas ou rosadas, mas cor de mau ouro e escarlates. A decomposição era profunda, perfumada... mas todas as pesadas coisas, ela via com a cabeça rodeada por um enxame de insetos, enviados pela vida mais fina do mundo. A brisa se insinuava entre as flores. Ana mais adivinhava que sentia o seu cheiro adocicado... O Jardim era tão bonito que ela teve medo do Inferno (op. cit. p. 16).

Apesar de não ter como elemento preponderante o caminhar, o processo reflexivo de Ana se dá, primeiramente, a partir de seu deslocamento. Não apenas os espaços pelos quais transita, mas o percurso errático que faz como um todo é extremamente importante para a elucidação de seus pensamentos conflituosos, antes reclusos em suas gavetas e momentos de ócio. “Perder-se significa que entre nós e o espaço não existe somente uma relação de domínio, de controle por parte do sujeito, mas também a possibilidade de o espaço nos dominar” (LA CECLA In CARERI, 2013, p. 48). A moral do Jardim era outra à sua habitual, era desprovida das leis e das normas a ela impostas – que agora a causavam náusea.

Como ressaltam Filho e Lima (2006), em citação à Bachelard, configura-se, no conto, “uma dialética de esquartejamento: entre a estabilidade (exterioridade social, subserviência) e a instabilidade psicológicas (interioridade psíquica que a faz desejar ser mais do que mera espectadora)” (p. 225). Na mesma medida, homologa-se a partir da relação entre os espaços interno e externo outra dialética, “entre o ser e o não ser” (p. 235), o que se torna ainda mais explícito a partir da sequência seguinte, onde Ana se desespera ao lembrar de seus filhos e se ergue com uma exclamação de dor. Ao adentrar o apartamento, passa a observá-lo por outras lentes, atormentada pelas reflexões de seu percurso. Inundada por seus pensamentos, dá um abraço demasiadamente forte em um de seus filhos enquanto lhe diz, baixo e faminta: “A vida é horrível...”. Nas palavras seguintes: “O que faria se seguisse o chamado do cego? Iria sozinha... Havia lugares pobres e ricos que precisavam dela. Ela precisava deles... Tenho medo, disse.” (p. 17).

Ana diz para si novamente que sente medo, mas decide ajudar a empregada doméstica a preparar o jantar. Observa com horror insetos e aracnídeos em sua cozinha, enquanto o calor se espalha pelo cômodo. Logo mais, convidados chegariam para jantar. E no jantar, Ana desempenha o habitual. Depois dele, contempla a paisagem – agora inquietante – da janela: “O que o cego desencadeara caberia nos seus dias? Quantos anos levaria até envelhecer de novo?” (p. 19). Um estouro vem do fogão e a tira de seu transe: era o marido, desajeitado, que deixara café derramar pelo chão da cozinha. Novamente

preocupa-se e diz: “Não quero que lhe aconteça nada, nunca!”. Nos três parágrafos finais, enfim, Ana, que “evitava o próprio ser” (FILHO; LIMA, 2006, p. 235) e passou a desejar o ser encontrado em seu interior, decide rejeitá-lo:

Ela continuou sem força nos seus braços. Hoje de tarde alguma coisa tranquila se rebentara, e na casa toda havia um tom humorístico, triste. É hora de dormir, disse ele, é tarde. Num gesto que não era seu, mas que pareceu natural, segurou a mão da mulher, levando-a consigo sem olhar para trás, afastando-a do perigo de viver.

Acabara-se a vertigem de bondade.

E, se atravessara o amor e o seu inferno, penteava-se agora diante do espelho, por um instante sem nenhum mundo no coração. Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia (LISPECTOR, 1998, p. 19).

Assim, Ana se reclui novamente, afastando-se (ou alienando-se) da vastidão da cidade e de suas ameaças. Ao lado do marido e com seus filhos dormindo, volta a sentir segurança. O conto demonstra, contudo, que há algo de emancipatório na experiência crítica e contemplativa do espaço, principalmente quando esta experiência ganha sensibilidade estética. De acordo com Ivo Ibri (2014), “Livrar-nos da forma [...] é um privilégio que nos permite experienciar uma consciência de unidade. Essa é, a propósito, a essencial característica da experiência estética” (p. 7-8).

Não obstante, quando o espaço explorado é pouco habitual ou desconhecido e quando o percurso foge à sintaxe predefinida, não apenas o deslocamento, mas o estranhamento tira-nos de nossas “zonas de conforto”, fazendo-nos questionar e admirar – mesmo que com medo – o alheio e suas relações, assim como a nós mesmos.

Friso, entretanto, que um olhar atento e reflexivo estranha e questiona mesmo imerso em seus lugares habituais. Qualquer paisagem pode se tornar uma interrogação, revelar em si novos objetos preñes de interpretantes. E isso não se deve somente à passagem do tempo, que evidencia transformações no espaço, mas também à fluidez deste, sempre sujeito a mudanças a partir das ações. Também nesse sentido, o caminhar se torna fundamental, como nos mostrará Virginia Woolf, em seguida, por meio do percurso de seu ensaio *Flanando por Londres* (2015).

1.2. Assombrando as ruas

Street Haunting (assombrando as ruas) é um ensaio escrito e publicado pela escritora britânica Virginia Woolf (1882-1941) em 1930. Com o título *Flanando por*

Londres, foi traduzido para o português do Brasil por Tomaz Tadeu como parte da coletânea *O sol e o peixe: Prosas poéticas* (2015) e nela inicia seu segundo capítulo, intitulado *A rua e a casa*. É válido salientar que, apesar da belíssima tradução dos ensaios de Woolf, perde-se parte de sua intencionalidade em *Street Haunting* com a mudança de enfoque na tradução do título original que, creio eu, é coerente com o texto e distancia a autora da figura do Flanêur. Durante esta seção, explicarei precisamente porque, bem como de que maneira Woolf influenciou minha posição enquanto caminhante e qual a sua importância enquanto leitora e escritora do espaço.

De acordo com Randi Saloman (2005), o ensaio tem como característica definidora e mais valiosa sua indeterminação. O autor se baseia em Theodor Adorno, que

argumenta que a forma resiste até mesmo a essa categorização geral, recusando-se conformar às leis da estética ou às da investigação científica, mas mantendo firmemente sua independência (ADORNO *apud* SALOMAN, 2005, p. 73).

Trata-se de um gênero textual que permite a libertação da forma normativa, enquanto molda sua própria forma (nesse caso própria de cada autor) a partir da experiência. Características ensaísticas como a fragmentação, o fluxo de consciência e o discurso indireto-livre seriam fundamentais aos escritores modernistas – como Woolf – também em contos e romances.

Em *Street Haunting*, Virginia Woolf brinca com as possibilidades do gênero, costurando cenas unidas por coincidência, sem organicidade (SALOMAN, 2005), a partir do deambular, durante o qual a autora observa transeuntes e figuras que clamam seu olhar pela rua, exagerando-os, refletindo sobre eles e complementando-os com sua imaginação. Como “pretexto para caminhar pela metade de Londres entre o chá e o jantar” (WOOLF, 2015, p. 43), a escritora decide comprar um lápis. No original em inglês: “*Really I must buy a pencil, as if under cover of this excuse we could indulge safely in the greatest pleasure of town life in winter – rambling the streets of London* (WOOLF, 1930; grifo meu). “*Rambling*”, nesse caso, implica deambular; divagar, o que se aproxima do flunar – andar ocioso sem sentido certo. A prática, por sua vez, foi fundamental a muitos escritores modernistas por valorizar a anonimidade em meio à observação e à experiência estética do espaço urbano (CARLUCCIO, 2020).

Vários modernistas viriam a ser criticados, em suas deambulações, por se distanciarem significativamente dos objetos e figuras a que observavam, demonstrando, segundo críticos como Georg Lukács, preocupação excessiva com critérios formais e estilísticos, introspecção em demasia e, conseqüentemente, apatia. O desapego e a alienação política seriam característicos do Flâneur, personagem amplamente discutida por Walter Benjamin em referência a Charles Baudelaire. Georg Simmel (2005) destacará tal traço como integrante de um crescente individualismo – uma *individualidade blasé* – que atua como escudo protetor em relação ao outro. Contudo, como enfatiza Cristina Carluccio (2020), a apatia do Flâneur, cara aos homens escritores modernistas, não necessariamente se aplica – apesar da associação simplista devido à força das tendências da época – em totalidade às mulheres escritoras de seu tempo, tais como Woolf.

Virginia Woolf tinha Londres não apenas como personagem, mas como combustível para sua escrita. Inspirava-se por meio de caminhadas, durante as quais observava a cidade com olhar atento. Carluccio destaca que é justamente o fato de que Woolf passeava pela cidade como mulher enquanto, ao mesmo tempo, capturava e revelava suas paisagens que tornam sua escrita sobre o espaço urbano fascinante. Woolf tratava o caminhar pela cidade e a observação do outro como aquilo que a afastava de uma “irritante estagnação” (WOOLF *apud* CARLUCCIO, 2020, p. 106), pois seria estimulada por inúmeras impressões e despertaria seu potencial criativo. Em *Street Haunting*, percebe-se uma Virginia Woolf que ecoa características do Flâneur ao simultaneamente distanciar-se subjetivamente e abstrair sobre seus objetos, mas que o faz precisamente para poder caminhar livremente como mulher pelas ruas. Torna-se “um enorme olho” (WOOLF, 2015, p. 45) que flutua pela cidade como uma assombração, convertendo-se em mais um entre vários transeuntes anônimos.

Nesse mesmo trecho, Woolf ressona Bachelard assim como Lispector, ao destacar a dicotomia entre os espaços interno e externo. Na rua, nossas máscaras e tudo aquilo que nos caracteriza materialmente se torna supérfluo. “Mas quando a porta se fecha atrás de nós, tudo isso desaparece. A carapaça que nossas almas tinham excretado para se abrigarem, para construírem para si uma forma diferente das outras, se parte” (p. 45). Em seguida, enquanto observa transeuntes, a autora imagina possibilidades:

Aqui se pode, com certa inspiração, traçar avenidas retilíneas e simétricas feitas de portas e janelas; aqui, sob as lâmpadas flutuam ilhas de luz pálida pelas quais passam rapidamente homens e mulheres reluzentes, que, apesar de pobres e esfarrapados, carregam certo aspecto de irrerealidade, um ar de triunfo,

como se tivessem escapulado da vida, de maneira que a vida, privada de sua presa, cambaleia por aí sem eles (ibid.).

Como leitora do espaço, Woolf deixa seu ensaio aberto à possibilidade. Na rua, nada possui à superfície, nada detém daqueles objetos que observa e liberta-se por meio da forma do texto a partir de sua experiência. Em sequência marcante do ensaio, a autora fixa seu olhar em uma mulher com nanismo em uma loja de sapatos e pergunta-se: “Como é, pois, ser uma anã?” (p. 47), colocando-se no lugar da personagem. Saloman (2005, p. 84) observa que “para a ensaísta, a anã é primeiramente um símbolo para um aspecto de si, (uma faculdade imaginativa ou um sentimento de diferença ou isolamento), ao invés de um personagem independente”. A mulher que, dentro da loja, se apresenta com empáfia, autoconfiança e pés “aristocráticos”, de volta à rua se torna, novamente, apenas mais uma entre uma multidão desajeitada que acompanha seu manquitolar. Assim, Woolf passa a elucubrar sobre o estranho e o grotesco enquanto caminha, notando diferentes figuras efêmeras.

Enquanto ajustou parcialmente sua experiência à da flanêrie do homem, flutuando livremente pela cidade, Woolf reinventou seu modo de observação, explicitando seus julgamentos e complementando sua experiência com a imaginação. Sua resposta é criativa: a de projetar individualidades sobre transeuntes indiferentes. “Para Woolf, a cidade parece agir simbolicamente como lugar imaginário em que e por meio do qual sua própria escrita poderia ser mais bem estruturada” (CARLUCCIO, 2020, p. 112). Dessa maneira, nas palavras da escritora, “conceberia inúmeras possibilidades”, sendo as ruas sua referência de continuidade. O que distancia Woolf do Flâneur, portanto, é o fato de que, apesar de assumir tal papel também enquanto narradora em *Street Haunting*, seu deambular não serve somente e passivamente à busca de prazeres estéticos, mas à função de contemplar infinitas possibilidades criativas, demonstrando empatia ao dar vida ao anônimo.

No ensaio, Woolf também especula sobre o que há por trás das portas pelas quais passa e discorre sobre sua admiração pelo comércio:

Sem nenhuma intenção de comprar, o olho é travesso e generoso; ele cria; ele enfeita; ele amplia. Parados no meio da rua, podemos erigir os aposentos de uma casa imaginária e mobiliá-los ao nosso bel prazer com sofás, mesas, tapetes [...] Mas, tendo construído e mobiliado a casa, não temos, felizmente, nenhuma obrigação de tomar posse dela; podemos desmanchá-la num piscar de olhos, e construir e mobiliar uma outra com outras cadeiras e outros espelhos” (2015, p. 51).

Ao ensaiar sobre a imaginação e o comércio, a autora valoriza o prazer do devaneio, por meio do qual pode preencher e esvaziar lugares imaginários, moldados a sua preferência. Seu caminhar pela cidade, por outro lado, serve como forma de revelar vazios e, conseqüentemente, gerar novos interpretantes sobre aquilo a que não pode acessar. E o faz por meio do devaneio poético, do devagar profundo e da projeção de si sobre as coisas.

Ao final do ensaio, Woolf se lembra da missão a que se propôs desde o princípio: a de comprar um lápis. Observa atentamente a vida na loja e em suas proximidades e, então, retorna rebobinando as imagens de sua experiência. Seu objetivo, agora, é escrever um ensaio com o lápis que comprou. “Depois de se colocar no espaço vazio da comunidade urbana, a tarefa de Woolf continuou sendo a de preencher o espaço que ainda estava presente na página” (CARLUCCIO, 2020, p. 115). No penúltimo parágrafo, Woolf reflete sobre como, na rua, “podemos assumir, brevemente, por alguns minutos, o corpo e a mente de outra pessoa” (2015, p. 60), imaginando-nos por olhares alheios. Assim se encerra *Street Haunting*:

É verdade: fugir é o maior dos prazeres; flunar pelas ruas no inverno, a maior das aventuras. Ainda assim, enquanto nos aproximamos, de novo, dos degraus da nossa própria casa, é confortador nos sentirmos envolvidos pelas velhas posses, pelos velhos preconceitos; e sentirmos o eu – que foi jogado de um lado para o outro em tantas esquinas, que foi golpeado como uma mariposa na chama de tantas e inacessíveis luzes – abrigado e protegido. Aqui está, de novo, a porta de sempre; aqui, a cadeira virada como a deixamos e o vaso de porcelana e o círculo marrom no tapete. E aqui – não deixemos de examiná-lo com carinho, de tocá-lo com reverência – está o único butim que, dentre todos os tesouros da cidade, conseguimos resgatar: um lápis (ibid.).

De volta a sua casa e aos seus objetos habituais, Woolf demonstra prazer em voltar a estar imersa em um espaço que reflete sua intimidade, guardando consigo apenas o lápis como recordação de sua caminhada. Como aponta Frederic Gros (2014), o caminhar também implica um processo de autolibertação que traz, consigo, suas próprias limitações, pois o desapego do tempo nos aliena da velocidade. Ao mesmo tempo, possibilita a felicidade do retorno às velhas inércias. Ao contrário de Ana, Virginia Woolf, sempre reflexiva, satisfaz-se com seu retorno, afinal está habitualmente em movimento, dando continuidade a seu processo criativo enquanto renuncia à segurança de sua casa e inspira-se em seu flutuar pela cidade.

Deambular – reafirmo – também constitui um ato de rebeldia, uma transgressão dos limites a nós impostos e do planejamento urbano feito para controlar os fluxos de movimento. O perambular denota uma espécie de rejeição que possibilita, fora do

percurso do trabalho, vislumbres de liberdade (GROS, 2014). A esta pesquisa, no entanto, cabe transgredir a sintaxe urbana com uma grande lupa. Caminho para observar a cidade, pois sei que assim poderei contemplar interpretantes outros aos que normalmente apreenderia por vias convencionais: dentro de automóveis ou trotando, contido, num percurso sem ramificações, quiçá flagrando qualquer coisa pela janela. Me espelho em Woolf para dar vida à cidade por meio de sua leitura – sua experiência estética – e escrita, mas me difiro dela ao, por meio da investigação científica, envolver-me em sua trama política para discutir seus conflitos e tensões.

Segundo Peirce, “a ciência consiste em realmente distender o arco na direção da verdade, com atenção no olhar, com energia no braço” (CP 1.235 In FERRARA, 1987, p. 1). A pesquisa, pois, como *coisa viva*, “é a produção desautorizada e nova de informação” (FERRARA, 1987, p. 2); um processo que, caso inovador, ocasiona a desautomatização:

A informação possui duas válvulas reguladoras: de um lado, a adaptação informacional, de outro, a inovação, a informação nova. A adaptação supõe uma redução ou tradução de informações de um repertório mais alto, para outro mais baixo, tendo em vista um aumento quantitativo de receptores da mensagem. Por outro lado, a inovação ou informação nova é, na prática, um quase signo novo, uma quase novidade, porque não é possível operar com a informação totalmente nova, seria incompreensível. Entretanto, para ser nova, a informação deve reverter a rotina, deve ser, no mínimo, desautomatizante (ibid.).

Assim, conforme se automatiza a produção de conhecimento, tende-se à adaptação conforme reduções ou traduções informacionais de repertório mais alto, isto é, do que é mais comumente e rigorosamente definido e defendido. Portanto, a ciência deve ser, sempre que possível, reflexão ou comentário sobre a própria lei; deve ser capaz de “reverter a rotina de normas, crenças e hábitos de conduta automatizada” (ibid.). Há, não obstante, a constância da contrapartida da dúvida, que coloca em evidência a força e a universalidade das leis a que se questiona. Para desafiá-las, é preciso de experiência com o objeto investigado rumo ao processo abduutivo. Esta pesquisa, por sua vez, “supõe uma postura anti-tradicional, incerta, mais para flagrar uma possibilidade inusitada do que para acertar” (ibid.) por meio da experiência estética e da observação crítica do espaço urbano.

Consciente das limitações em torno do caminhar, – tanto em relação a até onde a sintaxe urbana permite ir, quanto aos fatores psicológicos e físicos que tendem a abreviá-lo – busco a construção de uma postura simultaneamente desobjetivante e objetiva em relação a meu *locus*. Desobjetivante, pois me espelho na *flanêrie* e em Virginia Woolf para flutuar como observador e vislumbrar liberdade em meio à conformidade visando

desenvolver um percurso desautomatizante; emancipatório, em via de mão-dupla. Objetiva, porque durante meus passeios, mesmo em meio à experiência estética, – que, por si só, deve presar por certa inocência – não me dou ao luxo de ignorar o fato de que estou fazendo ciência e, por isso, comprometo-me com seu propósito questionador e inovador, bem como com seus possíveis benefícios à comunidade.

Clarice Lispector e Virginia Woolf são complementares para a compreensão do deslocamento e, conseqüentemente, do caminhar como transformadores e geradores de possibilidades; enquanto potencialmente desalienantes. O devanear pela cidade tira-nos de nossas inércias habituais, colocando-nos em confronto e em reflexão com e sobre o espaço urbano. É também uma maneira de gerar significado e direcionar nova luz a objetos negligenciados, de forma a criar questionamentos e alterar perspectivas em relação à cidade e seus lugares – íntimos ou comuns. Finalmente, feito este preâmbulo, discorramos sobre os procedimentos metodológicos caros a esta pesquisa.

1.3. Por onde andar?

1.3.1. Ponto de partida

Este trabalho teve início com a criação de uma proposta em que, por meio de leituras preliminares selecionadas em três eixos (espaço, cidade e semiótica), propus uma indagação embrionária a respeito dos efeitos do capitalismo sobre a maneira pela qual observamos o espaço. Como morador de Águas Claras, questionei-me sobre se seria possível encontrar momentos de contemplação pura, espaços que pudesse experienciar esteticamente em meio a uma cidade pouco sutil em relação a seus aspectos cosmopolitas mais nocivos. Contudo, durante minhas leituras e principalmente ao longo do processo em que vivenciei tal espaço para fins científicos, cheguei à conclusão que me fazia uma pergunta retórica. Sabia que tal empreitada seria possível mesmo que num pequeno jardim em meio a arranha-céus desde que estivesse disposto e despido de cinismo. Ainda mais importante seria a abordagem que me acompanharia ao experienciar o espaço urbano; minha postura diante de meu objeto, algo que pairou sobre meus pensamentos sem solução fácil durante muito tempo.

Durante o estudo preliminar do primeiro eixo (espaço), tive como principais leituras textos de David Harvey (2004), Milton Santos (2006), Michel de Certeau (2014) e, por uma perspectiva fenomenológica, Gaston Bachelard (2000). Os quatro autores se

provaram fundamentais durante todo o processo de pesquisa, pois contemplaram tanto o olhar crítico – embasado pela teoria marxista – quanto o olhar estético – baseado na filosofia continental. Assim, pude compreender o espaço como inalienável do tempo, bem como indissociável de seus aspectos sociopolíticos e simbólicos.

O eixo cidade teve como leituras iniciais obras de Richard Sennett (2018), Henry Lefebvre (2008) e Georg Simmel (2005). Os dois últimos se tornaram autores base da pesquisa, especialmente por serem complementares aos autores do eixo anterior, devido a estenderem suas discussões ao espaço urbano. Ambos possuem visões que concordam com Harvey e Milton Santos em suas visões teóricas, ao passo que Simmel compreende ainda o aspecto psicossocial dos efeitos do capitalismo sobre a cidade.

Finalmente, no terceiro eixo (semiótica) tive como primeiras leituras os tratados de Iuri M. Lotman sobre a semiosfera em *La Semiosfera I* e os postulados de Charles Sanders Peirce nos *Collected Papers* sob orientação de seus comentadores. Dessa maneira, busquei uma união cautelosa de seus repertórios teóricos de forma a dar conta do espaço por meio da semiótica, o que me levou naturalmente a Lucrécia D’Aléssio Ferrara (1981; 1987; 2002; 2010; 2018) como norteadora e referência para a articulação de diversos pontos da pesquisa, do princípio ao fim.

Após a pesquisa teórica preliminar, prossegui a um processo extenso de leituras a respeito da construção e do desenvolvimento de Águas Claras. Observei, contudo, que a maior parte dos textos levantados investigam, prioritariamente, as áreas da geografia e da arquitetura ou do urbanismo, tecendo em meio a seus argumentos relações entre aspectos espaciais, estruturais e políticos. Pereira (2016), Pereira e Cruz (2021) e Campanhoni (2011; 2018) observaram-na pela perspectiva urbanística, enquanto Albuquerque (2009), Leite (2009), Oliveira (2009) e Silva (2016) tiveram como ponto de vista predominante o da geografia. Mariana Albuquerque (2009), por sua vez, foi fundamental para a construção das relações entre Águas Claras e autores-base como Santos, Lefebvre e Harvey. Alex Araújo (2021) foi o único a abordar aspectos estéticos e comunicacionais caros à satélite e, por isso, foi de grande inspiração a esta pesquisa. Enfim, para compreender a formação do Distrito Federal e seu modelo de expansão urbana, imperativo na construção de suas RAs, tive como principal referência Aldo Paviani (1996; 2010).

Friso, porém, que nenhuma das pesquisas levantadas tem como ponto focal a percepção, a semiótica ou a estética, ainda que Araújo (2021) pincele tais temas em sua dissertação. Outro ponto não menos importante é o fato de que, dos pesquisadores citados, apenas Paviani tratou de Águas Claras enquanto Doutor, o que traz presença quase inexpressiva de artigos sobre a cidade em revistas científicas de maior prestígio e menos destaque em motores de pesquisa de forma geral. Todavia, tal detalhe não torna esses trabalhos menos relevantes, afinal são fundamentais como pontos de partida para qualquer pesquisador que busque entender melhor a formação de Águas Claras, sendo assim indispensáveis para o estudo dessa cidade, ainda muito jovem.

Tanto a quantidade ainda pequena de trabalhos produzidos, quanto a pouca relevância dada a questões não analíticas ou não materiais presentes na satélite fornecem um *gap* cuja investigação é de suma importância, a considerar também que Águas Claras se trata de um fenômeno pouco conhecido além das fronteiras do Distrito Federal. Nesse sentido, tê-la como local de pesquisa serviu também para atrair holofotes à sua análise por meio de perspectivas similares ou diferentes da minha.

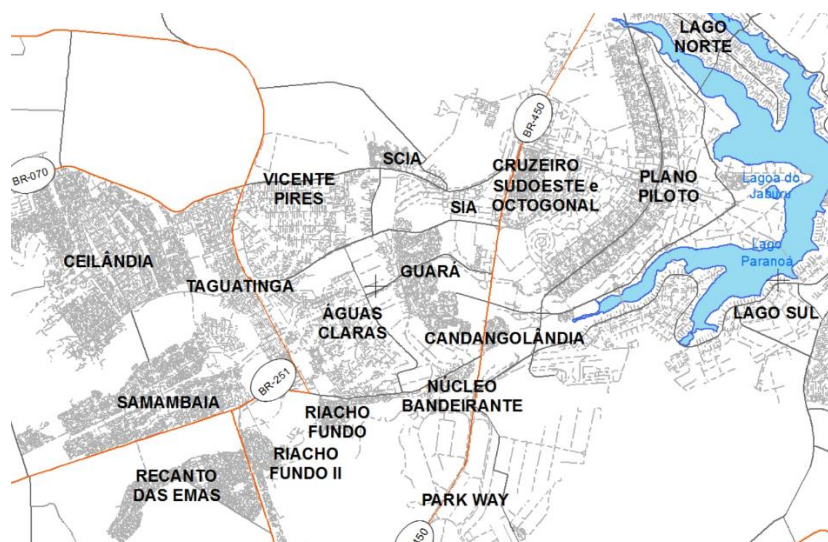
As leituras sobre a cidade de Águas Claras tiveram como etapa seguinte uma pesquisa documental e estatística em que, por meio de dados fornecidos pela PDAD (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios) de 2021 e pelo Censo Demográfico do IBGE de 2022, pude encontrar números – alguns podem ser notados durante a leitura deste trabalho – representativos quanto à situação socioeconômica da região, também em comparação com outras RAs. Além disso, foi feita leitura do Plano Diretor de Águas Claras (ZIMBRES E REIS ARQ ASSOCIADOS, 1991) com apoio dos trabalhos de Pereira (2016), Pereira e Cruz (2021) e Albuquerque (2009). Informações a respeito de um projeto homônimo jamais executado datado da década de 1970 puderam ser encontradas em Paviani (1996).

Outros recursos importantes para a pesquisa foram o Atlas do Distrito Federal de 2020 que, assim como a PDAD, é de autoria da Codeplan¹¹ (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), bem como mapas e imagens de satélite disponibilizados pela SEDUH (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal) (Figura 3). Tais imagens, sobretudo as disponíveis no Geo Portal da SEDUH, permitem a

¹¹ Atualmente a CODEPLAN está em processo de liquidação, transferindo todo o seu acervo para o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan). Futuras pesquisas deverão se apoiar no site <https://www.ipe.df.gov.br/>.

visualização do território e de seus objetos como um todo, sem a interferência de anúncios, obstáculo comum em softwares de geolocalização. O Geo Portal fornece, por meio de um mapa dinâmico de utilização intuitiva, informações diversas, como a malha cicloviária, lotes escriturados, áreas passíveis de regularização, obras públicas, redes de infraestrutura etc. A SEDUH também fornece mapas históricos da ocupação do Distrito Federal que permitem a visualização de sua expansão urbana ao longo do tempo. No mapa a exemplo (Figura 4), pode-se observar o processo de expansão do qual fez parte e em que se destacou a construção de Águas Claras (iniciada em 1992) na região oeste da capital. Observe-o tendo como referência a localização de Águas Claras na Figura 3.

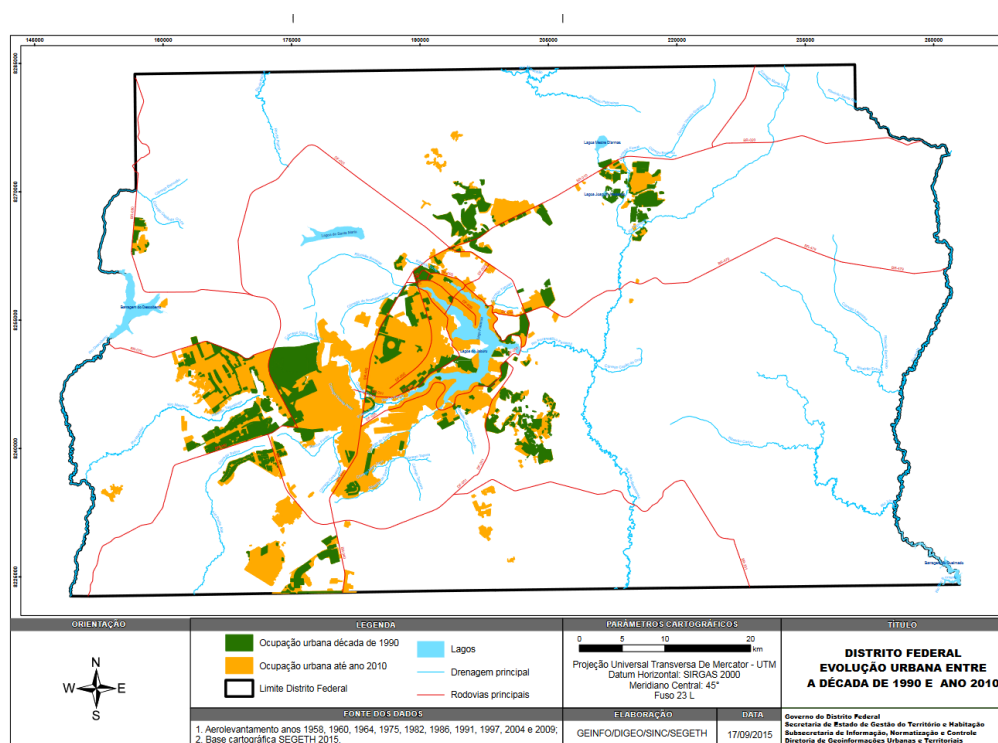
Figura 3: Parte do mapa das principais localidades do DF.



Fonte: SEDUH/DF.¹²

¹² Disponível em: <https://www.seduh.df.gov.br/mapas-2/>.

Figura 4: Mapa de evolução da ocupação urbana do DF entre a década de 1990 e o ano 2010.



Fonte: SEDUH/DF.

As pesquisas documentais e estatísticas deram lugar, então, a um segundo momento de estudo teórico, em que me aprofundei em alguns dos temas anteriormente trabalhados, em especial no que tange à semiótica e à estética. Apoiando-me em Lúcia Santaella (1994) e nos escritos de Peirce acerca do hábito, investiguei a estética tendo como referência o pragmatismo e sua potência transformadora. Também me dediquei a compreender, à luz de Peirce, a dimensão diagramática do pensamento – que será mais bem descrita na subseção seguinte – para melhor concepção de meus percursos durante as caminhadas a que me proporia.

Expostos os processos iniciais de pesquisa e seus materiais de apoio, adentrarei um segundo momento do trabalho, durante o qual construí minha postura científica e os procedimentos metodológicos que me levaram à experiência da cidade, a apurações de informações locais, bem como a um novo processo de leituras e pesquisas complementares.

1.3.2. Passo a passo

Até então, sabia que minha forma de pesquisa de campo seria o caminhar pela cidade, mesmo enquanto morador, – o que me beneficia por minha vivência na cidade – pois precisava não apenas comprovar minhas hipóteses a partir da experiência, mas de uma amostra significativa de dados a serem analisados para tal. Sabia também que minha postura durante tais saídas deveria ser, simultaneamente, objetiva e desobjetivante, por isso levaria comigo as reflexões e as abordagens dos autores delimitados à pesquisa. Foi então que, em meio à dúvida, o método cartográfico proposto por Suely Rolnik (2016) surgiu como recurso que expandiu meus horizontes de pesquisa.

O método cartográfico pressupõe uma postura que, frente a expansão cognitiva do capitalismo contemporâneo, alimentado pela criação e pelo conhecimento, visa observar micropolíticas – as potências dos hábitos cotidianos – para a compreensão de um escopo maior; nesse caso, Águas Claras. Nesse sentido, abre-se à “flexibilidade de experimentação e de improvisação” (ROLNIK, 2016, p. 21), de forma a criar territórios afetivos e se apropriar das teorias e dos encontros decorrentes do percurso. Com a cartografia, Rolnik nos pergunta, primeiramente:

[...] como e onde se opera o estrangulamento vital que nos aprisiona ao intolerável e nos asfixia? Como nossa subjetividade é capturada pela fé na religião capitalista? Como nossa força de criação é drenada pelo mercado? E nossos desejos, nossos afetos, nosso erotismo, nosso tempo? (ROLNIK, 2016, p. 22).

Ao pretender investigar como o sistema capitalista – representado por seus agentes produtores – se apropria do espaço, criando-o e o destruindo, assim como de que maneira toma controle de nossos hábitos, engendrando-se no cotidiano, faço de tais questionamentos meus através de minha experiência urbana enquanto pesquisador e observador. Contudo, ao me apoiar na cartografia, devo observar também as possibilidades presentes no espaço urbano e nas ações humanas para superar crenças limitadoras. Novamente, Rolnik traz questionamentos inquietantes:

[...] como liberar a vida desses seus novos impasses? [...] Que políticas de subjetivação estão sendo inventadas pelos movimentos de criação individuais e coletivos através das quais a vida se liberta de sua cafetinagem? O que terá levado, em cada caso, ao rompimento da crença no paraíso? Que outros possíveis se anunciam? Como concretizá-los? (ROLNIK, 2016, p. 22).

Dessa maneira, uma cartografia também prevê a busca por práticas comunitárias e atividades cotidianas que façam frente a hábitos deteriorados, tendências nocivas à vida. Como a vida comunitária resiste, em Águas Claras, mesmo que enclaves confinem seus

moradores? Onde o lugar se pratica, de forma a significar espaços públicos, terrenos baldios e obras inconclusas além de seus interpretantes usuais? Para tanto, devo me tornar, além de caminhante, cartógrafo: um “antropófago” (ROLNIK, 2016, p. 23) capaz de deglutir poéticas, teorias e mundanidades de forma a analisar as “estratégias de formação do desejo” – as unidades produtivas dos fluxos – “no campo social” (p. 65) e canalizar as intensidades do cotidiano, dando-lhes sentido.

De acordo com Rolnik (2016, p. 69), “a prática do cartógrafo é [...] imediatamente política”, pois se faz em uníssono com os movimentos e as transformações do espaço em que se efetua, sem necessariamente se conformar a protocolos normalizados. Os princípios e os critérios de um cartógrafo dependem das particularidades do meio a que se propõe, das potências que é capaz de observar; o mesmo pode ser dito a respeito da construção do repertório teórico de uma pesquisa que tem a cartografia sentimental como um de seus métodos:

[...] pouco importam as referências teóricas do cartógrafo. O que importa é que, para ele, **teoria é sempre cartografia** – e, sendo assim, ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ela acompanha [...] para isso, o cartógrafo absorve matérias de qualquer procedência (ROLNIK, 2016, p. 65).

Assim, com a flexibilidade proporcionada pelo método cartográfico em concordância com meus propósitos, defini como caminharia pela cidade. Inspirando-me no flunar de Virginia Woolf, justifiquei-as por atividades cotidianas ou lúdicas, durante as quais derivaria por possíveis pontos de interesse dentro dos limites de trajetos comuns da cidade; percursos típicos de moradores, seja em direção a parques, praças internas, comércios locais ou utilitários. Daria a mim “desculpas” para passear por aí, aberto ao acaso, pronto para ser capturado – inocente ou cínico – por coisas pequenas ou grandes enquanto observador contemplativo, mas empático, interessado em tensionar o terreno fértil à discussão científica na cidade com o intuito de avivar suas subjetividades, potencializar e gerar significações.

Desse modo, durante esta etapa de pesquisa de campo, escrevi nove relatos ensaísticos através de nove percursos em diferentes áreas de Águas Claras (Figura 5), durante os quais estive sempre acompanhado de meu aparelho celular, que possibilitou a captura de centenas de registros fotográficos, fundamentais para a visualização dos meus pontos de interesse por parte do leitor. O smartphone também me auxiliou no registro escrito de tais pontos: criei o hábito de me sentar em bancos de praças e anotar, por meio do aplicativo de notas nativo, palavras-chave ou impressões que tive enquanto

caminhava. Em seguida, em frente ao notebook, transformava-as em relato duro, de leitura truncada – um protótipo – sempre acompanhado por investigações acerca de eventos e lugares de Águas Claras em arquivos de jornais locais, comunitários e reportagens recentes. Posteriormente, os relatos duros e suas apurações se transformavam em textos com maior fluidez, onde pontuava trechos cujos temas seriam frutíferos a discussões proveitosas à escrita desta dissertação.

Figura 5: Mapa das áreas delimitadas para cada caminhada. O mapa utilizado para a sobreposição feita por mim foi fornecido pelo Geo Portal da SEDUH.



Fontes: arquivo pessoal do autor e SEDUH¹³.

Os registros escritos e imagéticos feitos a partir das caminhadas deram, portanto, forma a meu diário de campo, meu relato de espaço. Passo a passo, perguntei-me de que maneira poderia representar meu percurso, de maneira a criar um diagrama que desse conta de meus sentimentos. Contudo, o simples caminhar pela cidade acompanhado da apreensão de impressões e sentidos já constitui um ato de diagramação; de mapeamento. Milton Santos (2006), por exemplo, ressalta que “a partir o reconhecimento dos objetos na paisagem e no espaço somos alertados para as **relações** que existem entre os lugares” (grifo meu). Tal processo, segundo Peirce, é inerente ao pensamento: “o diagrama funciona [...] como um esquema dinâmico do pensamento, – um dispositivo gráfico –

¹³ Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>.

com o intuito de ilustrar as relações em um determinado sistema” (PEIRCE *apud* MACHADO, L., 2021, p. 68). Não à toa costumamos desenhar percursos de modo a representar o espaço, dando materialidade a nossos diagramas.

Como signo icônico¹⁴ – isto é, qualquer imagem material, como uma pintura, amplamente convencional no seu modo de representação; mas em si mesma, sem legenda ou rótulo (CP 2.276, 1903) – diagramas são reconhecidos em sua similaridade com certos objetos a partir da composições de imagens (mentais ou materiais) (SANTAELLA, 2008), contudo, “pode não haver nada que faça lembrar o objeto ou fenômeno que eles representam” (p. 157); sua semelhança ao objeto está em nível estrutural: “das relações entre as partes do signo” (ibid.). Segundo Fátima Santos (2019), o diagrama:

[...] opera como um filme que relata a ação do pensamento do seu propositos e indicia o modo como este organiza informações, substituindo processos caóticos por uma síntese que revela o seu modo de pensar ou o seu olhar sobre aquele conjunto de signos.

[...] Os diagramas que se apresentam sobre o espaço urbano guardam uma particularidade, sintetizam o espaço, mas permitem representar estratégias de ação particular sobre um dado território, e passam, portanto, a ser agenciados por um usuário/observador (SANTOS, F., 2019, p. 3).

Assim, diagramas permitem a percepção do movimento do observador (p. 5) de maneira a sintetizá-lo em uma representação. Admiti, portanto, que ainda que meus relatos cumprissem função de diagramar meus movimentos, seria importante que produzisse recursos visuais para a visualização do leitor por meio de um mapa. Entretanto, parecia-me um desvio de rota elaborar representações que se aproximassem demasiadamente de mapas urbanos convencionais, pois, ainda que esses sejam uteis a seus propósitos, não são acompanhados por ensaios ou textos teóricos. Nesse caso, relatos e registros fotográficos dão asas à imaginação, enquanto a representação do percurso se reduz à demarcação rudimentar e manual de um trajeto acompanhado por meus pontos de interesse (Figura 6):

¹⁴ O diagrama, dentro da teoria de Peirce, é classificado como *signo icônico* ou hipoícone, “signo ou representamen icônico, um *ícone degenerado*” (PEIRCE *apud* FRANCO; BORGES, 2017, p. 46). O signo icônico possui sua própria tríade, ainda que esta não tenha sido amplamente discutida por Peirce. Nas palavras do teórico: “Os hipoícones podem ser divididos, grosso modo, de acordo com o modo de Primeiridade do qual participam. Aquelas que participam de qualidades simples, ou Primeiras Primeiridades, são **imagens**; aquelas que representam as relações, principalmente diádicas, ou assim consideradas, das partes de uma coisa por relações análogas em suas próprias partes, são **diagramas**; aquelas que representam o caráter representativo de um representamen por meio da representação de um paralelismo em outra coisa, são **metáforas** (CP 2.277, 1903, tradução minha, grifos meus).

Figura 6: Exemplo de mapa de percurso (1ª caminhada).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Como parte de meu processo de qualificação, realizei, em novembro de 2023, uma caminhada preliminar afim de testar meus métodos em campo e introduzir parte de meu referencial teórico. O período que compreendeu da segunda à oitava caminhada foi de março a junho deste ano (2024), enquanto o nono e derradeiro percurso foi realizado em novembro de 2024, um ano após o primeiro e ao findar do período de seca no Distrito Federal. Durante e após o processo de pesquisa de campo, busquei constantemente leituras complementares a fim de dar corpo à argumentação presente neste e nos demais capítulos, bem como às discussões feitas a partir dos relatos descritos e desenvolvidos.

Retomo, enfim, de Certeau (2014):

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo [...], pode-se enveredar por outro caminho: “analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento” (DE CERTEAU, 2014, p. 162).

Caminhando, coloco-me em movimento junto à cidade e suas transformações. Observo seus meandros, devaneando sobre os conflitos que nela se instalam e nas possibilidades que surgem à superfície, dando-as destaque. Cabe a mim o olhar a nível do solo em uma pesquisa qualitativa para compreender o todo, também como forma de resistência e como alternativa ao que se convencionou e nos limita, tanto cientificamente quanto no cotidiano. Porém, antes de adentrar a cidade, é necessário entender como se deu sua concepção e sua construção, afinal não há espaço sem história.

2. O caso de Águas Claras

2.1. Expansão urbana e modernidade em Brasília

Com a chegada do modernismo ao Brasil, em 1936, materializada no Edifício Esther de Álvaro Vital e Adhemar Marinho, há uma mudança gradativa na função do arquiteto brasileiro e no olhar estatal sobre o espaço urbano. Rejeita-se o legado da arquitetura colonial barroca, assim como o modernismo pretende que o seja, por meio do abandono do elemento pictórico ou plástico (do ornamento) em benefício da dita “pureza geométrica” (FERRARA, 1981, p. 13); da “forma pura”, por vezes concreta. O arquiteto se torna idealizador de uma nova cidade, “a cidade do mundo técnico” (p. 14), idealizada mediante sua funcionalidade: “máquina de morar” (ibid.).

Rompe-se, portanto, com o código estético previsto pelo neoclassicismo à medida em que a representação passa a não ser mais valorizada pelo seu grau de semelhança com o objeto (FERRARA, 1981). A partir do afastamento de funções predefinidas, isto é, de uma “antiverossimilhança” (op. cit., p. 36), presume-se a exigência da construção – através da linguagem – de perceptos singulares. Nas palavras de Ferrara: “o significado não é, ou está, processa-se”.

Brasília, capital modernista, surge dentro de tal paradigma, apresentando-se – tal qual cunha Ferrara – como *obra de arte difícil*. As formas de seu eixo monumental pouco remetem às tendências arquitetônicas tradicionalmente brasileiras, tampouco dão de bandeja o que representam. Os prédios de sua região central, o Plano Piloto, alargam-se horizontalmente, diferindo-se dos arranha-céus das grandes metrópoles capitalistas. Tais formas fizeram com que o observador, seja visitante ou imigrante, fosse confrontado com uma mudança de visão – um *estranhamento* – acerca do espaço urbano quando em deslocamento pela Capital Federal.

Lúcio Costa enxergava o Plano Piloto como “reconexão entre os residentes e a dimensão bucólica e edílica” possibilitando que estes tivessem a oportunidade de “desfrutar do melhor desses dois universos, equacionando o conflito da tradicional dicotomia – real e simbólica – entre campo e cidade, entre o rural e o urbano” (PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 5). Contudo, conforme a expansão da Capital em modelo polinucleado

(divide-se em diferentes centros urbanos), tal lógica se repete apenas parcialmente, sendo em grande parte negada pelos agentes produtores do espaço.

Ao analisar a expansão urbana de Brasília, Aldo Paviani (2010) se indaga quanto a quem se beneficia com o modelo polinucleado de assentamentos urbanos, e encontra sua resposta ao relembrar Milton Santos, ao passo que “a dissolução [...] ou a pulverização serve mais ao controle da cidadania pelo Estado” (SANTOS *apud* PAVIANI, 2010, p. 76) do que à função de criar diferentes zonas de desenvolvimento. O autor complementa:

Fragmentando a cidade, criando núcleos múltiplos, desencorajam-se pressões populares, estimula-se a ideologia da casa própria, exalta-se a beleza do bairro administrativo, tomba-se o patrimônio arquitetônico, congela-se a imagem das belas formas paisagísticas, erguem-se panteões e signos ideológicos ostentatórios. Escusado dizer-se que se privilegia o capital, os amigos, os parentes e as formas cada vez mais sofisticadas de formalismos, clientelismos e assistencialismos que permeiam toda a tecitura social brasileira (estando Brasília, no caso, apenas pondo às claras todo o processo) (PAVIANI, 2010, p. 76).

Nesse prisma, em Brasília, a setorização cara a Le Corbusier acaba por se mobilizar para reproduzir a lógica de produção de espaços predominante no Brasil, tendo, dessa vez, o Estado como designador do uso da terra. No caso de Brasília, é o GDF – Governo do Distrito Federal – quem detém a terra e decide se a iniciativa privada terá ou não participação em seu uso. Comumente, por meio de licitações da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), as terras passam às mãos da iniciativa privada representada por incorporadoras e gigantes da construção civil, intimamente ligados (e muitas vezes sobrepostos) à classe político-administrativa.

Se por um lado Brasília se apresenta como esteticamente estranha quando em comparação com as formas mais comuns na arquitetura brasileira, não deixa de seguir os moldes de outras experiências urbanísticas (como a do Rio de Janeiro), expulsando – dessa vez desde o princípio – a classe trabalhadora (que a ergueu) de seu centro, dando raridade à terra e moldando seus diversos núcleos a determinadas funcionalidades e classes sociais.

O processo de modernização que tem como resultado Brasília e consequentemente suas Regiões Administrativas, engendra-se por meio de um duplo processo, cujas forças motrizes são “o avanço das forças técnico-produtivas, – a industrialização – mas também a urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 1991, p. 80 In COLOSSO, 2016, p. 80). Tal conformidade é fruto de um desejo de rápida urbanização, industrialização e ocupação de espaços vazios refletidos no ideal nacional desenvolvimentista, aliados aos ideais

urbanísticos fortalecidos pela Carta de Atenas (1933) e pela Carta do Habitat¹⁵ (1953). Ambos os tratados se concretizam na setorização do DF e revelam tentativas diversas de reorganização da vida social como auxiliar e anexa à organização técnica do trabalho (LEFEBVRE *apud* COLOSSO, 2016).

Independentemente dos desejos edílicos de Lúcio Costa, Brasília se consuma – a exemplo, por meio de suas largas avenidas e rodovias, fazendo-se própria para o uso de veículos automotores – num produto da racionalização da indústria e da tecnocracia. Ordenado por eixos geométricos, o Plano Piloto foi higienizado e preferido conforme a exclusão de seu proletariado, extirpado do produto de seu trabalho. Trata-se, como explica Paviani (2010), de um processo de *periferização planejada* representado pelas cidades-satélites, intencionalmente espaçadas entre si. Assim, concentram-se equipamentos urbanos de melhor qualidade e atividades (como eventos culturais) no Plano Piloto, sob justificativa da sua preservação, bem como da bacia do Lago Paranoá (PAVIANI, 2010), em detrimento da periferia.

O processo de periferização, por sua vez, pauta-se a partir de um discurso estritamente técnico que, além de ignorar a vida social da periferia, bem como a história e os anseios de seus moradores – ou seja, considerar o espaço como social e politicamente neutro – promove “o trabalho estranhado, o lazer passivo e a vida privada reclusa [...] e, com isto, a fragmentação interna e externa dos sujeitos, o tédio e a monotonia” (COLOSSO, 2016, p. 83) em áreas alheias ao centro.

O projeto Águas Claras, por sua vez, surge, em sua primeira versão, ainda dentro do paradigma modernista, assim como do modelo de expansão polinucleado, durante o Governo Elmo Serejo (1974-1979). Não obstante, havia o intuito de fortalecer a região de Taguatinga como principal centro comercial do DF. A ideia era criar um “segundo centro”, deixando ao Plano Piloto a função de *Central Business District*¹⁶. Havia possibilidade de que a região fosse marcada pela presença de centros de pesquisa e diversas universidades, como sugere Paviani. O projeto surgiu concomitantemente ao de

¹⁵ A Carta de Atenas foi publicada na cidade homônima a partir do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 e define as diretrizes e as formas que nortearam o urbanismo moderno, preconiza a setorização e a funcionalidade da cidade, concebida como organismo. Já a Carta do Habitat foi desenvolvida em 1953 no 9º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em Aix-en-Provence (França) e focou-se na resolução prática de problemas, considerando o indivíduo, a família e a comunidade a partir dos preceitos da Carta de Atenas (CRONOLOGIA DO PENSAMENTO URBANÍSTICO, 2018).

¹⁶ *Central Business District* é uma denominação para centros comerciais e de negócios, que podem concentrar escritórios e firmas. Comumente abrigam o setor financeiro nas grandes cidades cosmopolitas.

Samambaia¹⁷, que foi concretizado durante os anos 1980. Durante o Governo José Ornellas (1982-1985), houve acenos de que o projeto voltaria à tona, o que não se fez.

É somente com os primeiros mandatos do Governo Joaquim Roriz (1988-1990 e 1991-1995), que Águas Claras toma forma com a idealização do Plano Diretor assinado por Paulo Zimbres, no ano de 1991. A cidade, contudo, ergue-se em meio a uma campanha expansionista do então Governador – que visava ocupar novas áreas do DF – e à crítica ao modelo da Cidade Modernista, trazendo consigo certa nostalgia de uma dita “cidade tradicional brasileira” e um desejo de modernização aos moldes de cidades como Edimburgo, Milão e Nova York.

Como explicam Pereira e Cruz (2021), o Plano Piloto gerava insatisfação e debate em termos de planejamento urbano, tanto pelo excessivo espaçamento na ocupação do solo, quanto pela rarefação do adensamento populacional. Representa-se, assim:

[...] uma oposição à morfologia do quarteirão parcelado em lotes com edificações contíguas, onde somente as fachadas frontais dão face à rua, comuns nas cidades europeias, as quais Le Corbusier intitulava *rue-corridor* (CORBUSIER, 2004[1930]). Somada ao uso excessivo do transporte individual, essa característica foi um dos elementos mais marcantes das críticas orientadas ao desenho urbano do Plano Piloto de Brasília (BICCA, 1985; HOLANDA, 1985a; HOLSTON, 1993 [1989]; FRAMPTON, 1997). A falta “esquinas” em quarteirões para encontros fortuitos e o desenho viário voltado para o automóvel foram os principais argumentos que reverberaram a já consolidada crítica aos preceitos do Movimento Moderno como um todo (JACOBS, 2011[1961]; VENTURI, 2004[1966]; HALL, 2013[1988]) (PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 2).

Trinta e dois anos após a autorização da construção de Águas Claras, em 1992, como bairro de Taguatinga, o que se vê é um cenário muito diferente do idealizado por Zimbres, tampouco é próximo de uma paisagem urbana europeia ou traz consigo a nostalgia a que se pretendia. A cidade seguiria o exemplo de outras satélites – como Sobradinho¹⁸ (1960) e Samambaia (1980) – ao não implementar totalmente seu planejamento, tornando-se sua materialização inacabada (SILVA, 2016). Haveria, desde o princípio – em contradição ao seu Plano Diretor – por parte dos agentes produtores do espaço, a intenção de conceber um enorme canteiro de obras que desse vazão à construção civil após a saturação das obras no Sudoeste (RA limítrofe ao Cruzeiro), o que daria continuidade ao processo de reprodução do capital (ALBUQUERQUE, 2009).

¹⁷ Região Administrativa XII do DF, fundada em 1989 sobre local antes pertencente ao Núcleo Rural Taguatinga a partir de projeto urbanístico do GDF.

¹⁸ Região Administrativa V, de 1960. Localiza-se a Norte do Plano Piloto.

Feito este preâmbulo, em que se explora a fonte da crítica ao urbanismo modernista, adentrarei a concepção, a construção e o desenvolvimento de Águas Claras, analisando-os por meio da teoria crítica e de uma investigação histórica, em vias de entender sua situação atual.

2.2. O desenvolvimento de Águas Claras e suas contradições

Alerta em relação à demanda de novas habitações, tanto por parte de servidores públicos residentes no Distrito Federal, – em função do alto custo das unidades nas regiões centrais de Brasília – quanto por migrantes recém-chegados à Capital ao final dos anos 1980, o GDF (Governo do Distrito Federal) iniciou novos planos de desenvolvimento urbano junto à Terracap com a ambição de acelerar o processo de urbanização de hiatos ocupacionais entre RAs já existentes.

Além da procura considerável, segundo Silva (2016, p. 7), no ano de 1989, devido à baixa oferta de habitações, havia cerca de 179 assentamentos irregulares no DF, os quais resultariam na crescente tendência da construção de condomínios horizontais ou parcelamentos – em 1995 o número de parcelamentos no DF chegaria a 530. Tendo em vista tal quadro, enquanto o GDF se via despreparado para o atendimento da demanda por unidades habitacionais em meio à ocupação desordenada de espaços disponíveis sem devido acompanhamento de obras de infraestrutura urbana, o mercado imobiliário estava ávido para aumentar sua oferta e contemplar seus potenciais clientes. É nesse contexto, concomitante à então fortalecida crítica ao modelo da Cidade Modernista, a partir do Plano Diretor de Paulo Zimbres (1991), que surge o projeto de Águas Claras, inicialmente pensada como bairro de Taguatinga (RA III).

Segundo seu primeiro projeto, datado de 1977 e descrito por Aldo Paviani (1984, p. 84 In ALBUQUERQUE, 2009, p. 77), Águas Claras era proposta como abrigo a centros de pesquisas, universidades e comércio que, devido a sua extensão, fortaleceria o centro de Taguatinga. É também datada desse período o projeto da linha metroviária que, convenientemente, só seria implementado em 1992, mesmo ano em que se autorizou a construção de Águas Claras, como forma de levar mão-de-obra das RAs adjacentes à região, bem como para atrair moradores do Plano Piloto aos novos empreendimentos.

Como negação parcial à Cidade Modernista, o bairro de Águas Claras teve seu planejamento pautado em tipologias urbanas tradicionais do Brasil: quarteirões providos de calçadas largas e ocupados por galerias comerciais como bases para edifícios residenciais (inicialmente de até doze pavimentos). A cidade contemplaria a classe média (Figura 7) e representaria a densificação populacional, a retomada das ruas-corredores e “uma nova coalizão entre pedestres e veículos” (PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 2) na Capital, ao passo que englobaria conceitos essenciais de Costa, como a Superquadra e edificações em pilotis.

Figura 7: Outdoor no terreno durante a construção de Águas Claras, em 1993.



Fonte: Página do Facebook Histórias de BSB¹⁹.

Águas Claras seria construída de maneira a acompanhar a recém-construída linha metroviária, que a dividiria entre setores (Sul e Norte) ligados por pequenas pontes. Duas avenidas (Araucárias e Castanheiras) delimitariam o “traçado regulador”²⁰ (ibid.) do plano. Entre tais avenidas e a linha do metrô, haveria boulevards²¹ com espaços de estacionamento térreos e quarteirões organizados em quadras. A faixa central, ocupada por tais boulevards e quarteirões (organizados em sistema binário), seria flexível ao favorecimento de atividades econômicas, concentrando assim o comércio, postos de serviços e áreas institucionais (ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS, 1991 *apud* PEREIRA; CRUZ, 2021).

¹⁹ Disponível em: facebook.com/historiasdebsb.

²⁰ “Traçado regulador é um elemento geométrico de suporte na elaboração de projetos associados ao design de objetos, expressões artísticas e obras arquitetônicas” (CAMPOS; MOTTA, 2015).

²¹ Também é apropriada a grafia “bulevar”. Trata-se de uma rua ou avenida larga e arborizada.

Zimbres incorporou méritos do projeto de Lúcio Costa ao propor ideia próxima à das “Superquadras” – nesse caso, a partir de quarteirões com *cul-de-sac*²² – nas linhas laterais do bairro: “Desta forma combinou-se de maneira feliz virtudes das cidades tradicionais com conquistas do urbanismo contemporâneo” (ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS, 1991, p. 8 In PEREIRA; CRUZ, 2021). A implementação de tais quarteirões – rodeados de prédios murados ou cercados, ocupando lotes pelos quais não se pode atravessar – significaria o confinamento de suas quadras internas, com praças resguardadas apenas para seus moradores. Todavia, ainda na fase projetual, a ideia de Zimbres e demais arquitetos sofreria alterações drásticas devido à pressão do setor imobiliário por maior aproveitamento dos lotes urbanos. Naturalmente, essa série de mudanças seriam determinantes para que a idealização original fosse preterida por um viés mercadológico.

A partir da Lei n.º 385 de 16 de dezembro de 1992, Águas Claras teve sua implantação autorizada. Ainda que houvesse uma tentativa de encontrar o meio-termo entre os extremos, englobando também aspectos benéficos da Cidade Modernista, as necessidades do mercado imporiam ao então bairro uma expansão urbana desordenada. Inúmeras determinações do Plano Diretor de Zimbres, como número máximo de pavimentos, taxa de aproveitamento de lotes, densidade populacional prevista, lotes destinados à educação (ao total, 25 lotes seriam destinados à área), ao lazer e à cultura, seriam solapados por empreiteiras e incorporadoras. Haveria um norte predominante, o do mercado imobiliário, tendo a Terracap e a especulação a seu favor.

A princípio, a construção de boa parte dos edifícios ficaria a cargo de cooperativas de funcionários públicos, porém este modelo veio a ser malsucedido devido a problemas financeiros e projetuais em seus empreendimentos. Várias cooperativas declararam falência e, como resultado, empreiteiras e incorporadoras assumiram diversas obras. Algumas, porém, jamais chegaram a ser retomadas. Suas carcaças, disfuncionais, foram abandonadas e assim permanecem até o momento da escrita desta dissertação.

Com o plano urbanístico de Águas Claras em constante transformação, devido às exigências do mercado, haveria também dissonâncias entre seus objetivos e a legislação aplicável à Taguatinga. A exemplo, já em 1992 o número máximo de pavimentos saltou de doze para quinze devido à legislação aplicável e de forma contrária à sua idealização.

²² Final de rua sem saída que geralmente circunda uma área arredondada para a manobra de carros.

Tamanho foi o descaso em termos de planejamento urbano por parte do GDF, que o Plano Diretor Local (PDL) da Região Administrativa de Taguatinga – RA III (conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal), seria concluído somente em 1998 (SEDUH-DF, 2024), durante o Governo Cristovam Buarque (1995-1999), já contendo a então Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) de Águas Claras. Vale lembrar que Taguatinga é reconhecida como RA desde dezembro de 1964 (34 anos antes de seu PDL) e foi fundada em junho de 1958.

Foi somente em 2003, por meio da Lei n.º 3.153, levando em conta a alta densidade populacional do bairro de Águas Claras e suas adjacências, que se criou a RA XX (Águas Claras), englobando também a região de parcelamentos de Arniqueira²³ (desde 2019 RA XXXIII), assim como o Areal (antiga Vila Areal, limítrofe a Águas Claras Vertical e Taguatinga). Isto posto, se entre 1992 e 2003 desviou-se enormemente de suas propostas iniciais, os anos seguintes representariam o fortalecimento do ordenamento neoliberal sobre tal território, o que faria de sua expansão urbana dependente apenas de seu valor de troca.

Em 2008, Águas Claras sagrou-se o maior canteiro de obras da construção civil do Brasil (SENADO FEDERAL, 2008). Hoje, atividades do domínio público são encontradas, em maioria, dentro de condomínios: “sob o slogan da segurança e qualidade de vida, são complexos compostos por áreas de lazer com piscinas, playground, salão de festas, churrasqueiras, academia de ginástica, sauna e quadras esportivas (FRANÇA, 2008, p. 163 In PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 14).

Atualmente, há prédios que chegam a 36 andares, ergueram-se grades, empenas cegas²⁴ e muros sem vazamento – de até doze metros de altura – que ladeiam ruas estreitas abrigando estacionamentos acima do nível do solo, minando a caminhabilidade de seu entorno. Tal paisagem urbana é fruto não apenas da necessidade de ocupar hiatos urbanos, mas de uma tendência à transformação do espaço em mercadoria, sendo a então novíssima linha metroviária, – que deixaria a cidade ainda mais próxima da classe média do Plano Piloto – seu Plano Diretor, sua infraestrutura e o Parque Ecológico de Águas Claras os signos a serem consumidos por sua clientela. O espaço vendido como mercadoria

²³ Hoje, a RA XXXIII (Arniqueira) compreende também o Areal e a ADE (Área de Desenvolvimento Econômico) da região.

²⁴ “Empenas” são as fachadas laterais de um edifício. Uma empena é dita “cega” quando a fachada não possui aberturas para iluminação ou ventilação.

pressupõe não apenas seu consumo, mas o de seus significados e representações: seus signos (LEFEBVRE, 2008). Como afirma Albuquerque (2009):

As cidades estão compostas por signos que referenciam o capital e agregam valor à terra. Estes signos se apresentam como mediações para a realização do capital [...] eles podem ser expressos de forma direta e ou indireta, sutil, refinada ou mais visível, e se consolidam de acordo com os diferentes níveis de alienação (ALBUQUERQUE, 2009, p. 38).

Dessa maneira, o domínio do capital sobre a produção do espaço não se restringe aos seus efeitos mercadológicos, mas abrange sua recepção cognitiva. Em suma, a conformidade do espaço urbano de Águas Claras é consequência do pensamento *estratégico* do Estado em parceria com a iniciativa privada; do predomínio do valor de troca sobre o valor de uso do solo e de uma construção sógnica favorável a seus agentes produtores. A cidade cresceu e se moldou sob um “urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, 2008, p. 32) com atuação direta do Estado, detentor de terras e especulador imobiliário.

O Parque Ecológico de Águas Claras, por exemplo, é fundamental para a construção imagética da cidade e é utilizado ainda hoje como peça de propaganda por imobiliárias. Trata-se de um privilégio em relação ao patrimônio de boa parte das “satélites”, prejudicadas pela ausência de áreas verdes, que apesar de congregam atividades comunitárias e proteger áreas de nascente, assim como recargas de aquíferos (CODEPLAN, 2021), é cercado como os edifícios que o rondam. Portanto, tampouco soluciona o desconforto ambiental sofrido por seus moradores, pois se encontra encaixotado pela “superocupação” da região.

Com seus 47.977 automóveis (92,3% da população declara possuir automóvel) (CODEPLAN, 2021) e imensos congestionamentos, Águas Claras protagoniza, no Distrito Federal, o sucesso do capital em sobrepujar a urbanização no território, é exemplo claro da capacidade de ajuste e criação de espaços do sistema capitalista. A velocidade das mudanças e o excesso de informação do território dão impressão de anarquia, mas se houve criação de espaço, houve intencionalidade (LEFEBVRE, 2008). E se foi produzido espaço por iniciativa do capital em conjunto com o Estado, prezou-se pela velocidade (o tempo) em detrimento do resultado (o espaço) (HARVEY, 2004). Como expõe de Certeau (2014), em “A Invenção do Cotidiano”:

[...] o sistema do lucro gera uma perda que, sob as múltiplas formas de miséria fora dele e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção em “gasto” ou “despesa” [...] a organização funcionalista, privilegiando o

progresso (o tempo), faz esquecer sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. (DE CERTEAU, 2014, p. 161).

Nesse prisma, à medida em que se prezou pelo tempo em detrimento do espaço, desprezou-se sua subjetividade e necessidades básicas, bem como equipamentos urbanos e áreas idealmente prioritárias, como saúde e educação, consideradas “despesas”. Até o momento (2024), existem apenas cinco edifícios da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) na RA: a Creche Jequitibá, localizada na avenida homônima, as creches Sabiá Laranjeira, Macaúba, Rosa do Cerrado e o Centro de Ensino Fundamental Vila Areal, todos na região de mesmo nome. Não há escolas públicas de educação infantil ou ensino médio. Em termos de saúde pública, há apenas as Unidades Básicas de Saúde 1 e 2, localizadas no Areal. A segunda atende também à RA de Arniqueira.

O que se observa, dentro do recorte desta pesquisa e no que se refere a saúde e educação é que, na área a qual ela se dedica, há apenas uma creche. A região de Águas Claras, não a RA como um todo, está inundada de instituições de ensino privadas (são 15 escolas particulares), clínicas particulares e possui apenas um hospital, também privado. Da mesma maneira, não se pode dizer que a coalizão estado-capital resultou numa cidade organizada, com boa mobilidade para pedestres e motoristas. Isso, não apenas por conta de sua exorbitante densidade populacional, a maior do DF, – são 14.074 habitantes por km², 76% superior à do Cruzeiro²⁵, RA que ocupa a segunda colocação (IBGE, 2022) – ou pelos condomínios murados e quadras em *cul-de-sac* que minam sua caminhabilidade, mas também porque Águas Claras constrói sua malha urbana com base em linguagens conflitantes.

O Plano Piloto, assim como muitas das satélites, buscou seguir um modelo que mescla letras e números a partir de eixos X (eixo norte e sul) e Y (eixo monumental). Uma Superquadra recebe a sigla SQ, que é acrescida das letras N (norte) ou S (sul) e possui blocos denominados por letras (SQS ou SQN + o n.º da quadra). De mesmo modo, as principais vias da região também mesclam letras e números – como L2, L3 e L4. De forma diferente, mas também seguindo um modelo com letras e números, Taguatinga se organizou nas regiões Norte e Sul, e em setores indicados por letras, constituídos por quadras com siglas compostas por [Q (quadra residencial) ou C (quadra comercial)] + [S

²⁵ RA XI do DF, o Cruzeiro se divide em Cruzeiro Velho (composto por edificações residenciais unifamiliares) e Cruzeiro Novo (formado por edifícios de quatro pavimentos). A satélite foi formada majoritariamente por servidores públicos advindos do Rio de Janeiro a partir de 1959.

(sul) ou N (norte)] + a letra de seu respectivo setor + o número da quadra – a exemplo, a QNJ 21 é a vigésima primeira quadra do Setor J de Taguatinga Norte; a QSD 15 é a décima quinta quadra do Setor D de Taguatinga Sul. No centro, há o grosso do comércio, onde o Q é substituído pelo C de comercial, devido à Av. Comercial que vai de Sul a Norte.

Águas Claras, por sua vez, é dividida pela linha metroviária entre as regiões Norte e Sul, nesse sentido replicando Ceilândia²⁶, Samambaia, Taguatinga e o próprio Plano Piloto. Possui avenidas (as principais sendo Araucárias, que recorta o lado sul, e Castanheiras, que recorta o lado norte) com nomes de árvores (em homenagem à flora brasileira), ruas numeradas ou também com nomes de árvores e quadras numeradas por centenas (à norte na casa dos 100 e à sul na casa dos 200). Há exceções, contudo, pois há espaço também para ruas marcadas por letras, vias denominadas alamedas (Gravatá, das Acácias e dos Eucaliptos), boulevards (Norte e Sul, que ladeiam a linha metroviária) e conjuntos indicados por letras. Desde 2018, suas praças são nomeadas a partir de aves (em homenagem à fauna brasileira; são exemplos Irerê, Tiê, Bem-te-vi etc.), mas em relação a isso também existem exceções (como a Praça do Skate e a Praça da Bikezinha).

Se para o leitor tal amálgama de linguagens urbanísticas possa parecer confusa, serve como alento o fato de que também é para quem vos escreve. Como morador, confesso que, antes desta pesquisa, não tinha ciência de que Águas Claras abarcava tantas organizações diferentes. Não obstante, este resumo faz jus à conformidade atual da cidade. Ela é produto de ações estratégicas do Estado em parceria com a iniciativa privada, durante as quais se utilizou de sua mínima infraestrutura inicial (parque ecológico e linha metroviária) para uso publicitário e especulação sobre seu território, de forma a gerar raridade (ALBUQUERQUE, 2009) em detrimento de aspectos sociais, estruturais e ambientais, com amparo da legislação para desconsiderar as determinações de seus projetistas. Também é sobreposta por várias fases da sua história, desde o planejamento por quadras até o apelo publicitário de luxuosas alamedas arborizadas (nunca concretizadas), revelando em sua malha urbana a mudança de intencionalidade projetual ao longo do tempo. O detalhe do conflito entre linguagens é só mais um aspecto

²⁶ Uma das regiões economicamente mais importantes do Distrito Federal, Ceilândia (RA IX) se conurba com Taguatinga e foi fundada em 1971. Seu nome advém da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI) realizada nas antigas terras da Fazenda Guariroba e que visava a transferência de moradores de ocupações irregulares. É, hoje, a satélite mais populosa do DF.

que retrata tais desmandos, dessa vez em termos de endereçamento e cartografia. Ainda dentro desse tema, de Certeau (2014, p. 161) prossegue:

Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade [...] A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (DE CERTEAU, 2014, p. 161).

Águas Claras, portanto, assim como Brasília em sua gênese, “serve de baliza ou marco totalizador ou quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas” (ibid.) dos agentes produtores do espaço. Dessa vez, porém, seus signos e simbologias se mobilizaram quase exclusivamente em prol dos objetivos irrefreáveis do mercado imobiliário, bem como do controle estatal sobre a moradia. Tais signos se fizeram majoritariamente “utilitários” (FERRARA, 1981, p. 63), ao passo que se propuseram alheios ao compromisso social com as necessidades reais do consumidor e priorizaram o valor de troca em desfavor do valor de uso do espaço para proveito do capital.

Como resultado, tem-se uma cidade pequena, ambiciosa e, por todos os cantos, repleta de anúncios. Quase todas as suas estruturas, sejam elas residências, praças, muros ou empenas, são possíveis suportes, o que resulta em poluição visual e, conseqüentemente, sufocamento. Não há espaço para a ausência (LIMA, 2017), ao passo que o excesso de informação ganha cada vez mais predominância em tal espaço.

Continuemos, enfim, a discussão proposta com o acompanhamento das observações feitas durante a primeira caminhada, o passeio preliminar onde, pouco mais de um ano antes da conclusão desta pesquisa, testei minha metodologia em campo.

2.3. 1ª caminhada (Espaço, tempo e automatismo)

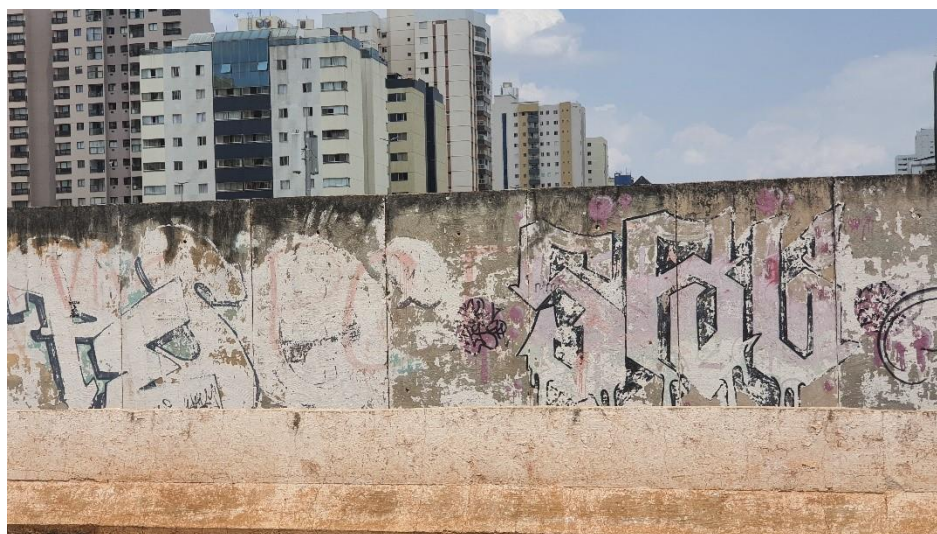
Invariavelmente, “o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro do capital” (HARVEY, 2004, p. 86). Nesse prisma, Águas Claras constitui-se em obra intencionalmente inacabada, pois seu intuito é estar em constante e acelerada mudança: o capital se reinventa para prosperar; anseia que cada terreno baldio sem funcionalidade seja aproveitado em função do comércio ou da habitação (nesse caso, sempre totalmente murada), em desfavor do uso comunitário. Usa, a partir de uma racionalidade tecnicista (LEFEBVRE, 2008), o espaço como forma de controle social e

fábrica de consumidores, a favor de sua reprodução, transformando-o conforme seus ciclos de vida.

O contraste entre a altura dos edifícios de Águas Claras e suas regiões limítrofes flagram a alienação de seu espaço. Seus edifícios são recheados de áreas de lazer privativas, porque se apoiam no estímulo de diferenciação produzido pela sociedade de consumo. Ao sombrear suas “satélites” vizinhas, a cidade se coloca visualmente como referência, nunca como igual. Não possui a efervescência cultural e o potencial revolucionário de *zonas opacas*, – como a periferia, à margem do racionalismo – tampouco o domínio dos meios de produção, da ciência e da técnica de *zonas luminosas* – como a região central com suas elites intelectuais e financeiras (SANTOS, 2006). Trata-se de um verdadeiro *limbo*, alienação entre duas instâncias: uma pequena cidade que reúne as características mais nocivas do estilo de vida cosmopolita.

Águas Claras é, ao mesmo tempo, cosmopolita e suburbana; carece de expressão artística, restringindo-a aos apartamentos confinados em seus condomínios e a raros muros disponíveis (Figura 8), constantemente ameaçados por tinta branca. De um centro efervescente, agrega a si apenas a velocidade com que se transforma. Esfuma de seus moradores a consciência urbana (LEFEBVRE, 2008) – também minada por sua falta de diversidade étnica e racial – e, em consequência, suas vias de imaginação. É resultado frágil da preponderância do que Georg Simmel (2005) define como *cultura objetiva*, muito similar ao *ethos* econômico racional (WEBER *apud* RUMBELSPERGER, 2015) em relação à *cultura subjetiva*, “marcada pela centralidade anímica da alma criadora” (SIMMEL *apud* CANELLA, 2017, p. 92).

Figura 8: Muretas das pontes sobre a linha metroviária são alguns dos poucos focos de arte urbana em Águas Claras.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A tensão entre *espírito objetivo* e *espírito subjetivo* é fundamental para a crítica simmeliana à objetividade do conhecimento. Não se trata de um dualismo simplista, e sim de “uma substantiva tragédia”, em que a supremacia do primeiro sobre o segundo “origina uma dialética cultural sem síntese que erosiona crescentemente a relação entre a subjetividade e os constructos culturais” (SIMMEL *apud* CANELLA, 2017, p. 92). O conhecimento objetivo, desvanecido de subjetividade, restringe as possibilidades de observação acerca de um determinado objeto, tornando-o meramente utilitário. Portanto, para compreender a realidade, ainda que parcialmente, é preciso reconhecer *relações*; investigar a fluência “que se dá em e entre as coisas” (Ibid.), superando a dualidade imposta à cultura.

Durante novembro de 2023, fiz uma caminhada preliminar (percurso na Figura 9) com o intuito de visitar a revistaria Magazine, localizada no Centro Comercial Ônix, um complexo comercial popular voltado à Av. das Castanheiras, ou seja, um ponto central do lado norte de Águas Claras. As reflexões obtidas desta caminhada preliminar, por sua vez, servirão como introdução às demais.

Figura 9: Percurso da caminhada preliminar. I: início; F: fim; M: estação de metrô (Arniquireiras).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O caminhar em direção ao Ônix me lembra que, um pouco mais adiante, após meu destino, há diversos prédios abandonados. No total, quatro empreendimentos (6 prédios) sem conclusão e entregues ao tempo. Decido, então, desviar minha rota e investigá-los, deixando a ida à revistaria Magazine para a volta. Tais prédios são fundamentais para compreender como o neoliberalismo se fez presente em todo o processo de criação do espaço em que se encontram.

No caminho, após o Ônix e próximo ao Supermercado Big Box, há uma construção antiga, entregue ao tempo, (Figura 10) com portas revestidas de vidro estilhaçado. Assim como os edifícios abandonados, é uma ruína, mas foi coberta por grafites e pichações. Ela parece um anúncio do que está por vir mais adiante na Avenida das Castanheiras.

Figura 10: Construção abandonada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Como dito anteriormente, os prédios abandonados eram inicialmente pertencentes a cooperativas de servidores públicos. Tais edifícios se tornaram – de diversas maneiras, salvas suas peculiaridades – economicamente inviáveis, não servindo aos interesses de novas incorporadoras. Hoje, são vistos como fontes de insegurança, criminalidade e de risco à saúde pública, servindo como ponto de proliferação de escorpiões, ratos e mosquitos.

Quatro edifícios em ruínas se apresentam em sequência durante a caminhada. Um, de nome desconhecido, e outros três, pertencentes ao condomínio Residencial Park Way, hoje utilizado como lava-jato informal (Figura 11). É possível observar os dizeres “Esta obra está aguardando decisão judicial para sua retomada” em uma placa. A espera já dura quinze anos.

Figura 11: Lava-jato instalado na área externa do Res. Park Way e placa contendo aviso.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 12: Condomínio abandonado (Res. Park Way) visto à distância.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Quando observo prédios como Residencial Park Way (Figura 12) ou o da Quadra 101 Norte (Edifício Coliseu, Figura 13), pergunto-me por que não os vemos como espaços disponíveis. Suas estruturas provavelmente estão gastas e exigiriam reformas para que sirvam a qualquer atividade; oferecem riscos à saúde (como focos de dengue) e à segurança da população, justamente por estarem incompletos. Como mostrado em reportagem da TV Brasil de maio de 2022, o Residencial Park Way teve sua obra abandonada em 2009, devido à falência da cooperativa que a tocava. Atualmente, há dez

famílias morando no local e, desde o abandono das obras, seus compradores ainda lutam na justiça pela posse do terreno. O mesmo pode ser dito sobre os compradores do Edifício Coliseu, esquecido desde 2004.

Figura 13: Residencial Coliseu (Q. 101 Norte), abandonado desde 2004.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Observemos novamente condomínio Residencial Park Way. Vejamos como ele é visto por quem dirige pela avenida em questão (Figura 14), uma das duas principais vias de Águas Claras:

Figura 14: Anúncios expostos nas estruturas do Residencial Park Way (Av. das Castanheiras).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Com cores e fontes chamativas em *outdoors*, placas e *banners* de publicidade, o mercado se apropriou das paredes dos prédios abandonados: um esforço conjunto para ocultá-los e torná-los “funcionais”. Trata-se de um exemplo simples de como se consoma a objetividade do conhecimento. Em meio às impressões persistentes do cotidiano, que já minam a percepção das relações que compõem o espaço, tais peças publicitárias cumprem função de reduzir possibilidades de observação, capturando o olhar do transeunte, especificamente com mercadorias: alimentos, combustíveis, consórcios etc.

A obra de Milton Santos (2006) aprofunda da maneira devida à discussão. Ao propor o espaço como soma indissociável de *sistemas de objetos* e *sistemas de ações*, faz do mesmo inalienável do tempo-histórico. Segundo o autor, a Cidade é o lugar de encontro entre *horizontalidades* e *verticalidades*. As *horizontalidades* congregam a banalidade, são os espaços do tempo lento, em que se cultiva a possibilidade da contraracionalidade: oposta à objetividade do conhecimento. Esta é efeito das *verticalidades*, “vetores de uma racionalidade superior, do discurso pragmático dos setores hegemônicos” (SANTOS *apud* CAMPOS, 2006, p. 163).

Santos vai de encontro ao pensamento de Simmel quando diz que a racionalização excessiva do espaço cria maior necessidade de *movimento* (SANTOS, 2006). Mais movimento intensifica o nervosismo, distancia-nos do olhar estético em função do olhar técnico e racional. Ambos são complementados por Harvey (2004), que destaca o poder de controle das corporações sobre o espaço: o capitalismo não apenas se apropria do tempo por meio da divisão do trabalho, faz também uso dele para aniquilar o espaço; dispersa o povo do centro para os subúrbios e, no caso de Águas Claras, goza de uma irônica *privatopia* de condomínios verticais. Verticalidades concretizam-se em seus arranha-céus, enquanto horizontalidades encontram-se escondidas, manifestadas em pequenos gestos comunitários, como hortas à beira da linha metroviária, atividades desportivas (se destacam yoga, futevôlei e calistenia) e comunitárias no Parque Ecológico, e empreendimentos informais espalhados pela malha urbana.

A função desta pesquisa, porém, não é meramente crítica. Tenho como ambição uma possível (via de mão dupla à) transformação do olhar em relação à cidade que observo, por isso concordo também com Harvey, Milton Santos e Simmel à medida que vejo a Cidade em suas contradições e conflitos como frutífera, tanto ao questionamento de sua estruturação, quanto à modificação do pensamento que a molda:

[...] as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, preche de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos (SIMMEL, 2005, p. 589).

Dessa forma, percebo Águas Claras não unicamente como tragédia capitalista, mas também como espaço de possibilidades. Pergunto-me como a arte pode brotar em suas entranhas, como um olhar crítico em relação ao espaço pode guiar sua transformação, gerar esperança e imaginação utópica como exercício de mudança. Sendo assim, devo entender a Cidade como ente complexo.

Retorno em direção ao Ônix e visito a resistente Papelaria Magazine (Figura 15). Também revistaria, a loja fora palco de milhares de trocas e embates envolvendo figurinhas adesivas em várias edições de Copa do Mundo da FIFA. Compro uma edição de gibi e converso rapidamente com a dona. Indago-a a respeito de um jornal específico. Ela responde, despreocupada: “Ah, esse? Geralmente acaba logo no dia dele mesmo.” Fiquei sem jornal, mas saí com revista em mãos.

Figura 15: Papelaria Magazine (Centro Comercial Ônix).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Aproximam-se as onze horas e, com o calor escaldante, decido comprar um sorvete que, de um jeito ou de outro, derreteria em poucos minutos. Precisei acelerar o passo, mas não deixei de notar que as pinturas da mureta da ponte sobre o trilho da linha de metrô (Rua 36 Sul e Norte; Figura 16) oposta à da Figura Z estão cada vez menos

visíveis. São resquícios de figuras que recordo com clareza: uma Mônica e um Cebolinha, uma Mafalda, um Jake (do desenho animado Hora de Aventura), dois pilotos de Fórmula 1 se confraternizando e uma Mulher Maravilha grávida acompanhada por dois filhos. É uma pena que algumas das poucas expressões de arte urbana da cidade estejam lentamente desaparecendo.

Figura 16: Pinturas desgastadas da mureta.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

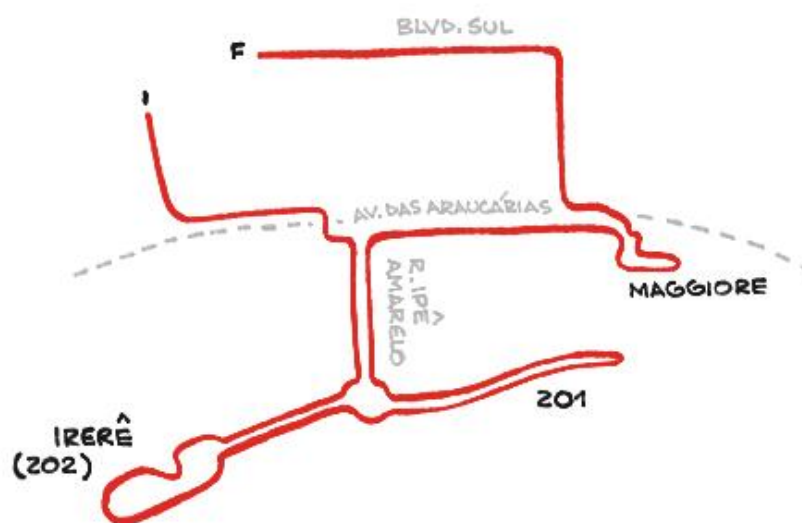
Quatro meses após essa primeira perambulação, retomaria meu caminhar num rompante de disposição; uma epifania megalomaniaca de produtividade. Durante três meses fiz sete novas caminhadas por sete diferentes áreas de Águas Claras, apto a me distrair com o mais supérfluo dos detalhes e a desviar-me inconsequentemente de minhas rotas, em sua maioria desacompanhadas de GPS. Os registros delas se encontram no capítulo a seguir.

3. Perambulando entre condomínios

3.1. 2ª caminhada

Saio com o objetivo de comprar alguns lápis (percurso na Figura 17) – como (mas não tão requintado quanto) Virginia Woolf – no Shopping Maggiore, um centro comercial popular muito próximo às entradas da Av. Vereda da Cruz e da EPVP (Estrada Parque Vicente Pires). O clima está nublado, por isso decido cobrir uma área pequena com a caminhada, de maneira a evitar a chuva. Logo no início, distraio-me com a Rua Ipê Amarelo, lar do Fórum de Águas Claras (TJDFT) e de um posto de gasolina que abriga uma tradicional padaria.

Figura 17: Percurso da segunda caminhada. Linhas tracejadas indicam vias de trânsito de veículos.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A Rua Ipê Amarelo é bifurcada por uma rotatória ou balão e dá acesso às Quadras 201 e 202 (somente a 202 possui *cul-de-sac*). Nela houve, por muito tempo, um terreno baldio, alvo de especulação até finalmente ser ocupado, dividindo-se entre um complexo gastronômico e um novo empreendimento imobiliário. Em contraste com o início das obras de Águas Claras em 1992, este lote veio a ser utilizado somente em 2023, o que indica que seu (ou seus) proprietários buscavam valorizá-lo, ou seja, gerar raridade em

função do desenvolvimento de seu entorno. Não há como ser diferente, dado o fato de que o terreno se encontra na faixa central da cidade, amplamente ocupada e onde se aglomera a maior parte do comércio.

3.1.1. Eruditos e ambulantes

Na Praça Irerê (Quadra 202; Figura 18), os condomínios que dão forma a seu *cul-de-sac* são nomeados a partir de músicos ou compositores clássicos. São eles Claude Debussy, Franz Liszt, Franz Schubert, Giuseppe Verdi, Heitor Villa Lobos, Ludwig van Beethoven (um prédio abandonado de estruturas quase concluídas), Johan Strauss e Wolfgang Amadeus Mozart, à exceção de dois: Sinfonia *Residence* e Soneto *Home & Resort*, também relacionados à música.

Ao contemplar a Praça Irerê, imediatamente noto a presença de muitos avisos: placas que servem como advertências aos visitantes e moradores quanto ao uso de seu espaço e equipamentos (Figura 18). Na primeira imagem, a desgastada plaquinha expõe um diagrama que representa uma pessoa descartando lixo numa lixeira. Acima dela, em maiúsculas, figura a frase “FAÇA A COISA CERTA”; abaixo dela, também em maiúsculas, mas em tamanho menor, lê-se “OBRIGADO!”. Na segunda imagem, uma placa na grade do parquinho diz “Brinquedos p/ (para) crianças (de) até 12 anos. “Proibido entrada de animais””. Na terceira, uma grande placa de texto extenso ressalta a possibilidade de multa, suspensão parcial de atividades e apreensão de pertences em caso de perturbação, atitude embasada pela Lei Distrital nº 4.092/2008, popularmente conhecida como “Lei do Silêncio”, que estabelece limites para a poluição sonora em diferentes períodos do dia, com limites menores das 22h às 7h (exceto em domingos e feriados, quando se estende até as 8h).

Figura 18: Avisos e quadra poliesportiva da Praça Irerê (Q. 202).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Por um lado, as advertências da Praça Irerê são eficientes, pois seu espaços estão limpos e bem conservados. Por outro, denotam um paradigma que acompanha Águas Claras desde sua concepção, o da vigilância, como aponta Araújo (2021): “Do alto dos seus apartamentos, de suas torres, em uma analogia à sociedade do controle e da vigilância em Foucault, os moradores próprios assumem o papel policial” (p. 181). A alusão ao panóptico é precisa, pois, a incidência de olhares sobre a praça não apenas zela pelo seu patrimônio, como também polícia suas atividades: comércio ambulante, serviços, descanso e lazer.

Paro para conversar com um homem que lava carros. Ele está esperando clientes e diz preferir “mil vezes” a autonomia a trabalhar para outrem. Isso, porque trabalhou com frete durante muitos anos, carregando peças bovinas para mercados e açougues. Aparentemente, por razões de desperdício e devido à preocupação com o meio ambiente, a administração de Águas Claras autoriza somente lavagem de carros a seco (algo que jamais vi; todos os autônomos que lavam carros nas ruas da cidade utilizam água encanada com baldes e mangueiras).

Ele diz que tem boa relação com os moradores, que cuidam da praça e deixam-na em bom estado, – e com diversos alertas quanto a sua preservação – porém, em seguida

relata que, ao longo de sete anos atendendo àquela Quadra, foi denunciado três vezes pela mesma pessoa ao DF Legal (Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, antiga Agefis). Segundo ele, o rapaz que vende espetinhos à noite logo ao seu lado, é alvo de denúncias frequentes por deixar garrafas de cerveja e manchas de gordura na calçada. Contou também que lá há feiras durante dias seletos da semana.

A Quadra 202, por sua vez, não possui praça interna, pois é constituída apenas por uma rua. Próximo à rotatória da Rua Ipê Amarelo, um ambulante utiliza árvores para estender redes e tecidos, enquanto moradores passeiam com seus cães.

Chama-me atenção o fato de que a Praça Irerê é cuidada pelos moradores dos condomínios que a cercam. Trata-se de uma tendência em todo o DF, como expõe a reportagem do jornal Metrôpoles de 11 de agosto de 2019: “Cansados de esperar providências do poder público, moradores [...] decidiram arregaçar as mangas e revitalizar por conta própria pracinhas no Distrito Federal.” A frase revela um conflito, pois ainda que seja possível visualizar tais ações como mostras louváveis de senso comunitário, também se torna explícita a negligência do Estado em relação aos espaços públicos. A mesma reportagem expõe também a resposta do GDF, que à época havia recém-lançado o programa “Adote uma Praça”, visando permitir que pessoas físicas e jurídicas firmassem termos de cooperação e ajudassem na manutenção de áreas verdes da capital. Justificava-se a existência de tal trâmite com base na necessidade do aval de técnicos para intervenções no espaço público.

É possível comprovar pelo site do programa²⁷, contudo, que nos cinco anos de sua existência foram contemplados apenas alguns pequeníssimos espaços verdes da região. Em grande parte, as praças têm sua manutenção feita de forma independente por meio de “vaquinhas” dos moradores de condomínios próximos. No caso da Praça Irerê, há uma associação de moradores (com CNPJ) que toma frente de tal processo, tornando-o mais organizado.

No que diz respeito às atividades de ambulantes, foi publicada em 2022 uma portaria²⁸ que delimita treze áreas para a prática de comércio ambulante em Águas Claras (GDF, 2022). O comércio que se encontra diariamente em praças internas como na da

²⁷ Site do programa “Adote uma Praça”, que surgiu a partir do Decreto nº 39.690/2019: <https://www.adoteumapraça.df.gov.br/>.

²⁸ “A norma atende a Lei nº 6.190/2018 e o Decreto nº 39.769/2019, que normatizam critérios e diretrizes para a ocupação legal de área pública para os ambulantes devidamente cadastrados” (GDF, 2022).

Quadra 202, portanto, assim como a manutenção das praças por parte dos moradores de forma independente, não possui amparo da Lei.

3.1.2. Costureiras num shopping vazio

Mais adiante, em direção ao shopping, em frente ao Colégio Biângulo, dezenas de crianças praticam educação física numa quadra pública, utilizada pelo colégio para suas atividades em horário letivo. Noto trabalhadores no alto de um edifício, operando-o para manutenção de azulejos. Espalhados pela cidade, vários prédios são sazonalmente “tatuados” com marcas que aguardam que trabalhadores como estes os escalem e revitalizem suas paredes (Figura 19).

Figura 19: Prédios "tatuados" aguardando reforma. Fotos do Residencial Águas Claras II²⁹ (R. 4 Sul).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ainda que a região de Águas Claras seja de ocupação recente, demarcações em empenas evidenciam o efeito do tempo nas estruturas dos edifícios, com azulejos e pinturas desgastadas; demonstram que esse espaço está sujeito a constantes

²⁹ O condomínio da Figura 19 (Residencial Águas Claras II), teve sua reforma iniciada em 2022. O processo seguiu lentamente, até a reforma ser abandonada em março deste ano, gerando prejuízo de mais de R\$ 2 milhões ao condomínio. (DF ÁGUAS CLARAS, 2024a).

transformações para se manter atrativo em meio ao mercado imobiliário, que o aproxima da saturação de seu ciclo produtivo. Concomitantemente, a manutenção dos edifícios continua a dar lugar a trabalhadores da construção civil (Figura 20), antes dedicados exclusivamente ao erguimento de condomínios e centros comerciais. Tais trabalhadores – assim como os que se dedicam ao “setor de serviços”, são parte fundamental do espaço “água-clarense”, impossível de ser analisado sem que haja um olhar atento à maneira pela qual o ocupam e o significam, fato do qual estas caminhadas não se furtaram³⁰.

Figura 20: Trabalhador no topo de um edifício.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

³⁰ A partir de dados da PDAD (2021), pode-se observar que ocupam os postos de trabalho de Águas Claras Vertical, em sua maioria, moradores de regiões adjacentes, pertencentes ou próximas à RA, como Areal (com mais de 3 mil habitantes, cerca de 30% de sua população), Arniqueira (com mais de 3.400 habitantes), – ambas pertencentes à RA – Taguatinga (1.300), Ceilândia (4.300), Samambaia (3.100), Recanto das Emas (1.900), entre outras. Apenas 8,5% dos postos de trabalho da região são ocupados por moradores.

O *maggiore* (maior em italiano), antes um dos principais centros comerciais de Águas Claras, é um shopping *mall* onde hoje se concentram salões de beleza, ateliês de costura, alfaiatarias, sapatarias, barbearias, lavanderias, clínicas odontológicas, escritórios e utilitários (como lojinhas de eletrônica e papelaria) (Figura 21). Como o nome indica, este centro foi um dia a representação de um ambicioso projeto, que veio a fracassar no decorrer do tempo. Quando colocado em comparação com os *shopping centers* modernos da cidade, este parece vazio e obsoleto. Chega a ser curioso ver um lugar como este, datado do início dos anos 2000, como antigo, porém é a impressão que se tem em meio às tendências estilísticas cada vez mais breves na arquitetura e nos demais campos artísticos.

Figura 21: Maggiore Shopping (Av. das Araucárias). 1ª foto: Associação de Futebol de Mesa e Artes de Águas Claras; 2ª foto: Corredores vazios da parte oculta do shopping. 3ª foto: dizeres bíblicos do ateliê de costura Visão. 4ª foto: fachada do shopping.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Na face oculta do shopping, a maior parte dos cômodos está desocupada. Lá, duas lojas são ocupadas pela Associação de Futebol de Mesa e Artes de Águas Claras, e é possível ver os fundos de outras com fachadas voltadas aos corredores internos, estando a maioria delas destinada a ateliês de costura. Somente um desses ateliês possui entrada voltada a esta face do edifício. A costureira que lá trabalha estampa junto ao nome de sua loja, – “Ateliê de Costura Visão” – de número 38, pregações cristãs, como “DEUS vai

mudar a sua história!”, “Leia ou ouça a BÍBLIA no seu celular!”. O que mais se destaca para mim, contudo, são o endereço de uma igreja evangélica e o Salmo 91:1 do Antigo Testamento: “Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará.”. Finalmente, encaminho-me a uma papelaria de rede, que mais funciona como conveniência, pois vende desde chinelos até balas e chicletes, e arremato alguns lápis.

Se a primeira caminhada nos ajuda a compreender o que tem e o que não tem serventia para o capital, considerando que seus agentes manipulam a terra urbana obedecendo à lógica similar à “do uso de qualquer recurso para a produção e para o consumo” (PAVIANI, 2010, p. 69), esta segunda caminhada reforça tal tese, trazendo consigo mais do porquê Águas Claras se encontra no já dito *limbo* entre duas instâncias.

Águas Claras não possui comércio popular efervescente; age como canalizadora de consumidores provenientes de RAs adjacentes. Lá, o comércio popular, essencial ao dia a dia da população, encontra-se confinado em edifícios e galerias comerciais como o *maggiore*, esvaziados pelo tempo e pouco atraentes por não serem mais úteis às necessidades do mercado, ou dispersos em automóveis e bancas de ambulantes sombreados por enormes edifícios. Empreendimentos de maior proeminência deslocaram-se de centros comerciais “antigos” para outros de maior prestígio ou faliram. Enquanto isso, os financiadores da cidade – isto é, o “capital monetário” (HARVEY, 2004, p. 94) – reservam a ela um processo contínuo de elitização, disciplinando as operações do estado.

Porém, o posto de “referência” não se reflete em outras áreas, como saúde, educação e cultura, senão ao comércio. As atividades culturais, em especial, ainda se encontram, em grande parte, centralizadas no Plano Piloto. Águas Claras se constrói como “novo centro”, desvanecendo de Taguatinga – abandonada entre a primeira e uma gigantesca Ceilândia – tal posto, desprovida da espontaneidade do comércio e da organização política populares que sua “satélite” gestante cultivou para adquiri-lo. Em vez disso, nutre-se um *centro artificial*, cujas atividades e crescimento são programados de acordo com a agenda do capital, o que mostra a capacidade da burguesia de criar e destruir espaços, os estratificando por meio do domínio da força produtiva (HARVEY, 2004).

Não à toa, Paviani (2010) dá a Brasília o título de “metrópole terciária” (p. 83): sua área metropolitana tem como sustentáculo o setor terciário da economia, o setor de ‘serviços’, com predominância do comércio e do funcionalismo público. Dessa maneira, o que pude observar durante essa segunda caminhada se repetirá nas seguintes, em outros edifícios comerciais e praças, na companhia de pequenas resistências, ressignificações e espontaneidades.

3.2. 3ª caminhada (De Praça em Praça)

Dessa vez, volto às ruas com o pretexto de ir a um caixa eletrônico no Águas Claras Shopping (percurso na Figura 22), um centro comercial maior no centro da cidade, bem próximo à estação de metrô Águas Claras, por meio da qual se bifurca a linha metroviária (em direção a Samambaia e Ceilândia). No caminho, observo uma loja de artesanato, “Artes Claras”, que ocupa um pequeno espaço um dia utilizado como estande de vendas de uma imobiliária. Passo por uma pracinha com aparelhos de metal para exercício físico e alguns bancos, dita “Ponto-de-encontro Comunitário”, e decido investigar as praças das Quadras 203 e 204.

Figura 22: Desenho do percurso da terceira caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A Praça Andorinha (Quadra 203; Figura 23) é bem conservada e sombreada. Moradores passeiam com seus cães, uma criança brinca com sua avó. Sinto tranquilidade, talvez pela impressão de que o horizonte não está encoberto por prédios. Os condomínios dessa Quadra possuem grades e não muros sem vazamento, como os prédios mais modernos. Bem perto de sua entrada, alguns feirantes estão a postos para receber clientes. Eles vendem frutas, legumes e produtos da roça como queijos e doces. Um trabalhador faz a manutenção dos azulejos da empena cega de um dos condomínios da Quadra (Figura 24).

Figura 23: Praça Andorinha (Q. 203). 1ª foto: imagem desgastada de um gato no suporte de uma muda. 2ª foto: ambulantes vendem hortaliças, biscoitos, doces e laticínios nos arredores da praça. 3ª foto: senhora passeia com sua neta na praça. 4ª foto: condomínio cercado.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 24: Trabalhadores realizam manutenção em um dos condomínios da Quadra 203.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A Praça Pardal (Quadra 204; Figura 25) é, para mim, bastante familiar. Está bastante modificada, suas árvores cresceram e agora a fornecem largas sombras. Novamente, há cães encoleirados e passantes. Há também uma escola: o Colégio Atual, que se apresenta com um edifício que mescla estilos arquitetônicos. Sua estrutura moderna e envidraçada se acopla a uma antiga e desgastada, com o nome da escola em fonte sem serifa. Novamente, há um feirante com sua kombi, conversando com duas moradoras. A areia do parquinho tem sua areia cheia de poças devido ao tempo chuvoso. Reparo que ambas as praças possuem lugares para sentar e estruturas metálicas para se retirar sacos plásticos que servem à coleta de fezes de animais domésticos. Como na Praça Irerê, há um homem que lava carros instalado em dois espaços de estacionamento. Assim como a 203, a 204 também tem majoritariamente grades em vez de muros sem vazamentos. Porém, essa não traz a mesma sensação de liberdade que a anterior; parece mais claustrofóbica.

Figura 25: Praça Pardal (Q. 204) e Edifício Alfa Mix (R. 13 Sul). 1ª foto: moradores conversam com ambulantes na praça. 2ª foto: estrutura com sacos plásticos para a coleta de dejetos de animais domésticos. 3ª e 4ª fotos: ângulos do Edifício Alfa Mix.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O Edifício Alfa Mix (Rua 13 Sul; Figura 25), anexo à Quadra 203, já sente o peso dos anos. Malconservado, exhibe muitos espaços vazios em sua grade de azulejos, bastante desgastados e já dessaturados. Chama-me a atenção um senhor que corta e lava mandioca num balde de plástico, frente a um restaurante self-service. No Alfa Mix, como no Maggiore, há comércio popular, um pet shop, lavanderia, quitinetes e algumas salas comerciais. Este, em comparação com o anterior, ainda possui desvantagens: é bem menor e oculto pelo comércio que beira a Av. das Araucárias.

Do outro lado da Av. das Araucárias, na Praça Rouxinol, que dá lugar a um supermercado e ao Centro Educacional Sigma, moradores de rua se estabelecem sazonalmente em barracas e colchões ao lado de duas quadras poliesportivas públicas, onde se praticam aulas de dança, ginástica, capoeira e basquete.

Um pouco mais à frente na avenida, um novo shopping center, empreendimento “Paulo Octávio”, – empresa do ramo da construção civil que lidera o mercado no DF –

está sendo construído. Ironicamente, tem nome “Manhattan”, um apelido para Águas Claras, chamada “Manhattan brasileira”. De semelhante, apenas os arranha-céus. Sou pego de surpresa por um entregador que grita para um senhor, do outro lado da rua, em frente a um hortifruti. “Camisa do Brasil?” – grita o entregador. E o senhor, que pouco entende, apenas acena confirmando. A camisa era uma regata amarela com detalhes azuis do time de basquete *Golden State Warriors*.

Neste ponto da caminhada, em que estou mais próximo do meu destino, passo por algumas praças cuidadas pela Administração de Águas Claras – uma em frente ao Edifício Metrôpole (Praça João de Barro), outra em frente ao Edifício Ingrid, (Praça Faisão) – que dá lugar a várias lojas, reflito sobre como tais praças estão deterioradas em comparação com as internas pelas quais já passei. As três praças rodeadas de comércio possuíam vegetação alta, atrapalhando a caminhabilidade, e calçadas quebradas. A medida em que me aproximo do Águas Claras Shopping, desfaço-me de tal pensamento e decido adentrar as praças das Quadras 205 e 206.

A Praça Jandaia (Quadra 205; Figura 26) – que conheci anos atrás apenas como “Praça do Pão-de-Açúcar”, devido ao supermercado homônimo que se localiza em suas proximidades – possui árvores altas, antigas, e alguns pontos de jardins densos, com solo quase somente de terra, que em tempo chuvoso se torna lama. Trata-se de um bom ponto para morcegos, com resquícios de pinturas para a última Copa do Mundo nas calçadas. Esta praça é tradicionalmente decorada por seus moradores (principalmente adolescentes e crianças) durante tais períodos. Apesar de não tão bem conservada quanto as praças das quadras anteriores, é possível observar várias intervenções feitas por moradores. Flores foram plantadas em vasos amarrados aos troncos das árvores para atrair polinizadores, como abelhas e beija-flores. Há um grande marco em seu centro: uma pintura de uma árvore em preto dentro de um círculo alaranjado, além de vários comedouros e bebedouros feitos de materiais reaproveitados (como garrafas plásticas) para aves, geralmente pequenas, como periquitos, rolinhas, pardais e pombos. Havia ainda restos de ração para aves no chão, sobre o marco. Nesta praça, como nas anteriores, também há um feirante que vende frutas e leguminosas.

Figura 26: Praça Jandaia (Q. 205). 1ª foto: marco da praça. 2ª e 3ª fotos: estruturas improvisadas com materiais reciclados. 4ª foto: pombos se alimentam de ração.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Paro e contemplo um grupo de periquitos que se esbaldam num dos comedouros sombreados pelas árvores da praça (Figura 27). Em meio aos arranha-céus e à verticalidade opressiva que ocupa o horizonte, esse local parece ser uma espécie de refúgio, com alimento e água potável de sobra. O grupo de aves logo deixa o comedouro e pousa entre galhos e folhas de uma altíssima árvore. Concentro-me para tirar uma boa foto, sem que o *zoom* prejudique sua qualidade. As flores amarradas aos troncos das árvores e o plástico transparente dão certa singularidade ao lugar, ressignificado pela ação comunitária.

Figura 27: Periquitos usufruem das estruturas feitas pelos moradores na Praça Jandaia.

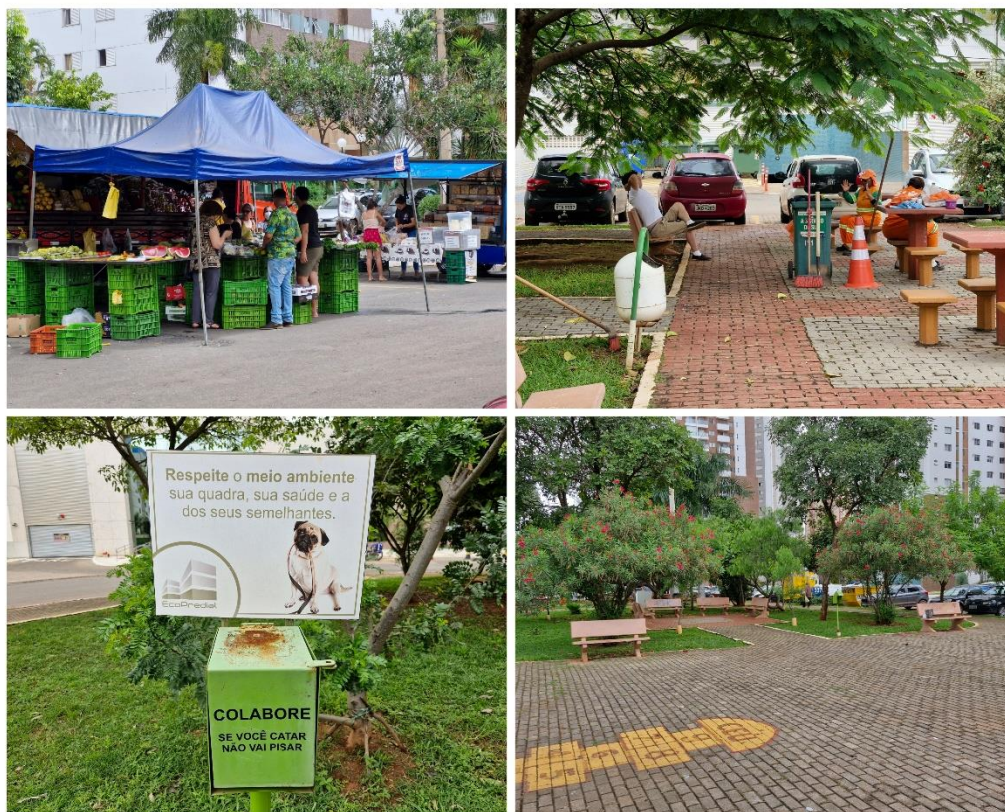


Fonte: arquivo pessoal do autor.

O projeto (“Nossa Praça”) que modificou a paisagem dos jardins da praça é de autoria do senhor José Cezário Menezes de Barros, de 76 anos. Como mostra reportagem já citada do Jornal Metrôpoles, José e sua vizinhança conseguiram plantar 820 flores. “Como forma de agradecimento e amor, coloco um provérbio em cada uma das árvores, para que as pessoas levem daqui uma mensagem positiva para o seu dia” (METRÓPOLES, 2019), disse José (à reportagem), que espera que a proposta sirva de exemplo à outras praças. O administrador Pedro Gomes, de 77 anos, por sua vez, troca todos os dias a água disponível para as aves. Segundo ele, os moradores pagam “uma empresa de jardinagem para fazer a manutenção geral. Toda e qualquer iniciativa parte da vizinhança. O poder público não ajuda em nada” (ibid.).

Já na Praça Tuim (Quadra 206; Figura 28) – que espelha a Jandaia – fui recepcionado por um caminhão que atendia aos moradores, oferecendo grande variedade de hortaliças em caixas sob sombra de um grande toldo. É uma praça bem ampla, sem grandes focos de vegetação, mas muito bem cuidada. Nela, três garis descansavam. Duas deles conversavam com um morador, descontraídas. Percebo que essas praças, mesmo internas, não servem apenas para moradores, mas também como hiatos na jornada de trabalho de quem oferece serviços às quadras, seja de limpeza ou entregas.

Figura 28: Praça Tuim (Q. 206). 1ª foto: toldos à frente de um caminhão que vende hortaliças. 2ª foto: morador em conversa descontraída com duas garis. 3ª foto: estrutura com sacos plásticos para coleta de dejetos de animais. 4ª foto: espaço central da praça.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ainda assim, pergunto-me por que as praças que ladeiam a Av. das Araucárias não recebem igual tratamento e não possuem sombras volumosas que permitam o descanso de trabalhadores. Sem a ação organizada dos moradores, estão entregues a uma administração regional com pouquíssima autonomia em relação ao Governo Distrital. Também se nota que são praças pelas quais passam mais pessoas diariamente; são divididas entre moradores e trabalhadores, não apenas um ponto de descanso para os segundos.

Após a conclusão de meu objetivo no Águas Claras Shopping, volto pela Boulevard Sul, passo por um belíssimo mural que homenageia a fauna brasileira (Figura 29) em uma das muretas de proteção das passarelas que ligam as áreas Sul e Norte. Mais à frente, encontro mudas plantadas pelos moradores nas beiradas da vala da linha metroviária (Figura 29).

Figura 29: Mudas plantas à beira da vala do metrô (Boulevard Sul) e mural celebrando a fauna brasileira (Rua Buriti).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ao fim do relato da terceira caminhada, é importante ressaltar a cidade como espaço de confronto entre classes sociais, visualidades e discursos, mas, principalmente, como espaço de convivência com o “estranho”; o outro. Na mesma medida em que uma cidade como Águas Claras se faz marcada pelo individualismo, pelo confinamento em condomínios e pelo sentimento de vigilância, pode dar lugar a manifestações populares e usos não-funcionalistas do espaço. Portanto, revisitemos alguns pontos explorados durante o caminho percorrido.

Revisitemos a Praça Jandaia (Quadra 205), cuja história foi bem explorada na dissertação de Pereira (2016). A sequência de eventos narrada por Tenório (2018 In PEREIRA, 2023, p. 259) elucida as contradições de tal espaço:

Em 2008 construiu-se, num terreno em meio aos condomínios da Quadra 205, de Águas Claras, bairro de classe média do DF, a praça Jandaia. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, os moradores mobilizaram-se, solicitaram autorização à administração local, elaboraram o projeto, e a empresa responsável pela construção da maioria dos condomínios o executou sem nenhum ônus para o poder público. Assim, por iniciativa e participação populares, a vizinhança ganhou um local onde pudesse acontecer a vida pública – com gramados, palmeiras, calçadas, bancos, fonte e anfiteatro. Menos de dois anos depois, a administração local destruiu a fonte (que andava desativada) e soterrou o anfiteatro, por solicitação dos próprios moradores. A intenção: livrar-se dos badrneiros e usuários de drogas que foram atraídos pelo local. (TENÓRIO, 2012, p. 18 In PEREIRA, 2016, p. 259).

Pode-se observar que, independentemente de ser um espaço público, a Praça Jandaia – assim como outras praças da cidade – é percebida pelos moradores de seu entorno como extensão de seus respectivos condomínios; vê-se a praça pública como propriedade privada. Pereira enfatiza que esse olhar implica a necessidade de pacificação

e domesticação do espaço, que resulta na eliminação de “estranhos e qualquer ação que esteja fora do controle das comunidades formadas pelos condomínios” (p. 262), fortalecidos pela morfologia de suas quadras, que confinam praças entre edifícios.

Constrói-se, não obstante, na busca por segurança e no sentimento de vigilância presentes em Águas Claras, o medo do “outro” ou do “estrangeiro”, que ameaça o bem-estar do morador assim que um espaço público ganha funcionalidades além do esperado. O processo de advertência e conservação do espaço supostamente público – como se vê no desenho das placas da Praça Irerê – confronta a liberdade do transeunte e, conseqüentemente, do usuário-morador, expondo o preocupante individualismo que norteia a produção e o desenvolvimento histórico do espaço na RA.

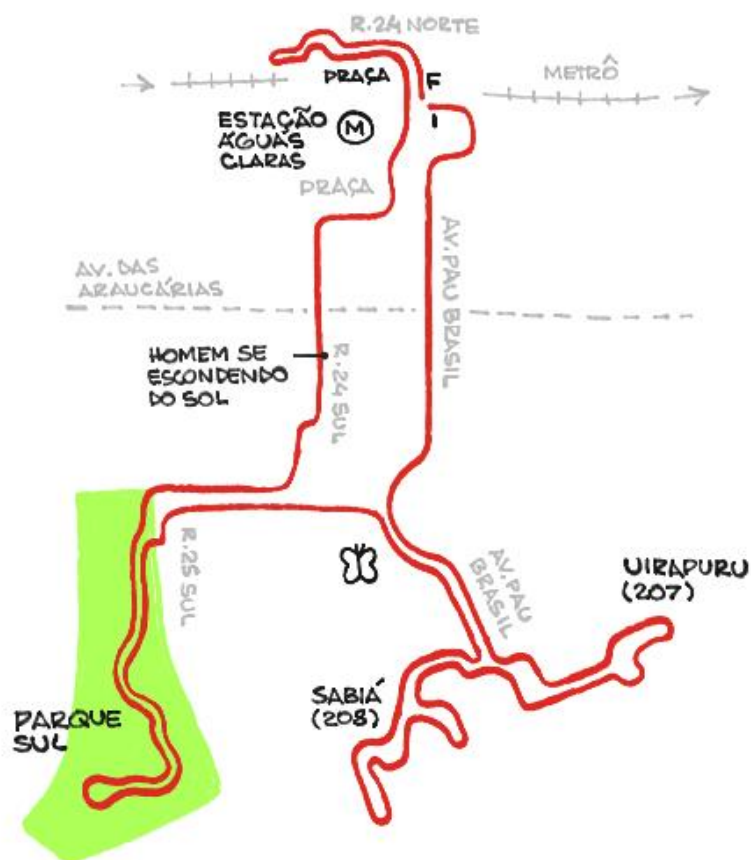
Mesmo que a cidade seja, invariavelmente, também um lugar para a manifestação de individualidades e do cosmopolitismo, como aponta Simmel (2005), em suas contradições e confrontos, as cidades – especialmente as cidades modernas – também são espaços que possibilitam a “coexistência das diferenças” (SCOCUGLIA, 2010, p. 13 In PEREIRA, 2016, p. 81). Águas Claras, como espaço urbano, observa a negação seu aspecto dialógico e tentativas de resolução para suas problemáticas a partir da erradicação da diferença; do deslocamento de suas mazelas, supostamente representadas por agentes externos. A este processo se dá o nome de “mixofobia”³¹ (BAUMAN, 2017), algo que se reflete não apenas na visualidade – por meio dos *enclaves fortificados* (condomínios murados) que predominam na região – da RA, como nos desdobramentos de sua história e nas ações organizadas de seus moradores.

3.3. 4ª caminhada (Calor, poeira e canteiros de obras)

Com o objetivo de visitar pela primeira vez o Parque Sul, um parque de construção recente, inicio minha caminhada (percurso na Figura 30) descendo do metrô na Estação Águas Claras. Sou recepcionado com um calor nada convidativo, e receio que passearei em meio a construções e poeira. Já era de meu conhecimento que aquela área da cidade não detinha grandes áreas verdes e, por isso, oferecia pouco conforto térmico.

³¹ Cunhado para fazer referência aos processos de exclusão de migrantes ou estrangeiros na Europa, o termo está intimamente ligado ao racismo, à xenofobia e às ideologias nacionalistas, e diz respeito ao medo que um indivíduo pode ter de coexistir com o diferente (BAUMAN, 2017).

Figura 30: Traçado do percurso da quarta caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Subo a Av. Pau Brasil ansiando por uma sombra e seguindo os passos indicados pelo GPS. Confrontado por uma grande rotatória, decido investigar as quadras para onde a avenida leva antes de continuar minha rota. Em parte do entorno da “rotunda”, há um descampado (terreno baldio) cercado, com grama baixa. Várias pequenas borboletas o sobrevoam. “Proibido jogar lixo ou entulho”, diz a uma grande placa dentro do lote (Figura 31). Realmente não há sinal de lixo ou entulho.

Figura 31: Placa no entorno da rotatória da Av. Pau Brasil.

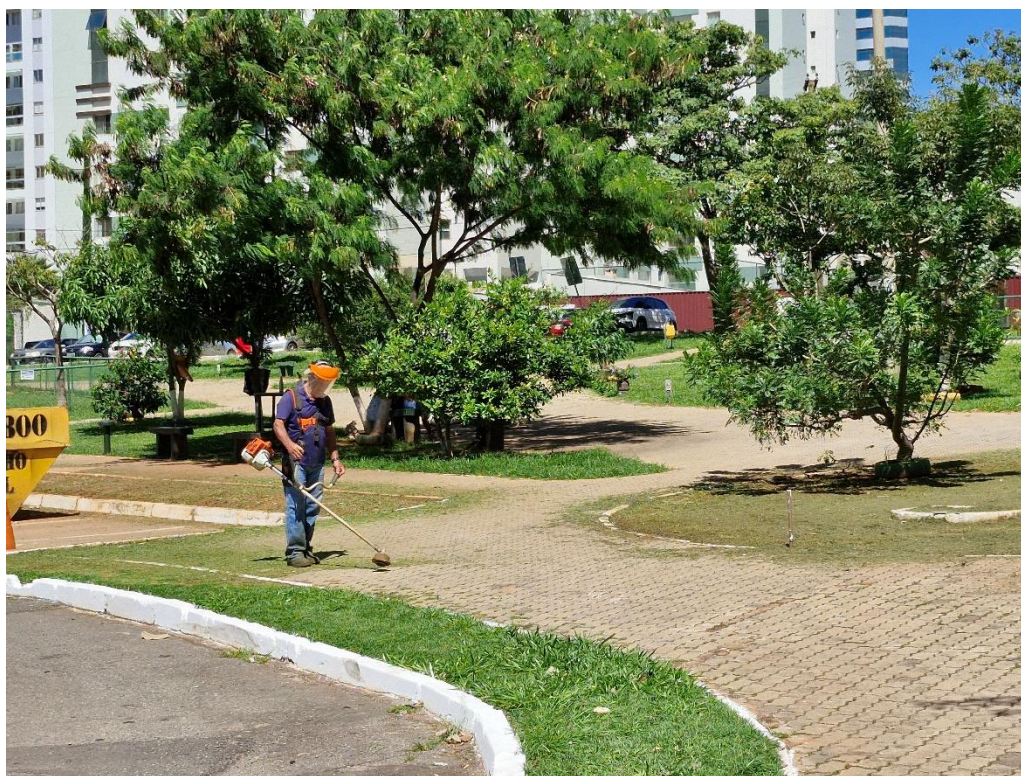


Fonte: arquivo pessoal do autor.

Já impactado pelo calor intenso, vejo uma mulher, iluminada pelo sol, andando em outro extenso terreno baldio. Este, apenas de terra batida. Ela faz um percurso alternativo, que “corta caminho”, em vez de caminhar pela calçada. Paro para descansar na Praça Uirapuru (Quadra 207), consigo sentir uma leve brisa e ouvir o canto dos pássaros. Esta praça não é tão agradável ou demonstra vivacidade tanto quanto outras, mas ainda oferece alguma sombra. Reparo que há um homem podando a grama da praça.

Assim como na Uirapuru, na Praça Sabiá (Quadra 208) há um trabalhador podando grama (Figura 32). Moradoras conversam acompanhadas de seus respectivos cães num dos poucos espaços bem arborizados da praça, que parece ser bastante jovem, o que se pode atestar por suas árvores pequenas e calçadas sem rachaduras. A rota que percorro, como um todo, é de ocupação recente, portanto ainda abriga muitos canteiros de obras. Suas praças ainda parecem estar tomando forma, assim como sua vida comunitária, à medida em que seu espaços disponíveis se aproximam da saturação.

Figura 32: Homem apara grama na Praça Uirapuru (Q. 208).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Voltando em direção ao terreno baldio e virando à esquerda, vou de encontro ao meu destino, o Parque Sul (Antiga Pracinha da Rua Jacarandá; Figura 33). Vejo várias mudas de árvores gradeadas, ganhando altura. Ao lado delas, encontra-se um enorme Patinódromo (pista para patinação em velocidade) azul radiante, que ganha tom saturadíssimo em sol forte. Próximos à pista em formato elíptico, brinquedos, equipamentos de ginástica, quadras para futevôlei e vôlei de areia, e duas quadras de tênis recém-inauguradas estão disponíveis para a população. Com ar e cheiro de novidade, um módulo de apoio de arquitetura modernista descansa, ainda sem uso. Nesse pequeno parque ainda haverá uma nova Biblioteca Pública de Águas Claras, com vistas a substituir a original, localizada na Praça Coruja no lado Norte (sobre a qual comentarei mais adiante, na sexta caminhada). Creio que este se tornará, no futuro, um dos pontos centrais de Águas Claras. Há igrejas católicas e protestantes, um grande hospital e comércio, sendo o novo parque seu catalizador.

Figura 33: Parque Sul (antiga Pracinha da Rua Jacarandá) “Jesus, Rei dos Reis”, diz a placa na primeira foto. 2ª foto: módulo de apoio; 3ª foto: mudas recém-plantadas. 4ª foto: quadras de tênis (ao fundo, o primeiro hospital privado de Águas Claras).

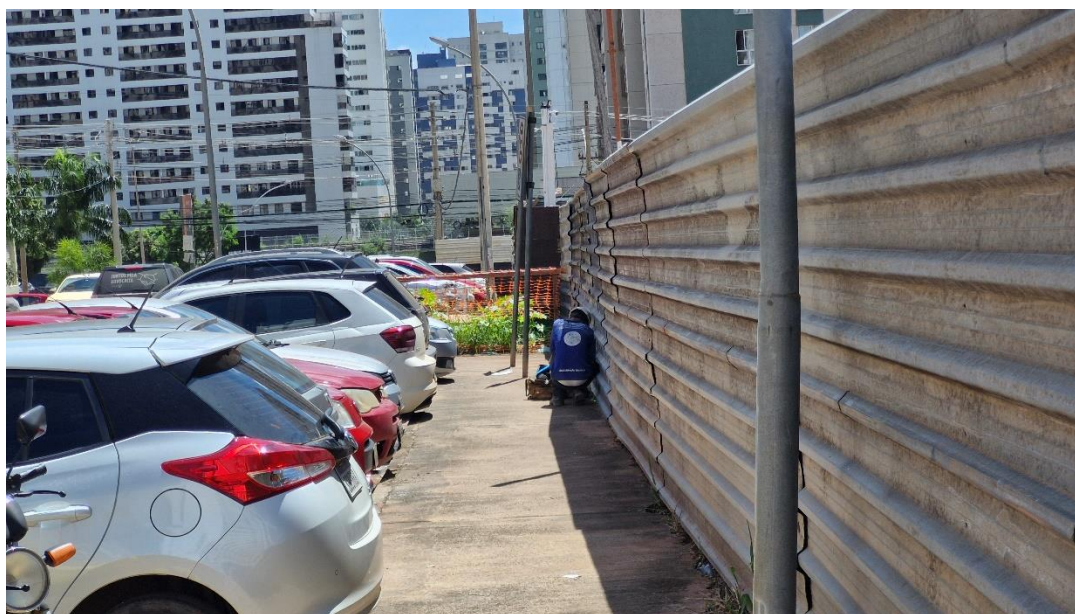


Fonte: arquivo pessoal do autor.

Observo, contudo, que o Parque Sul, não diferentemente do Parque Ecológico, serve também como forma de gerar raridade para os empreendimentos ainda em desenvolvimento na região. Por um lado, fornece equipamentos urbanos de qualidade; por outro, somente o tempo dirá se não terá o mesmo fim que as praças cuja manutenção é feita pela Administração de Águas Claras.

Após contemplar o Parque Sul, onde algumas poucas pessoas descansam ou transitam, passo por alguns canteiros de obras para voltar à Estação Águas Claras. A poeira se mistura ao calor que enturvesce a superfície dos carros, cujos vidros refletem a luz solar e sensibilizam meus olhos. Ao lado dos tapumes de alumínio de um dos canteiros, um pedreiro se refugia numa estreita sombra para utilizar o celular sem que haja reflexo (Figura 34).

Figura 34: Trabalhador se refugia para usar seu smartphone sem reflexo (R. 24 Sul).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Deparo-me, em seguida, com outra pessoa caminhando por uma rota alternativa (Figura 35), em mais um terreno baldio onde, durante os horários de pico, instalam-se ambulantes.

Figura 35: Transeuntes caminham por rotas alternativas em terrenos baldios (fotos tiradas durante o início e o fim da caminhada na Av. Pau Brasil).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em meio à jornada de trabalho, os caminhantes dão significado aos espaços disponíveis da cidade, – inventando trilhas – transformando-os em coisas novas (DE CERTEAU, 2014), ainda que tais lotes estejam à espera de ocupação por propriedade

privada. O passante, portanto, cumpre o papel fundamental de selecionar de que maneira utilizará o espaço, designando suas possibilidades de funcionamento. Ele (o usuário da cidade), “extraí fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (p. 165), isto é, à medida em que a cidade se atualiza, seu usuário anonimamente a dá valor de uso, podendo este ser duradouro ou efêmero.

Terrenos baldios como os dois retratados na Figura 35 compartilham entre si uma história que aos poucos se esvai da paisagem de Águas Claras. Por muito tempo, caminhadas pela “satélite” perpassavam inúmeros espaços vazios, que em tempos secos faziam subir nuvens de poeira e em tempos chuvosos se tornavam descampados enlameados. Quando cobertos por gramados, possuíam suas próprias trilhas de terra, que demarcavam os percursos de transeuntes, compondo os detalhes do que era desocupado, disponível. Hoje, a maior parte desses antigos vazios se encontra ocupada por empreendimentos imobiliários ou comerciais. Ainda assim, como afirma de Certeau (2014, p. 189), “A organização reconhecível nos relatos de espaço da cultura cotidiana se acha, portanto, invertida pelo trabalho que isolou um sistema de lugares geográficos”, o que torna os terrenos baldios, assim como os percursos urbanos e seus relatos como um todo, anônimos ou resumidos às localidades nomeadas segundo seu uso comercial ou residencial.

Aproximo-me da Estação Águas Claras, imponente estação central da região, onde as linhas amarela e verde se desencontram, uma tendo como destino Samambaia, a outra Ceilândia. Ambas passam antes por Taguatinga. Na praça ao norte da Estação, diversos trabalhadores descansam e vários ambulantes se organizam, todos cobertos por suntuosas copas de árvores que fornecem sombras confortáveis. Em praças como esta, adjacentes às estações de metrô, observa-se o movimento pendular característico do Distrito Federal. Elas servem, para moradores e para a maioria dos indivíduos de outras regiões, como local de passagem, onde ambulantes oferecem produtos diversos, como pães e biscoitos artesanais, roupas, acessórios, açaí, entre outros.

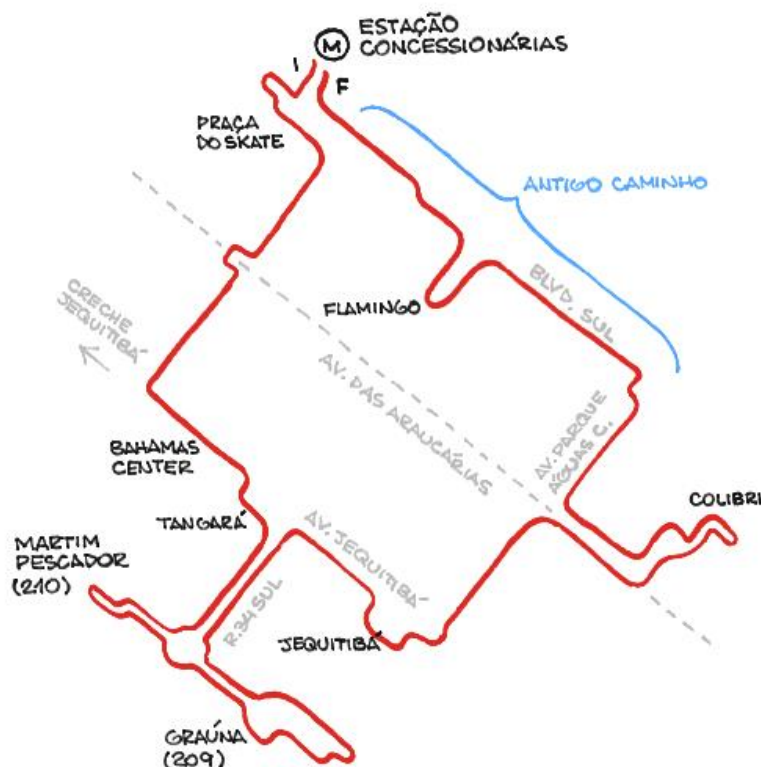
3.4. 5ª caminhada

3.4.1. Rumo ao hexa

Para a quinta caminhada, tive como objetivo retilhar o percurso que fazia até a Estação de metrô Concessionárias durante minha infância e pré-adolescência (percurso

na Figura 36). Seria preciso descer da Estação para chegar às proximidades de onde morava, para então retornar. Antes de chegar ao início do trajeto que desejava, sabia que me distrairia com inúmeras coisas; especialmente com as mudanças da região, a qual pouco visito em meu tempo livre.

Figura 36: Percurso feito na quinta caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A norte da Estação Concessionárias, há a Praça da Bikezinha. A sul, a Praça do Skate (Figura 37), antes fonte de insatisfação para alguns moradores de seu entorno, devido a ter se tornado um ponto de tráfico de drogas, o que a fez palco de vários episódios midiáticos da cidade. Lembro-me até hoje de, em tempos de Copa do Mundo (2014), descer do trem e ver na praça uma grande fogueira de lixo e pneus.

Figura 37: Praça do Skate (entre as R. 37 e 36 Sul, em frente à Boulevard Sul). 1ª foto: senhora se exercita em aparelhos novíssimos. 2ª foto: o parque de skate, em frente a um luxuoso condomínio.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em 2016, moradores fizeram um abaixo-assinado reivindicando a demolição da pista de skate, acreditando que sua inexistência solucionaria o problema do tráfego. O movimento, à época, seguia o exemplo dos desdobramentos de 2014 na Praça Santos Dummont (popularmente conhecida como Praça do “DI”, devido a ter dado lugar ao antigo Departamento de Imobiliária da Novacap), a qual teve seu *skate park* demolido devido à mesma problemática.

A Praça do DI, que “durante 30 anos [...] serviu como um dos principais pontos de lazer e esporte para idosos, pais, crianças e skatistas” de Taguatinga (METRÓPOES, 2015), teve seu espaço abandonado pela administração local e pelo GDF após a demolição da pista, o que a converteu em abrigo para moradores de rua e intensificou o tráfico de drogas, afastando ainda mais os moradores. Dez anos após a demolição da pista, a praça ainda não foi revitalizada.

Mesmo com as contradições do suposto exemplo a ser seguido, a crise da Praça do Skate ganharia ainda mais das páginas policiais no ano seguinte. Um morador faria um disparo de arma de fogo contra a praça, na tentativa de atingir skatistas (DF ÁGUAS CLARAS, 2017). Hoje, entretanto, a praça está revitalizada, rodeada de refinados condomínios e segue atraindo skatistas da região e de RAs adjacentes.

Seguindo minha caminhada, vou em direção à Avenida Jequitibá, onde se encontra o Edifício Bahamas Center (Figura 38), mais um tradicional centro comercial da região,

antes rodeado por terrenos baldios e visível em sua totalidade da Av. das Araucárias. Hoje, encontra-se oculto por duas grandes obras do setor imobiliário, que agora ocupam esses antigos descampados, fazendo-o pouco atraente para os motoristas da avenida principal do lado Sul. Todavia, o edifício ainda possui uma estrutura bem conservada, estabelecimentos vivos e movimento de clientela. Próxima ao Bahamas está única creche pública da região vertical da RA, o CEPI Jequitibá, inaugurado em 2015.

Figura 38: Vista de minha chegada e fachada do Bahamas Center (R. 36 Sul e Av. Jequitibá).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Escondida nos quintais do Bahamas Center, a Praça Martim Pescador (Quadra 210) é bastante discreta e possui uma quadra poliesportiva, em que alguns meninos praticam futsal sob tutela de um outro menino mais velho (talvez adulto). Já a Praça Graúna (Quadra 209; Figura 39) transmite uma grande calma por estar mais distante da Av. Araucárias, assim como da linha metroviária, o que a privilegia com pouca poluição sonora. A sul, não há grandes ocupações, e sim um longo descampado dedicado a linhas de alta tensão e a um terreno do Metrô-DF. Lá também há uma pequena feira de ambulantes que atende a seus moradores.

Figura 39: Praça Graúna (Q. 209) e Praça Jequitibá (Av. Jequitibá). 1ª foto: senhor caminha com seus netos; 2ª foto: ambulantes atendem aos moradores das proximidades. 3ª e 4ª fotos: intervenções dos alunos do colégio Ideal na Praça Jequitibá para a Copa do Mundo de 2022.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Mais adiante, na Praça Jequitibá (nomeada a partir da Avenida que ladeia; Figura 39), encontro resquícios de pinturas feitas pelos alunos do Colégio Ideal para a Copa do Mundo de 2022. São inúmeras bandeiras do Brasil, distintivos da CBF, camisas do jogador Neymar, Canarinhos, assim como o mascote daquela edição, “La’eeb”, e dizeres como “Rumo ao Hexa”. É possível também ver marcas de várias mãozinhas nos bancos de cimento, provavelmente deixadas pelas crianças. Todas as obras são assinadas e acompanhadas pelas séries dos alunos que as fizeram.

Atravesso a Av. das Araucárias rumo à Praça Colibri (entre as ruas 31 e 30 Sul, ladeando a Av. das Araucárias; Figura 40). Originalmente destinada à educação, a praça hoje está sob cuidados dos moradores de seu entorno, mas passou a maior parte de seu tempo de vida como matagal. Abrigava grandes rochas e árvores que balançavam em tempo chuvoso. Por ela, passava apenas uma rua; a mesma que lá ainda está. A praça ladeia uma mata relativamente densa, – resquício de sua forma original – em frente a qual

duas senhoras conversam. Próximo à praça, um prédio estampa um imenso *banner* disponível para anúncios.

Figura 40: Praça Colibri (Av. das Araucárias). 1ª foto: mulher caminha com seu cachorro e seu filho na área central da praça. 2ª foto: aviso de área restrita para cães e seus tutores (a área possui grama relativamente alta). 3ª foto: senhoras conversam a frente do parquinho. 4ª foto: anúncio vago com edifício como suporte.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Foi na rua dessa praça que aprendi e desaprendi a andar de bicicleta. Observando-a, dia após dia, durante anos, vi dezenas de edifícios se erguerem em suas redondezas. Ela não se parece nada com o lugar que conheci e, a altura de minha mudança, havia ali apenas alguns equipamentos (parquinho e bancos) e pouquíssima vegetação. Finalmente, inundado de memórias, dou meia-volta em direção à Estação Concessionárias para concluir meu objetivo.

3.4.2. Muros, anúncios e desejos

A contemplação do imenso *banner* no edifício da Praça Colibri me desvanece de minha nostalgia. Refazendo meu antigo trajeto pela Boulevard Sul, – que de boulevard tem apenas o nome, pois possui pouquíssimas árvores – passo a observar as mudanças na

região, a qual conheci pouco povoada e que, agora, aproxima-se da saturação de seu ciclo dentro do mercado imobiliário. Alguns poucos terrenos aguardam seus próprios edifícios, outros já os veem sendo construídos (Figura 41) e anúncios de apartamentos podem ser vistos por toda parte. Ainda que esse tipo de informação possa ser encontrado em Águas Claras facilmente, a partir de anúncios deixados por moradores ou proprietários, aqui predomina a publicidade das incorporadoras, representadas pelo que há de esteticamente atraente em seus condomínios.

Figura 41: Anúncios, ônibus do CEASA nas Cidades (ambos na Boulevard Sul) e fachada cega (R. 34 Sul). 2ª foto: anúncios pintados na mureta da ponte da R. 36 Sul.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A publicidade do comércio e dos serviços de saúde se instalou em empenas de edifícios, *outdoors* e painéis de LED a altura do caminheiro. Todos eles são voltados aos moradores (e possíveis moradores) de Águas Claras ou a seus visitantes, enquanto panfletos e lambes próximos a pontos de ônibus e estações de metrô parecem ter público-alvo mais amplo, contemplando usuários do transporte público que tem a cidade como

local de trabalho, sendo esses provenientes em sua maioria da construção civil, do comércio ou do serviço doméstico.

Passo pela Praça Flamingo (entre as ruas 34 e 35 Sul), onde uma senhora leva suas netas para brincar no parquinho. Na rua 35 Sul, um terreno desocupado é rodeado por muros gigantescos de cor branca, pálidos e vazios (Figura 42). Geralmente, muros como esses dão espaço a pichações temporárias, sujeitas sempre ao apagamento por tinta branca ou *off-white*. Os muros – sem vazamento pois estão no limite de seus lotes – da Rua 35 Sul, por sua vez, estão voltados a um terreno cercado e podem ser vistos apenas à distância.

Figura 42: Homem caminha ao lado de lote vazio rodeado por muros (R. 34 Sul). O lote em questão (6) é um terreno abandonado cujos tapumes foram substituídos recentemente. O terreno também foi limpo e sua grama podada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Com seus primeiros pavimentos acima de andares de estacionamento, tais edifícios blindam seus moradores do mundo exterior, oferecendo-os lazer e segurança. É irônico o fato de que muitos deles estão à frente de praças ou as rodeiam, criando uma dicotomia de parquinhos ou quadras poliesportivas internas e externas. Uma lógica que funciona como se o capital ambicionasse que o espaço, ao contrário do dito de Bachelard

(2000), deixasse de transcender o espaço geométrico da casa, expandido para o espaço geométrico do condomínio. O simulacro mercadológico da “casa sonhada”³² ganha o lugar da “casa natal” (p. 74), fazendo-se materialização do desejo de consumo, banhado de signos icônicos que ressaltam qualidades atraentes. A respeito disso, Ferrara (2010, p. 170) afirma que:

A especulação imobiliária explora o imaginário do usuário criando padrões de vida, habitação ou cidade vividos à distância e na celebração da imagem fotográfica ou das simulações.

Por meio de outdoors, maquetes, estandes de vendas e promessas, gera-se, à luz da cidade, um conflito entre a “comunicação midiática” (AGAMBEN *apud* FERRARA, 2018, p. 16), crescentemente coercitiva, e o olhar atento; entre o desejo de consumo – calcado pela construção midiática da insegurança e do lazer confinado – e a harmonia dos sistemas urbanos.

Em direção à Estação Concessionárias, há um ônibus do Ceasa nas Cidades³³ (Figura 41). Um dos poucos refúgios locais para a arte urbana, as muretas das passarelas que sobrepõem a linha metroviária, ligando as áreas Sul e Norte, nessa região são recobertas por anúncios de pintura manual (Figura 41). Ao lado da Estação Concessionárias, vários ambulantes têm seus postos estabelecidos, com os pneus de seus automóveis furados e presos à rua. Entro na Estação e me deparo com um mosaico de Lúcio Costa (Figura 43). Foi feito por Henrique Gougon em 2002. Inesperado que esteja justamente onde foi negado boa parte do legado urbanístico de Costa. Faltam dez minutos para chegada do próximo trem.

³² “Por vezes, a casa do futuro é mais sólida, mais clara, mais vasta que todas as casas do passado. No oposto da casa natal trabalha a *casa sonhada*. No entardecer da vida, com uma coragem invencível, dizemos ainda: o que ainda não fizemos será feito. Construiremos a casa. Essa casa sonhada pode ser um simples sonho de proprietário, um concentrado de tudo que é considerado cômodo, confortável, saudável, sólido ou mesmo desejável para os outros. Deve contentar então o orgulho e a razão, termos inconciliáveis.” (BACHELARD, 2000, p. 74).

³³ Iniciativa que visa oferecer produtos hortifrutigranjeiros a preços acessíveis à população do DF, fruto de parceria entre a Secretaria de Agricultura (Seagri/DF), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a unidade do DF das Centrais de Abastecimento (Ceasa).

Figura 43: Mosaico presente na Estação Concessionárias, por Henrique Gougon.



Fonte: Blog do artista³⁴.

Assim, ao final de minha quinta caminhada, observo Águas Claras em meio ao confronto entre suas visualidades. Suas *verticalidades* se manifestam de maneira indiscreta com a altura de seus arranha-céus, assim como com suas empenas cegas, muros sem vazamento e estacionamentos acima do nível do solo, enquanto suas *horizontalidades* se mostram discretas em intervenções sobre praças, boulevards e muretas. Racionalizado o espaço unicamente a partir de seu valor de troca, vê-se com clareza em sua conformidade o resultado objetivo. Não é somente a população a culpada por como a cidade se desenvolveu, pois a ela coube majoritariamente os papéis de espectadora e consumidora, quase nunca de participante no processo de construção de tal espaço. A população, os ambulantes e os transeuntes, organizados informalmente, intervêm espontaneamente sobre o que lhes foi entregue, dando-lhe função e vida, ressignificando sua usabilidade a partir de seus próprios parâmetros e necessidades.

Não me furto, porém, do efeito nocivo do excesso de anúncios, espalhados por toda a cidade. Ainda que sejam elemento constitutivo de toda cidade moderna, unidos às incessantes impressões de tal espaço, tornam-no difícil de ser experienciado esteticamente. Dessa maneira, as hipóteses suscitadas durante a primeira caminhada se comprovam, exemplificadas durante as errâncias.

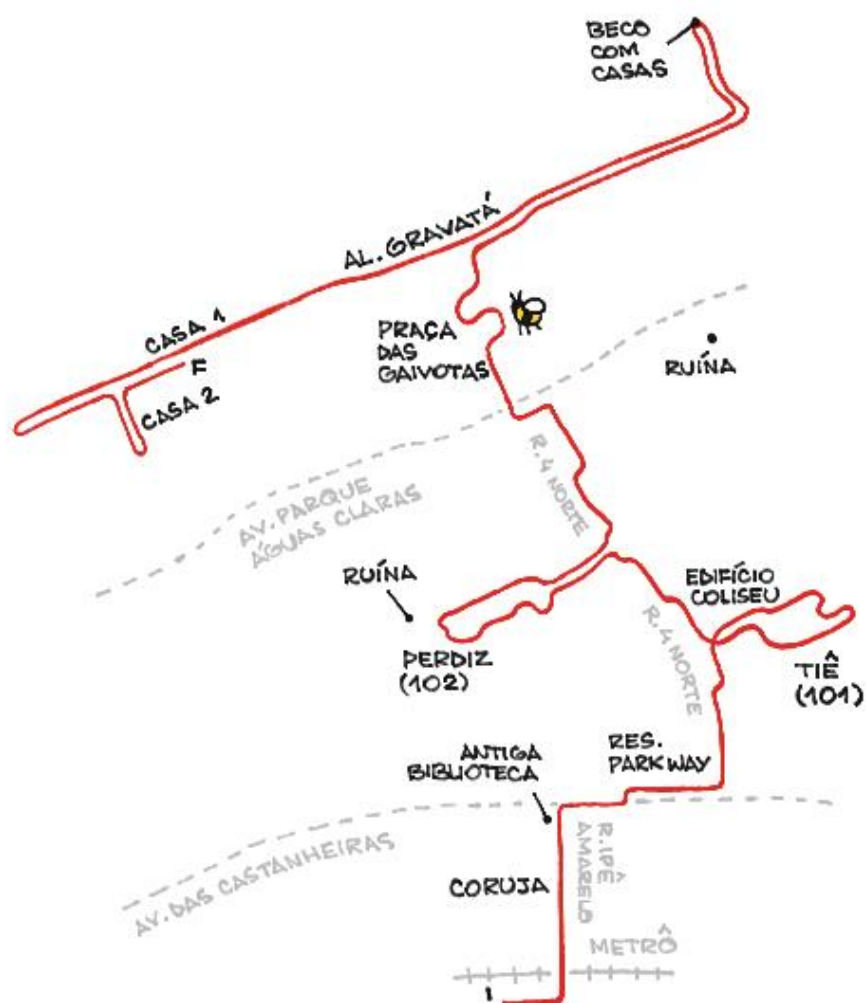
³⁴ Disponível em: <https://gougon2.tripod.com/id56.html>.

3.5. 6ª caminhada

3.5.1. Ruínas contemporâneas (Parte 1)

Com a sexta caminhada, tenho como intuito revisitar alguns dos prédios abandonados anteriormente encontrados (percurso na Figura 44). Passo pela Praça Coruja (entre as ruas 7 Norte e Ipê Amarelo (que na lógica sequencial seria a 6ª rua do lado Norte); Figura X), que se encontra em obras – não há como acessá-la de forma alguma – e abriga a Biblioteca Pública de Águas Claras (Figura 45), cujo acervo é feito a partir de doações. Originalmente um estande de vendas do setor imobiliário, a construção funciona como biblioteca e espaço de estudos desde 2009, mas já esteve fechada inúmeras vezes. Esteve, inclusive, 2 anos inoperante devido a reformas, tendo reaberto apenas em 27 de agosto de 2023 e fechado novamente em 10 de abril de 2024 (DF ÁGUAS CLARAS, 2024b). Ela será transferida ao Parque Sul, como observado durante a quarta caminhada. A Praça Coruja, assim como a Colibri, tinha como designação o uso para a construção de uma instituição de ensino, fato não consumado.

Figura 44: Trajeto feito na sexta caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 45: 1ª e 2ª fotos: Praça Coruja (entre a Av. das Castanheiras e as R. 7 Norte e Ipê Amarelo) e Biblioteca Pública de Águas Claras. 3ª e 4ª fotos: outdoors em frente a um dos prédios abandonados (Av. das Castanheiras, Lote 680).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Reencontro o condomínio e o edifício abandonados visitados na Av. das Araucárias durante a primeira caminhada (Figura 45), e observo-os. No espaço reservado para um estacionamento sem demarcações, funciona, de forma improvisada, no Residencial Park Way (citado durante a primeira caminhada), como se pôde observar na primeira caminhada, um lava-jato. Seu dono ou um de seus funcionários estava sentado numa cadeira escolar de madeira, aguardando possíveis clientes – imagem que preferi não registrar para não causar incômodo ao homem. À frente das ruínas, anúncios de dentistas e restaurantes ocupam espaços em outdoors.

Para o transeunte, não há como ignorar a presença dos quatro edifícios abandonados. Há um posto de gasolina entre o primeiro, de estrutura horizontal, o qual suponho que seria um centro comercial, e os demais, pertencentes ao Residencial Park Way. Trata-se de um longo trecho de ruínas que, ao longo do tempo, tem sido retratado sazonalmente pelos telejornais do DF. Estes, em particular, ganham destaque devido a seu histórico de ocupações por moradores de rua. Há compradores que, temerosos quanto ao retorno ou ao surgimento de novos ocupantes, moram em um dos prédios do Residencial

Park Way cuja carcaça já estava mais próxima da finalização. O condomínio incompleto conta com uma associação de moradores que luta pela posse de seu terreno há quinze anos, destacando-se como a mais vocal das organizações que representam compradores lesados pelo abandono de obras na região. Não fui capaz de encontrar mais informações sobre a edificação do Lote 680.

A solução da problemática dos prédios abandonados é de interesse da população, representada pela Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (AMAAC), que ocasionalmente conta com o suporte de membros da CLDF (Câmara Legislativa do Distrito Federal). O mais recente episódio do imbróglcio se deu em uma Audiência Pública (12 de abril deste ano) a respeito do tema em questão, durante a qual foram discutidas possíveis soluções e mapeados os lotes em que se encontram ruínas ou terrenos baldios abandonados (DF ÁGUAS CLARAS, 2024c):

- 1- Av. das Castanheiras, Lote 680 (**6ª caminhada**);
- 2- Q. 101, Praça Tiê, Lote 3 (Edifício Coliseu; **1ª e 6ª caminhadas**);
- 3- Q. 102, Praça Perdiz, Lote 10 (**6ª caminhada**);
- 4- Q. 105, Praça Bem-te-vi, Lote 10 (Mirante do Parque; parcialmente abandonado; **7ª caminhada**);
- 5- R. das Paineiras, Lote 10 (terreno baldio; **não visitado**);
- 6- Av. das Castanheiras, Lote 500 (Residencial Park Way; parcialmente abandonado; **1ª e 6ª caminhadas**);
- 7- Av. Parque Águas Claras, Lote 75 (**6ª caminhada**);
- 8- R. 34 Norte, Lote 3 (**8ª caminhada**);
- 9- R. 34 Sul, Lote 6 (terreno baldio; **5ª caminhada**);
- 10- Q. 202, Lote 12 (Edifício Ludwig van Beethoven; **2ª caminhada**);
- 11- R. 25 Norte, Lote 10 (**7ª caminhada**).

Foram observados, portanto, um total de nove construções abandonadas ou parcialmente abandonadas (caso de Res. Park Way e Mirante do Parque) e dois terrenos baldios designados a empreendimentos que sequer tiveram início. Não se encontrou solução durante a audiência, que sugeriu apenas a continuidade dos esforços já existentes. O atual administrador de Águas Claras, Tenente-Coronel Mario Henrique Furtado Rocha

de Sousa³⁵ colocou-se à disposição para resolução da problemática, o que não serve de alento, devido à impossibilidade de agência significativa de tais gestores sobre suas regiões.

O quadro dos prédios abandonados em Águas Claras escancara a falta de independência das populações das RAs para agir sobre seus espaços. A inabilidade de eleger representantes influencia diretamente no espaço praticado, precarizado e dependente da organização de pequenos núcleos, geralmente informais, como os que administram praças públicas. Assim, no caso de Brasília, “cassou-se também a voz, por um exercício parcial do voto, quando se configura uma cidadania pela metade” (PAVIANI, 2010, p. 79). Em meio às demais demandas do GDF, parece não haver espaço para a resolução deste tema em específico, pelo menos por enquanto.

Caminho ao lado do Residencial Park Way, por uma das calçadas da Rua 4 Norte, onde um casal se prepara para vender marmitas. Pelas grades do condomínio é possível ver o interior de seu nível térreo (Figura 46). Decido visitar a Praça Tiê (Quadra 101; Figura 47), em que se encontra o Edifício Coliseu. Nesta praça há, como em outras, moradores passeando, brincando com filhos e cães. Como diferencial, a Tiê tem lixeiras próprias para coleta seletiva e a particularidade de, em determinados pontos, ter o piso de seus passeios desnivelado em relação aos jardins. O Edifício Coliseu, diferentemente do Edifício Ludwig van Beethoven (Praça Irerê, Q. 202), tem sua estrutura de tijolos exposta e sua parte superior bastante deteriorada devido à chuva e a incêndios. Por estar no limite da Quadra, ele praticamente recebe transeuntes e motoristas que chegam à Praça.

³⁵ O atual administrador da RA XX é Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e Engenheiro Civil pela UEG (Universidade Estadual de Goiás). Foi Ajudante de Ordens do Vice-Governador do DF em 2010 (Período referente à gestão distrital de Rogério Rosso, que teve como Vice-governadora Ivelise Longhi), Coordenador de Planejamento da Subsecretaria de Defesa Civil do Distrito Federal de 2015 a 2017 (durante o Governo de Rodrigo Rollemberg) e Subsecretário de Infraestrutura da Secretaria de Saúde do DF entre 2020 e 2023 (Primeiro e segundo mandatos do atual Governador, Ibaneis Rocha) (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS, 2024).

Figura 46: Interior do nível térreo do Res. Park Way. Foto colhida durante a 1ª caminhada (novembro de 2023).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 47: Praça Tiê (Q. 101). 1ª foto: carrinho próximo aos bancos na Praça. 2ª foto: lixeiras para coleta seletiva contendo pixações. 3ª foto: Edifício Coliseu. 4ª foto: vista do Res. Park Way a partir da Q. 101.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 48: Foto panorâmica. Contraste entre o Ed. Coliseu e os demais edifícios da Praça Tiê (Q. 101).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Decido capturar uma imagem panorâmica da Praça (Figura 48) para emular minha sensação de estranheza ao adentrá-la. O Edifício Coliseu, em contraste com os demais edifícios, às palmeiras e à bem conservada estrutura da Praça servem como retrato do crescimento desordenado da RA, que abriga formas destoantes: é refúgio para a classe média, antes emergente, e fonte de arrependimento para muitos que um dia a tiveram como sonho.

Ao sair da Quadra 101, deparo-me com a vista do Residencial Park Way, à distância (Figura 47). Os três prédios, adjacentes a um grande lote vazio e de mato denso, parecem me vigiar à medida que me distancio. De longe, chegam a ser imponentes apesar de seus poucos pavimentos. A cor terrosa dos tijolos se destaca entre os grandes prédios a sua volta.

A Praça Perdiz (Quadra 102; Figura 49), oposta à Tiê, pouco se parece com a anterior no que diz respeito a seu desenho. Entretanto, ambas possuem espaços para cães, parques infantis, banquinhos de cimento e um prédio abandonado. O da Praça Perdiz, porém, tem tijolos acinzentados e se esconde em um de seus cantos (Figura 50). Não é possível visualizar sua entrada; está bloqueado por outros dois condomínios. Destaca-se também nesta praça uma fachada bastante inusitada e cega, que mais parece uma espécie de *bunker* ou fortaleza.

Figura 49: Praça Perdiz (Q. 102). 1ª foto: pessoas passeiam na Praça; 2ª foto: barril com água para cães; 3ª foto: prédio abandonado (Lt. 10); 4ª foto: fachada cega.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 50: Imagem aproximada do prédio abandonado da Q. 102.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Um carretel de madeira foi reutilizado como mesinha de suporte para um barril de água com torneira (Figura 49) na área cercada para cães, provavelmente para que moradores possam hidratá-los. Contudo, a vista desse parquinho é justamente a do prédio abandonado, que sequer traz à tona a terracota típica do tijolo, e sim um cinza mórbido e intimidador que o resigna ainda mais ao esquecimento. O fato de que seus limites não são de forma alguma acessíveis à população, por um lado evita acidentes e possíveis tentativas de invasão, mas, por outro o torna mais insondável em relação a sua potencialidade.

Em 2021, durante a pandemia de COVID-19, foi sancionada pelo Vice-governador (cobrindo ausência do Governador Ibaneis Rocha) Marcos Vinícius “Paco” Britto a Lei nº 6.911 de 21 de julho de 2021, de autoria da Deputada Distrital Júlia Lucy (União Brasil), que visa solucionar a problemática dos edifícios abandonados a partir de ações organizadas pelo GDF (DODF 137, 2021). Segundo seu Art. 1º, “O Distrito Federal deve impedir que imóveis abandonados, públicos e privados, causem deterioração urbana” (DODF 137, 2021, p. 3). Entende-se, nesse caso, como “deterioração urbana”: (I) a poluição e degradação ambiental; (II) a retenção especulativa de imóvel urbano que resulte na sua subutilização ou não utilização; (III) a exposição da população a riscos de desastres; (IV) a ocorrência de fatores causadores de zoonoses; (V) a ociosidade urbana; (VI) o aprofundamento de vulnerabilidades sociais (ibid.).

A Lei nº 6.911/2021 considera “imóvel abandonado aquele que não esteja sob a posse do proprietário ou de outrem, ou, ainda, que não esteja cumprindo sua função social” (ibid.), sendo este considerado *vago* desde que: (I) “não se encontre em posse de seu proprietário ou de outrem”; (II) “o proprietário não esteja satisfazendo suas obrigações fiscais” (p. 3). Destaco, ainda, seus Artigos 2º, 5º e 7º:

Art. 2º O Distrito Federal, de ofício ou por provocação, pode iniciar processo administrativo a fim de declarar um imóvel abandonado como bem vago.

[...] Art. 5º No que se refere aos imóveis arrecadados, o Distrito Federal pode:

I – efetuar reparos emergenciais e de segurança;

II – tomar medidas de higiene;

III – destiná-los para programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

IV – implantar equipamentos públicos e comunitários;

V – implantar equipamento cultural ou esportivo.

[...] Art. 7º Se o imóvel estiver em risco de ruína, com declaração pelo órgão competente, o Distrito Federal deve acionar a Defesa Civil e, se necessário, proceder à sua demolição (DODF 137, 2021, p. 3).

Dessa maneira, a ação do Estado sobre tais edifícios se torna legítima. São propostas alternativas que voltem tais edifícios ao interesse público, existindo assim a possibilidade de que sejam ressignificados e revertidos à população. Contudo, vale frisar que para cada imóvel abandonado dá-se início a um processo administrativo (em Águas Claras seriam onze), que passará por todos os trâmites necessários, tendo como fim possível a demolição, em caso de constatação de estado de ruína. Todavia, a vigente Lei nº 6.911/2021 aguarda há mais de dois anos por regulamentação, isto é, pelo esclarecimento de como será aplicada, de que forma será feita a fiscalização de tais imóveis e de que órgão distrital será a responsabilidade da aplicação. A morosidade em sua implementação indica que a problemática está longe de ser solucionada.

Em reportagem do início deste ano (31 de janeiro de 2024), em meio à maior epidemia de dengue da história do Distrito Federal, que levou o GDF – entre outras unidades federativas – a declarar estado de emergência, o *Correio Braziliense* voltou a tratar dos edifícios abandonados em Águas Claras. Os prédios, com mato alto, água parada e lixo aparente, servem como abrigo para roedores urbanos e criadouros de baratas, escorpiões e pernilongos, entre os últimos o transmissor da dengue, o *Aedes aegypti* (CORREIO BRAZILIENSE, 2024a). A reportagem ainda contou com cobranças de moradores e da AMAAC pelo cumprimento da Lei nº 6.911/2021.

Postas essas informações, fundamentais para a compreensão da camada política da problemática das ruínas em Águas Claras, buscarei revisitá-la a nível estético durante as duas caminhadas seguintes, em que visitei os prédios das Ruas 25 e 34 Norte.

Após as visitas às quadras 101 e 102, percebo que aquela região de Águas Claras ainda possui vastos gramados desocupados. Os campos, que exibem um verde vibrante, estão sendo podados por diversos homens de roupas laranjas munidos de aparadores; outro sopra a grama picada para fora da calçada (Figura 51).

Figura 51: Trabalhador sopra grama para fora da calçada na R. 4 Norte.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

3.5.2. Futuras escolas

Como dito anteriormente, a proposta original do setor Vertical de Águas Claras designava 25 lotes da RA à educação, pública ou privada (METRÓPOLES, 2021). Apenas um deles – o lote onde se encontra a Creche Jequitibá – teve como fim uma instituição pública. É nesses gramados em processo de poda que podem se instalar as primeiras escolas públicas da cidade.

Segundo o projeto da atual Secretária de Educação do Distrito Federal, Hélvia Paranaguá, os Lotes que se encontram à beira da Rua 4 Norte, nas Quadras 101 e 102, serão aproveitados para duas futuras escolas públicas: uma Escola Classe (que atenderá à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental) e o Centro Educacional de Águas Claras (que atenderá os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio; Figura 52) (CORREIO BRAZILIENSE, 2024b). As duas escolas chegam com 32 anos de atraso, após contínuas reivindicações de seus moradores, cujas queixas hoje são vocalizadas pela AMAAC. A mais recente PDAD (2021) indica que 14,2% de crianças e adolescentes da região (5.070 pessoas) estudam em escolas públicas localizadas em outras satélites, o que expõe a existência de demanda.

Figura 52: Placa demarca o terreno do futuro CED Águas Claras.



Fonte: Eu Estudante / Correio Braziliense³⁶.

Essa demanda, contudo, foi “atendida” por instituições de ensino privadas, ocupantes de quase todos os lotes originalmente destinados à educação na cidade. Portanto, para os pais que não são a favor de grandes deslocamentos por parte de seus filhos, – tenha em mente que os mais jovens, como os dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil não estão sujeitos a essa possibilidade – as escolas particulares aparecem como única alternativa. De acordo com Hélvia Paranaguá, em entrevista à Agência Brasília (2024), “Até a gestão do governador Ibaneis Rocha não existia no plano de obras da Secretaria de Educação nenhuma escola prevista para Águas Claras [...] é motivo de alegria e comemoração”. “Antes tarde do que nunca”.

Como é de praxe na cidade, há, logo ao lado de um dos lotes destinados às futuras escolas, outra carcaça de prédio em estado de abandono (Figura 53), com acúmulo de lixo e de fácil acesso a transeuntes. Ela se encontra no Lote 75 da Av. Parque Águas Claras e, em outubro de 2015, parte de sua estrutura foi consumida por um incêndio, conforme reportagem do Metrôpoles (2015). Existem, portanto, três prédios abandonados – dois

³⁶ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2024/05/6863551-aguas-claras-tera-duas-escolas-publicas-a-partir-de-2026.html>.

deles de fácil acesso – nas proximidades das futuras escolas, o que pode gerar riscos a estudantes.

Figura 53: Prédio em ruínas na Av. Parque Águas Claras (Lote 75). Foto colhida em novembro de 2023.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

3.5.3. Linguagens conflitantes

Apesar de já estar vendo Águas Claras por outros olhos, tendo observado sua vida comunitária mais de perto, a Praça das Gaivotas, também chamada de Espaço Bem-viver (Quadra 301; Figura 54), foi onde pude encontrar visualidades mais próximas às de outras satélites. Há aparelhos para exercício físico, bancos de cimento e, mais adentro, um quiosque fixo que serve a típica “jantinha” brasileira, prato feito com espetinho, arroz parboilizado, feijão tropeiro, mandioca cozida e vinagrete. Lá também é possível encontrar uma quadra poliesportiva, parcialmente oculta por belos e bem cuidados jardins.

Em algumas árvores, cartazes estão pendurados. Eles apresentam ao passante apelos para a preservação das abelhas. Um deles, protagonizado por um cartum de abelha em lágrimas, diz em caixa alta “POR FAVOR, “VIRALIZE-ME”, NÃO QUERO ENTRAR EM EXTINÇÃO”, outro tem como imagem central a foto de uma abelha doente e traz a seguinte mensagem: “PODEMOS MORRER INSTANTANEAMENTE AO DESORIENTARMOS. PARA NÓS, NÃO CHEGAR EM CASA TAMBÉM REPRESENTA A MORTE”. O último, que divide espaço com o segundo numa mesma árvore (ambos podem ser vistos na Figura 54), exclama, “*Já não eram mistério*, sabemos o que está matando as abelhas!” – procede – “Estão sendo envenenadas pelos inseticidas

neonicotinóides³⁷” – e reclama – “Os Estados devem proibir os neonicotinóides antes que devastem as abelhas!”. “Partilhe. Não custa nada” é a frase que conclui o protesto do cartaz.

Figura 54: Praça das Gaivotas ou Espaço Bem-viver (Q. 301, Av. Parque Águas Claras). 1ª foto: placa da Praça; 2ª foto: quadra poliesportiva; 3ª foto: cartazes alertam quanto ao efeito negativo de neonicotinóides sobre polinizadores; 4ª foto: quiosque “Tropical Foods”.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Esta região, localizada após as quadras 101 e 102, possui prédios menores, mais adequados ao traçado inicial da cidade e que trazem maior conforto visual e ambiental. Há, nela, algo de muito *brasiliense*. Aos fundos da Praça das Gaivotas, passa a Alameda Gravatá, – que de alameda tem apenas o nome – a qual decido contemplar em meu passeio.

³⁷ “O impacto de neonicotinóides sobre polinizadores não é um assunto novo no Brasil, tanto a indústria quanto os agentes reguladores têm consciência desse impacto há um certo tempo, mas, hoje, a sociedade tem colocado um peso muito grande sobre o impacto negativo, o que levou à abertura do processo de reavaliação [...] Há uma pressão muito grande por parte da bancada ruralista do Congresso Nacional para que se flexibilizassem os contratos de forma a viabilizar que os insumos adquiridos com até oito meses de antecedência pudessem ser usados. Além disso, em estados em que a aplicação aérea de defensivos é rotina, como o Mato Grosso, é normal que os produtores rurais efetuem a contratação de horas de avião no início da safra (RANGEL; BOTTON; PAPA; YAMAMOTO; ROGGIA, 2014, p. 47-48).

Rumo pela Alameda Gravatá em direção a um lugar que conheço de vista, o Stock Supermercado, que ladeia a Rua Manacá, uma das vias de acesso a Águas Claras para quem vem da Estrada Parque Vicente Pires (EPVP). A altura do fim da Gravatá, há dois terrenos murados com casas numa rua estreita e sem saída, onde um pequeno caminhão está sendo descarregado (Figura 55). Próxima a elas, uma construção estranha com pouquíssimos trabalhadores presentes parece estar sendo retomada depois de muito tempo.

Decido “dar meia-volta” e subir a Gravatá, em direção à maior parte dos prédios. A suposta alameda em questão possui uma configuração curiosa. Boa parte de suas ramificações dão em becos sem saída chamados de Conjuntos designados por letras, tornando-a assim bastante diferente das demais configurações de quarteirões e quadras da cidade. Sua paisagem também impressiona, não apenas por ser composta de casas e pequeno edifícios, mas por como tornou minha caminhada agradável. Essa modulação da paisagem que mistura prédios, áreas verdes, residências, diferentes estilos arquitetônicos é o que garante uma certa “textura” de área residencial e ao mesmo tempo, com tal variação visual, a modulação garante um fluir diferente ao caminhar pela paisagem árida características das selvas de pedra.

Figura 55: Casas presentes nas proximidades da Alameda Gravatá.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Há pouco trânsito, pouca poluição sonora. A Gravatá (Figura 56) está distante das principais avenidas de Águas Claras e, durante a caminhada, apareceu-me como uma espécie de refúgio em meio ao excesso de impressões de suas áreas centrais. Também lá, e em uma rua adjacente, é possível encontrar duas casas tradicionais (Figura 55), uma cercada e outra murada, ambas camufladas entre os pequenos prédios da região. Uma moradora, que parecia atender dois clientes em uma loja vaga, despede-se dos dois e caminha para sua casa, convenientemente localizada no terreno ao lado. Os dois clientes, que por acaso não haviam sequer notado a presença de uma casa ali, deparam-se com a residência da senhora e ficam boquiabertos; encontram humor no fato inusitado e comentam sorridentes.

Um empreendimento, o Reserva Parque Clube, grande condomínio e *resort*, pode interferir na paisagem do local. O enclave promete bastante poluição sonora e movimento aos fundos da Gravatá, em local muito próximo do limite geográfico da RA.

Figura 56: Meu ponto de vista da Alameda Gravatá.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Por meio da caminhada pela Alameda Gravatá, é possível apreender não apenas o contraste entre a enxurrada informacional contemporânea e o bucolismo brasiliense, mas o conflito entre linguagens de endereçamento, organização de ruas e calçadas em Águas Claras. Nesse sentido, a cidade vertical, em sua aspiração cosmopolita, emula em uma

pequena amostra a união de modelos que podem formar uma grande cidade, mas traz consigo uma grande contradição, pois fora planejada para ser assim.

Quanto ao porquê da escolha por uma alameda cujas ramificações findam em ruas sem saída rodeadas de conjuntos, nenhum arquiteto envolvido no projeto soube responder. Apenas Paulo Zimbres, falecido em 2019, saberia dizer. Resta o retrato de duas temporalidades distintas: uma, a da verticalidade pujante e vaidosa do neoliberalismo marcado pelo estilo de moda; outra, a dos ideais de Lúcio Costa com ares interioranos, já afetado pela presença de cercas metálicas – iniciada durante os anos 1970 e 1980 em Brasília. É esse um dos motivos pelos quais essa experiência urbana, ainda que infeliz em diversos aspectos, é tão fascinante.

A cidade, segundo Fátima Santos (2017, p. 492-493):

[...] é uma força coercitiva sobre comportamentos livres, se constitui da união de todos os mecanismos engendrados pelos seres em que nela vivem e, portanto, que a 'fabricam'. Podemos destacar algumas forças coercitivas e de controle que estão sobre a cidade ou ainda que a cidade como macro sistema complexo e ecológico modeliza os sistemas que a compõe. Viver em uma cidade é sujeitar-se ao seu tempo, aos seus faróis, ao controle de tráfego, ao funcionamento dos sistemas de transporte público, aos horários e serviços.

Assim, viver em Águas Claras é sujeitar-se a todas as formas que ali se desenvolveram e, no decorrer do tempo, compuseram seu ecossistema, apoiado em vários modelos distintos, sobre os quais mesmo seus moradores não conhecem totalmente. Sendo as grandes cidades amalgamas de fragmentos de memórias, Águas Claras guarda consigo pequenos acenos à tida como obsoleta concepção de Cidade Modernista, negada a partir de seu projeto, enquanto, simultaneamente, representa o deslumbramento com a imagem da grande cidade capitalista.

Remontando o conceito de modelização em Lotman (1997), é possível compreender Águas Claras como sujeita a modelizações conflitantes, tornando-se assim um espaço caótico com problemáticas previsíveis, em que uma classe média ávida pelo consumo se vê envolta por signos ligados ao capital, – a partir de seu excesso de anúncios, comércio efervescente e arranha-céus envidraçados – ao passo que convive com ruínas de sua própria época.

Fátima Santos (2017, p. 496) afirma que a cidade é um “hiper sistema semiótico” e, conseqüentemente, “tem processos que permitem que o passado continue sendo revisitado por meio de símbolos ou fragmentos, memórias que vez ou outra emergem no

dia a dia” (ibid.). É possível também observar o passado como forma de recordar visualidades anteriores à ambição de globalização padronizadora dos espaços de Águas Claras. Em tempos em que “talvez não possamos distinguir Pequim de Nova York” (SENNETT, 2018, p. 22), o trecho da Alameda Gravatá serve de referência à Brasília embrionária, “monofônica”³⁸ (SANTOS, F., 2015, p. 3) e contemplativa.

Tanto os prédios abandonados, quanto os antigos centros comerciais (Alfa Mix, Ônix, Maggiore Shopping e Bahamas) e a conjectura da Alameda Gravatá em sua singularidade são “rugosidades” (SANTOS, 2006); “rastros” (BENJAMIN *apud* FERRARA, 2018, p. 25) de linguagens, forças e relações exercidas sob tal espaço e enfraquecidas com o passar do tempo. Sobrepos-se a essas marcas uma experiência contida de cosmopolitismo. A respeito disso, Ferrara (2018) discorre:

A megalópole superpovoada é sedutora promessa para a expansão do consumo globalizado, que se apoia na real condição tecnológica de compressão do tempo e do espaço e no plano de rentabilidade econômica universal, controlada pelos oligopólios que, no plano das riquezas, constitui nova versão da sociedade de controle (FERRARA, 2018, p. 49).

Ainda que não seja uma megalópole, como bem observamos anteriormente, Águas Claras agrega problemáticas típicas de uma em seu limitado espaço geográfico. Em consonância com Ferrara, é possível percebê-la em seu estado atual como resultado da ação organizada de diferentes oligopólios (como o da construção civil e das diferentes áreas do comércio, representadas pelas grandes franquias presentes na região). Cercados de imensos muros, olhares, anúncios e estímulos, os moradores de Águas Claras – entre os quais me incluo – são como cobaias para um experimento – do ponto de vista do mercado, muito bem-sucedido – de controle social, não apenas do espaço em que se estabelece, mas também das satélites adjacentes e próximas.

³⁸ “Assim, se na Asa Norte, por exemplo, os gabaritos permitem, em regiões pré-estabelecidas, a construção de casas, prédios, igrejas e comércio, em outras regiões às áreas são destinadas em sua maioria para a moradia. Tal controle acaba criando regiões que variam de **polifônicas** a **monofônicas**” (SANTOS, F., 2015, p. 3).

3.6. 7ª caminhada

3.6.1. Ruínas contemporâneas (Parte 2)

Instigado pela investigação acerca dos prédios abandonados, deixo de lado objetivos corriqueiros e começo a sétima caminhada (percurso na Figura 57) com o objetivo de visitar o edifício Mirante do Parque (Quadra 105) e a ruína da Rua 25 Norte (Lote 10). O primeiro está parcialmente abandonado, enquanto o segundo é apenas uma carcaça. Contudo, mesmo que tenha fugido de meu método inicial, ainda me proponho ao acaso, aberto a possíveis mudanças de rota durante a perambulação. Vejo, ainda, tal mudança como natural ao processo de pesquisa e de caminhada, visto que esses já estão sendo influenciados pelo olhar crítico que venho construindo.

Figura 57: Percurso da sétima caminhada.



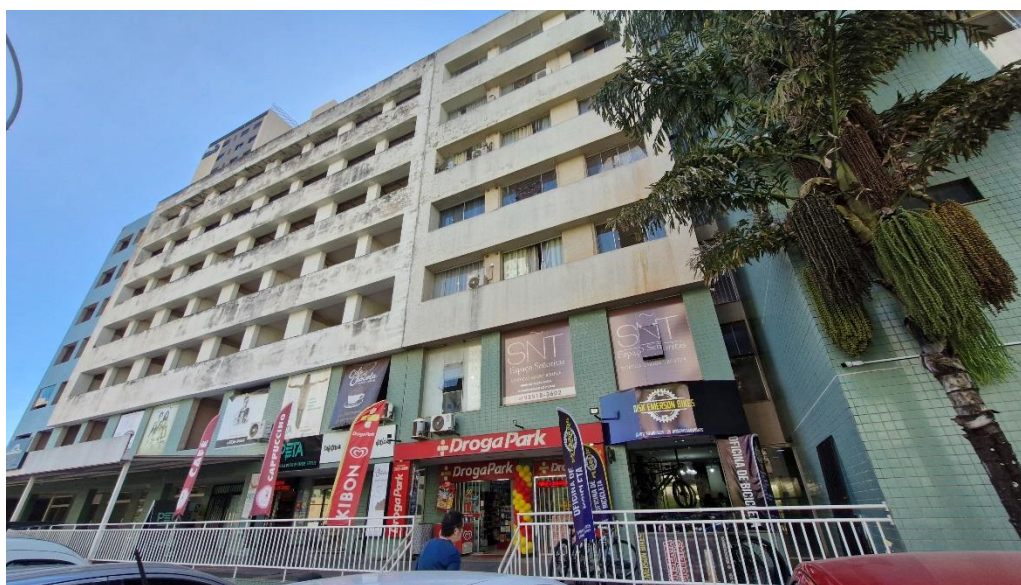
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Início minha investigação por meio de automóvel particular. Estaciono-o na Praça Bem-te-vi (Quadra 105) e, imediatamente após descer do carro, enquanto me certifico de minha geolocalização, sou observado por uma senhora de idade e sua cuidadora. Fitaram-me fixamente e não desviaram seus olhares até que me afastasse, ainda que não houvesse me aproximado. Decidi deixar a observação dessa praça para o final da caminhada, na esperança de que fosse recebido de forma menos hostil.

Ainda na Quadra 105 e em contato com a Rua 26 Norte, há esse edifício comercial incompleto, cuja estrutura arruinada funciona pela metade. Grande parte de seus cômodos estão vazios e expostos ao tempo, enquanto outros funcionam normalmente, como se estivessem num centro comercial como qualquer outro. O Mirante do Parque (Figura 58) é um centro comercial e residencial, cujos pavimentos superiores seriam dedicados também a quitinetes. Uma estrutura similar à do Edifício Alfa Mix (Quadra 204).

O fato de o Mirante do Parque ser parcialmente funcional me impressiona. Isso, porque, muito próximo ao Parque Ecológico, encontra-se em área cujo metro quadrado é altamente valorizado. Para essa faixa, que ladeia o parque, incorporadoras e construtoras não pouparam esforços para construir alguns dos mais luxuosos condomínios residenciais de Águas Claras. Entretanto, entre eles e outros mais antigos, datados das fases iniciais de construção da cidade, está o Mirante, inacabado, com paredes gastas, manchadas e cheio de espaços vazios.

Figura 58: Mirante do Parque (Quadra 105).

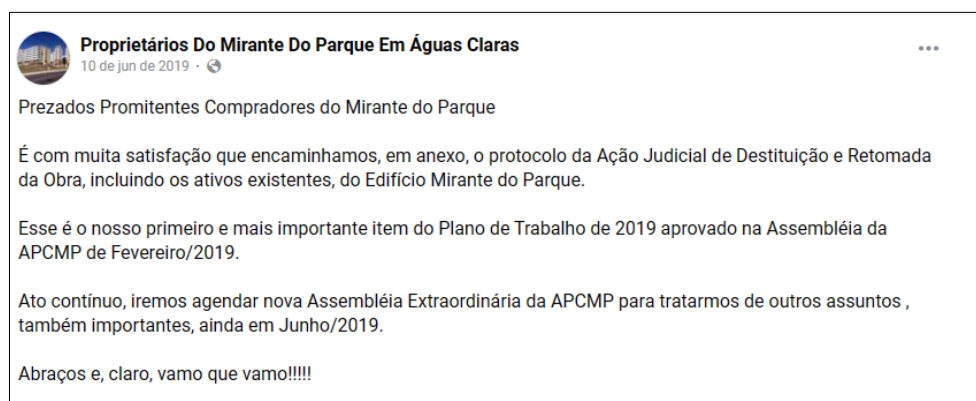


Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em pesquisa posterior à caminhada, pude constatar que há um grupo de proprietários do Mirante do Parque no Facebook. A página do grupo possui um post fixado (Figura 59) datado de junho de 2019 que expressa a esperança de regularização e término de suas obras, já a última atualização do grupo data de 6 de março deste ano

(2024). Nela, faz-se claro que a regularização do edifício ainda não foi concluída, tampouco suas obras retomadas.

Figura 59: Publicação fixada no grupo de proprietários do Mirante do Parque.



Fonte: Grupo do Facebook “Proprietários Do Mirante Do Parque Em Águas Claras”³⁹.

A Praça Canário (Quadra 106; Figura 60) se opõe à Praça Bem-te-vi. Também em oposição à anterior, sou recepcionado por uma revoada de lindos passarinhos pretos que, assustados com a minha presença, voam em altíssima velocidade para três árvores específicas com casinhas ovais amarradas a seus troncos. Há também um comedouro próximo, onde aves pequeninas, como nobres, alimentam-se em nível elevado, enquanto pombos reúnem-se para fregar o que resta de ração no chão. Observo os pássaros durante um bom tempo com o intuito de capturar boas fotografias, mas falho miseravelmente. Apesar disso, o lugar é bastante agradável. A praça também dá lugar a uma unidade do Colégio Vencer.

³⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/people/Propriet%C3%A1rios-Do-Mirante-Do-Parque-Em-%C3%81guas-Clar%C3%A1s/100070928417082/?paipv=0&eav=AfZkcy_jMR_TAnSCVHUWCK3vV1VklZplyY3A8-Y_efaUdxUH1zIULviGxanNb-CCvhvo&_rdr.

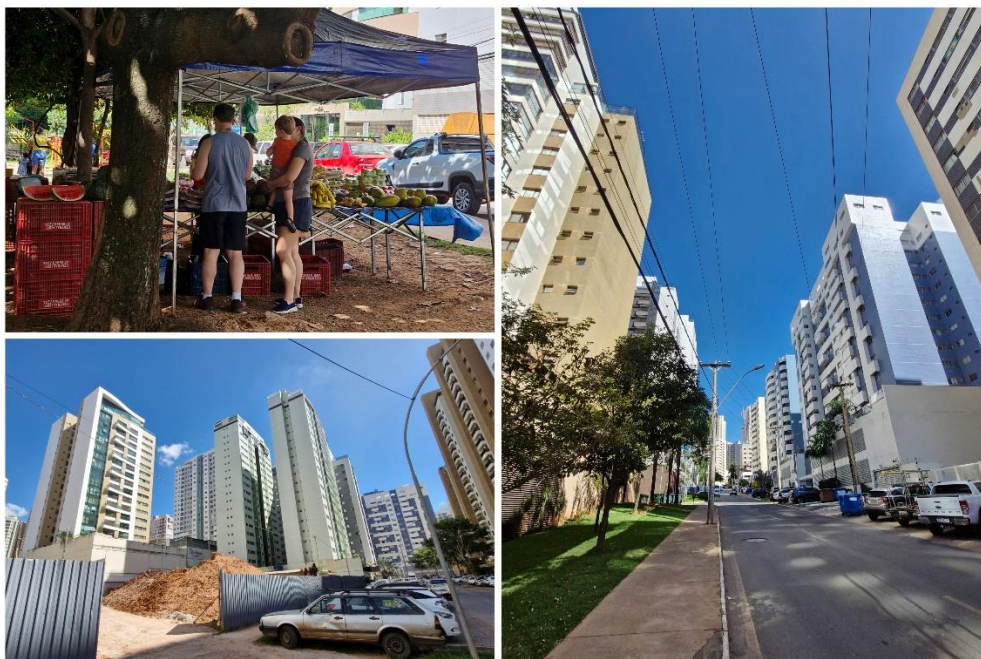
Figura 60: Praça Canário (Q. 104). 1ª foto: comedouro. 2ª foto: canários sobre grade. 3ª foto: cabaças penduradas em árvores servindo de abrigo aos canários.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Caminho em direção à Av. das Castanheiras, afastando-me das proximidades do Parque Ecológico a partir das calçadas da Rua 26 Norte. No meio do caminho há uma praça sem nome (Figura 61) rodeada de diversos empreendimentos e uma escola. Ela parece não estar sob cuidados dos moradores e por isso encontra-se malconservada, em muitos locais inclusive com chão predominantemente de terra. Há, nela, um vendedor de frutas e legumes, um empreendimento fixo em seu centro (boteco e churrasquinho) e um pequeno número de equipamentos de ginástica.

Figura 61: 1ª foto: Praça sem nome (entre as Rs. 25 e 26 Norte) 2ª foto: canteiro de obras (Av. Flamboyant). 3ª foto: minha vista da avenida em questão.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ao observar a praça sem nome, postergo meu objetivo de visitar o outro prédio abandonado. Chama-me a atenção a Avenida Flamboyant (Figura 61), uma estreita via entre a Av. das Castanheiras e a Av. Parque Águas Claras, onde o fluxo do tráfego de veículos é intenso e muitas vezes sujeito a engarrafamentos, mesmo que a Avenida tenha majoritariamente função residencial e de carga e descarga. Essa área é a parcela com maior aglomeração de prédios da cidade. Eles são demasiadamente próximos uns dos outros, dando sensação de claustrofobia e intensificando a retenção de calor nas ruas.

Logo no início da Av. Flamboyant, encontro uma pequena horta, escondida em meio aos imensos edifícios da região. Ela se encontra num nível acima da calçada e parece ser obra de um morador anônimo. Frente à calçada, há uma placa de agradecimento (Figura 62) sustentada por dois pedaços de cabo de vassoura, um vermelho e outro verde, com a seguinte mensagem: “Ei, pessoal. Agradeço com muito carinho as vassouras que trouxeram. Não preciso de mais, serão bem utilizadas. Que Deus os abençoe.”

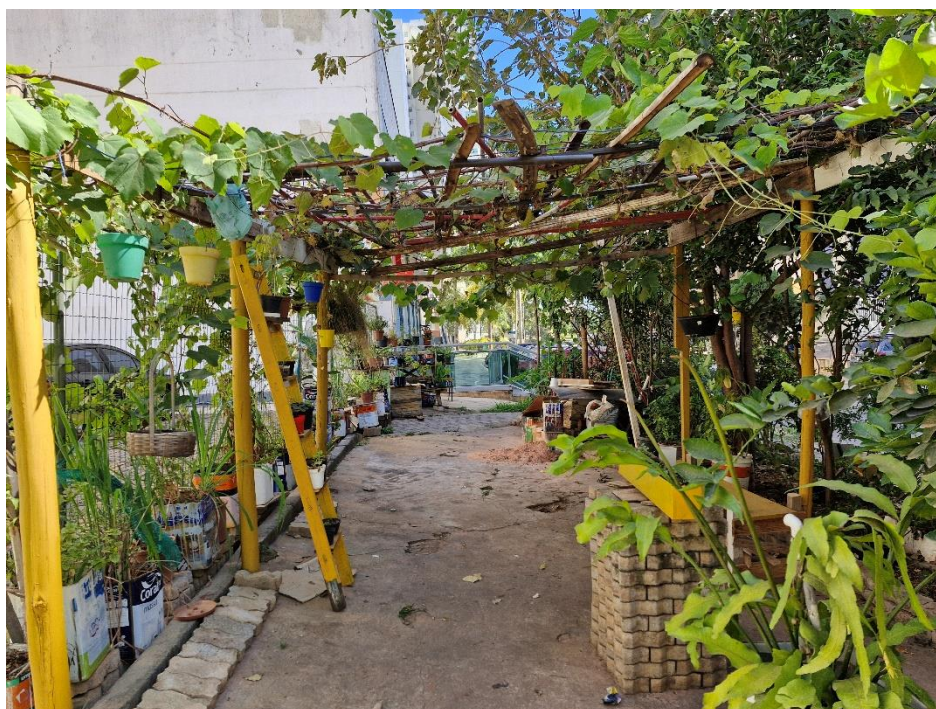
Figura 62: Mensagem de agradecimento do mantenedor da horta da Av. Flamboyant.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

As características da horta se diferem bastante das que se apresentam na avenida em que se encontra. Adentrando-a, encontro estruturas predominantemente de madeira (Figura 63), quase todas pintadas de amarelo. Uma grade sustenta um jardim suspenso, enquanto latas de tinta servem de vaso para plantas sem vaso. Há uma cadeira, um galão de água, suprimentos básicos para o cuidado com as plantas que ali habitam. Uma escada se torna prateleira, com seus degraus servindo, cada um, como suporte para um diferente vaso de planta. Sua estrutura improvisada é um deleite para os meus olhos, encantados com seus detalhes. Uma pomba caminha sobre um tijolo, também pintado de amarelo. Parece-me obra de uma pessoa obstinada.

Figura 63: A horta da Av. Flamboyant.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ao sair da horta, volta a caminhar Av. Flamboyant acompanhado por ensurdecadores ruídos de canteiros de obras. Observo trabalhadores agachados em uma calçada, em frente a tapumes de seu atual local de trabalho (Figura 64). Eles parecem descansar enquanto usam seus smartphones, em situação parecida com o trabalhador agachado à sombra da quarta caminhada. Pergunto-me por que estão ali e não em local apropriado para o descanso. Não obstante, por servir como espaço para carga e descarga de estabelecimentos direcionados à Av. das Castanheiras, há sempre muitos trabalhadores em deslocamento ou em atividade pela Av. Flamboyant. A região possui apenas três praças e um parque vazio, sendo duas delas internas e uma estando em péssimo estado, o que as faz pouco convidativas ao descanso do transeunte.

Figura 64: Trabalhadores usam seus celulares agachados na calçada (Av. Flamboyant).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Ao fim da Av. Flamboyant, registro uma foto que dá dimensão da sensação de claustrofobia que proporciona ao caminhante (Figura 61). Subo a Av. das Castanheiras e noto que, nos projetos dos condomínios presentes nas proximidades da Flamboyant, presou-se por utilizar ao máximo o espaço disponível de seus lotes, dada a quantidade de prédios presentes em tão pouco espaço (Figura 65). A aproximação de tais prédios é um dos principais fatores para a formação de ilhas de calor, além de ter também como consequência a falta de privacidade.

Segundo Andiar Campanhoni (2018), o inchaço populacional de Águas Claras não se reflete apenas no impacto visual de seus edifícios e no conforto térmico da região, mas também contribui para a sobrecarga das redes de infraestrutura, como energia elétrica, esgoto – com água residual sopitando frequentemente de bueiros – e do já citado sistema viário. A pesquisadora ressalta ainda que apesar de se apresentar como cidade compacta, oferecendo facilidade a partir da “ordenação pela proximidade e pela sua maior regularidade formal” (2018, p. 9), comporta-se com dependência de uma cidade dispersa, o Plano Piloto, devido ao fato de que em Brasília não houve, em conjunto com o espalhamento urbano, a descentralização dos serviços urbanos.

Figura 65: Prédios de condomínios diferentes extremamente próximos e visão do início da Av. Flamboyant.



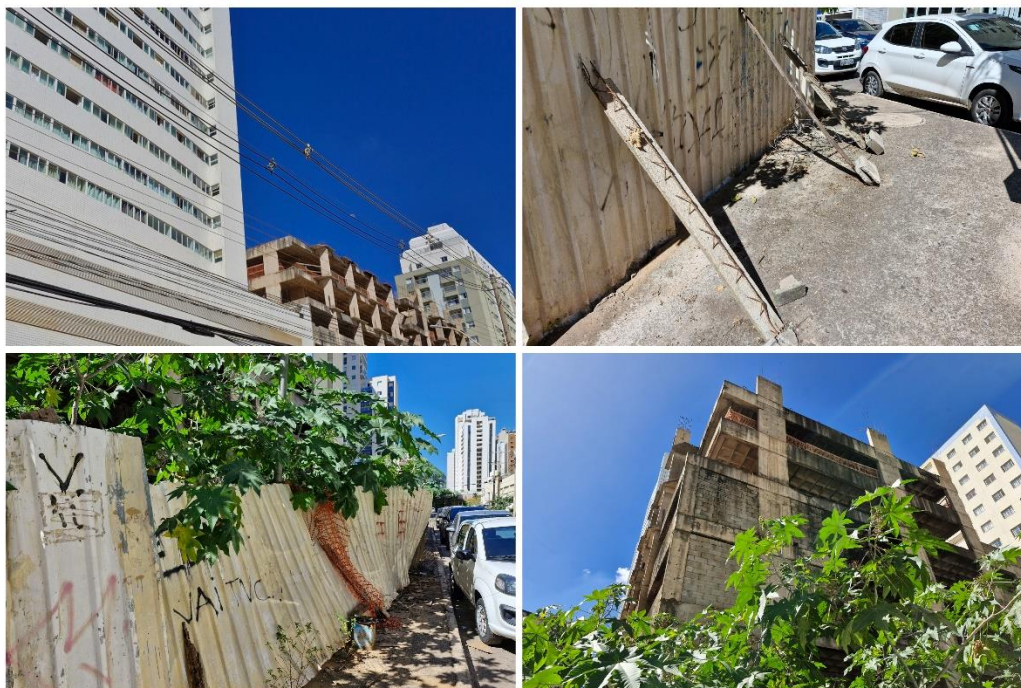
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Vale frisar mais uma vez que, portanto, e como outras satélites, Águas Claras teve sua construção desacompanhada de infraestrutura adequada, serviços básicos e esteve sujeita a uma densificação populacional desproporcional à sua capacidade de contemplá-la. Em suma:

Não houve planejamento para que a infraestrutura da cidade e entorno suportasse o impacto das mudanças que ocorreram ao longo dos anos [...] A cidade foi implementada em desacordo com o suporte de infraestrutura, que geralmente é provido com solução ao problema que surge, sem previsão (CAMPANHONI, 2018, p. 10).

Cenário esse que se reflete na permanência dos edifícios arruinados em estado de carcaça em meio ao cotidiano da satélite. Visito, finalmente, o prédio abandonado da Rua 25 Norte (Figura 66), cuja fachada é voltada à Av. das Castanheiras. Esse prédio tem seus tapumes muito avariados. Algumas das antigas placas estão derrubadas; outras, apoiadas em pedaços de concreto para que não caiam. Ele é sombreado por um prédio gigantesco, o La Belle Maison Personaliséé, que sobrepõe a Galeria La Belle.

Figura 66: Edifício abandonado da R. 25 Norte. 1ª foto: contraste entre a ruína e o La Belle; 2ª e 3ª fotos: tapumes avariados que cercam a ruína; 4ª foto: edifício abandonado por trás do mato alto.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

O La Belle Maison Personaliséé sombreia o prédio abandonado e o ofusca, o que gera um contraste tragicômico. Em La Belle Maison, há uma profusão de moradias e centenas de janelas, enquanto o prédio abandonado resiste como possibilidade não concretizada, privado de funcionalidade. Mais uma vez, o contraste entre o contemporâneo e o passado, degradado; entre a moradia e a que não veio a ser. Atravessando a Rua 25 Norte há uma escola, o que evidencia também o perigo que este edifício causa à região, não só em termos de saúde, como aos jovens estudantes que podem atravessar seus limites sem grandes empecilhos.

Outros dois temas me abordam enquanto observo esse prédio. De certo modo, o contraste entre La Belle Maison e a ruína servem de exemplo do porquê, para se analisar uma cidade, é preciso antes conhecer sua história, bem como os processos políticos que a permearam, para então compreender como se produziu seu espaço. Antes que se resolvesse o imbróglio da ruína, decidiu-se construir não apenas uma escola como um grande condomínio residencial sobre uma galeria ao seu lado. É mais uma mostra de como as ações estatais não acompanharam o crescimento da cidade, acelerado pelas necessidades do mercado imobiliário.

Acresce-se à importância histórica da ruína o fato de que, em contraste com o imponente e alvo enclave ao seu lado, – que utiliza ao máximo seu lote, empilhando mais de dez pavimentos residenciais (dois de estacionamento) sobre a Galeria La Belle – não possui qualquer finalidade que não a da memória de algo que não chegou a ser ou das mazelas que carrega consigo. Lefebvre (2008) ressalta que “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si” (p. 14). Prédios como o da Rua 25 Norte permanecem como estão por não possuírem valor de troca aos olhos do mercado. Seus valores de uso, utópicos, remanescem à imaginação de quem, porventura, não os tem apenas como fonte de insegurança.

3.6.2. Uma breve horta

Mais à frente, na Av. das Castanheiras, encontra-se o Parque Central, uma grande área verde com imensas araucárias. Ele é citado por Campanhoni (2018), que chama atenção à falta de infraestrutura dos parques da região. À época, dos três parques (Parque Sul, Parque Central e Parque Ecológico), apenas o Parque Ecológico possibilitava amplo acesso e disponibilizava equipamentos aos moradores. Hoje, como observado durante a quarta caminhada, o Parque Sul está próximo de ser concluído e vê suas árvores crescerem. Já o Parque Central é bem arborizado, mas se trata de uma faixa verde sem equipamentos públicos, o que, a meu ver, é dos males o menor. Como observa uma matéria do portal DF Águas Claras de 2021⁴⁰:

Nas áreas, o projeto prevê uma área de recuperação e soltura de aves silvestres, sanitários, lanchonetes, lagos, estacionamentos arborizados em toda sua extensão, além de quadras poliesportivas e campos de futebol. Pista de skate, horta comunitária, pistas de caminhada ciclovias e passarelas interligando as áreas estão no projeto inicial (DF ÁGUAS CLARAS, 2021).

No caso do Parque Sul, a determinação se cumpriu após nove anos. No caso do Parque Central, só o futuro dirá qual será sua aparência com o passar dos anos. A região já serviu como lar de uma grande horta, chamada Horta das Paineiras – existente entre 2014 e 2015 – mantida por moradores. Ela crescia sobre uma larga porção de terra que

⁴⁰ A matéria investigou de forma resumida a história dos parques da região. Segundo determinação de 2014 da justiça do DF, previu-se a implementação de mais dois parques na cidade, de forma a contemplar o projeto inicial de Paulo Zimbres. São eles os parques Central e Sul. As áreas foram preservadas desde então, mas, no caso do primeiro, o qual se observou durante essa sétima caminhada, a área está em Sub Júdice, isto é, aguardando determinação judicial de sua implementação.

sobrepõe o túnel metroviário, entre edifícios e parte do Parque Central. Pude encontrar registros da horta no arquivo do portal DF Águas Claras (Figuras 67, 68 e 69) e no grupo do Facebook “Hortas Águas Claras” (Figura 70).

Figura 67: Primeira página de reportagem do então jornal DF Águas Claras, datada de fevereiro de 2015.



Fonte: Jornal comunitário DF Águas Claras⁴¹.

Figura 68: Horta comunitária: colabore com essa ideia e dê vida à nossa cidade. Participe." diz uma placa sobre a terra vermelha.



Fonte: Jornal comunitário DF Águas Claras.

⁴¹ Disponível em: www.dfaguasclaras.com.br.

Figura 69: Trecho da reportagem traz alguns benefícios da horta à cidade.

trepadeiras para dar sombra, canteiros capilares e irrigação.

Os Benefícios

Os benefícios de uma horta comunitária são vários: as pessoas ocupam melhor os espaços públicos, a cidade se torna mais bonita, terrenos baldios recebem atenção e deixam de ser foco de doenças como a Dengue, abre espaço para a prática de atividades de educação ambiental, promove a interação entre vizinhos e o fortalecimento da comunidade, produz alimentos livres de agrotóxico, entre outros.



Fonte: Jornal comunitário DF Águas Claras.

Segundo a reportagem, o projeto tinha como intenção o envolvimento de moradores no plantio e no manejo das mudas, aprendendo técnicas agrícolas e de agricultura urbana. Um dos idealizadores da horta tinha como inspiração o movimento “*Guerrilla Gardening*”, concebido pelo estadunidense Ron Finley em South Central Los Angeles (bairro de Los Angeles, California). Finley tinha como objetivo promover a alimentação saudável, livre de agrotóxicos, em sua região (DF ÁGUAS CLARAS, 2015). Entre os benefícios trazidos pela horta, a reportagem cita também uma melhor ocupação dos espaços públicos, o embelezamento da cidade, – ao se dar atenção aos terrenos baldios, prevenindo zoonoses – a promoção de atividades de educação ambiental e o fortalecimento da comunidade (Ibid.).

Figura 70: Moradores reunidos ao redor de um dos espaços de plantio da antiga Horta das Paineiras (2014).



Fonte: Grupo do Facebook “Hortas Águas Claras”⁴².

A Horta das Paineiras foi removida por tratores a pedido do Metrô-DF em dezembro de 2015, pouco mais de um ano após sua criação. Nesse prisma, Águas Claras se insere em um conflito entre a espontaneidade e a objetividade; entre os processos comunitários naturais, iniciativas descentralizadas, ocasionais, e a ideia da cidade exclusivamente como “rede de circulação e de consumo, [...] centro de informações e decisões” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). A objetividade mandante no uso do espaço, nesse caso, resultou no avanço da iniciativa, que angariava grande apoio dentro da comunidade. Tal qual um conceito, era preciso que perdurasse para que evoluísse, gerasse ideias similares ou se expandisse rumo a novos locais. Ferrara (2018, p. 21) nos fornece um ótimo suprimento a tal discussão:

[...] a sedimentação de um conceito depende de paciente processo histórico e definidos limites geográfico-contextuais para que seja reconhecido como parâmetro de uma área científica, ou seja, um conceito tem sua sobrevivência diretamente relacionada ao seu reconhecimento [...] um conceito só se expressa na medida em que é codificado através de um nome que o torna comunicável, ou seja, o nome substitui o próprio conceito que através dele se comunica.

Teria a Horta das Paineiras gerado frutos duradouros caso seu nome fosse reconhecido e fortalecido pela comunidade? Sua remoção indica a descontinuidade de um processo vívido de conscientização e, consequentemente, de mudança de hábito. É difícil

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/255615351293537>.

precisar se a iniciativa contribuiria significativamente para o olhar da população de Águas Claras em relação à ocupação de espaços vazios e à utilização de espaços públicos não utilizados, porém é possível afirmar que havia ali uma potência transformadora. Não obstante, é exemplo também de como o estado pode reprimir com certa facilidade tais mudanças, de forma a restringir possibilidades, quando não há insistência por parte da população.

3.6.3. Descanso curto

Ao caminhar pela Av. das Castanheiras observo um homem, funcionário da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana), que descansa sob a sombra de uma árvore num terreno baldio cheio de pequenos descartes adjacente ao do Parque Central (Figura 71). Ele atravessou uma cerca de arame farpado da Terracap para chegar até ali e, como os outros trabalhadores observados até aqui, também estava usando seu aparelho celular.

Figura 71: Trabalhador descansa na sombra de uma árvore em terreno baldio.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Exaurido devido ao forte calor, decido dar meia-volta frente à paisagem das grandes Araucárias do Parque Central e retorno à Praça Bem-te-vi (Quadra 105). Apesar

de possuir um canteiro de obras para chamar de seu, essa praça me parece agradável, sombreada e bem conservada. Talvez meus ouvidos já estejam habituados aos sons das maquitas, que se misturam aos cantos das aves que aqui se refugiam. Quatro mães estão na praça com seus respectivos filhos e há também um entregador do iFood descansando em um banco (Figura 72). Aproveitando o *break*, parece concentrado em seu *smartphone*.

Figura 72: Entregador descansa na Praça Bem-te-vi.



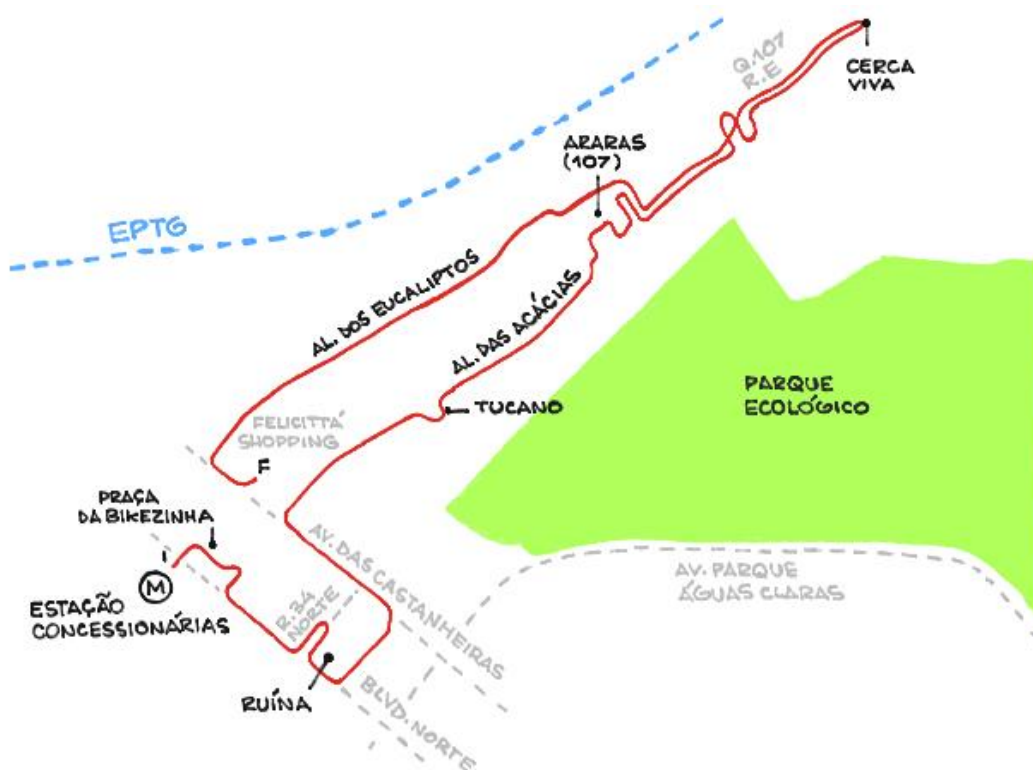
Fonte: arquivo pessoal do autor.

3.7. 8ª caminhada

3.7.1. Ruínas contemporâneas (Parte 3)

Na 8ª caminhada (percurso na Figura 73), volto a meus objetivos corriqueiros. Decido visitar o Bowl presente no Skate Park da Praça das Araras (Quadra 107). Saio à norte da Estação Concessionárias em direção à Praça da Bikezinha (oposta à Praça do Skate). Ela possui uma pequena rampa de metal direcionada a bicicletas infantis. Nela, caminhos de terra fogem ao desenho das calçadas, delimitando os percursos dos passantes em direção e saindo da estação de metrô.

Figura 73: Trajeto da oitava caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Estando na Praça da Bikezinha e tendo conhecimento da região, é impossível ignorar o prédio abandonado da Rua 34 Norte (voltado à Av. Boulevard Norte). Trata-se do mais ilustre empreendimento arruinado de Águas Claras, palco de acontecimentos marcantes da região. Como indica reportagem do Correio Braziliense, o edifício foi alvo de dois incêndios em uma única semana do ano de 2012. Lembro-me bem desses eventos e da grande comoção em torno deles, pois, à época, morava num condomínio próximo.

A Rua 34 Norte também foi palco de um assassinato: em 2014, um homem de 29 anos foi baleado no pescoço durante uma tentativa de assalto após estacionar em frente à sua moradia, o edifício Real Flat (G1, 2014). À época, o assassinato foi associado ao prédio abandonado, o que contribuiu para sua mística negativa. O evento se deu em meio à Operação Tartaruga, manifestação de policiais em prol de reajuste salarial, reestruturação da carreira entre outras reivindicações, o que gerou alta no número de homicídios no DF.

Em 2012, vinte anos após o início da construção da RA, o prédio já completava dez anos de abandono. Hoje, são vinte e dois anos. Sua entrada é fácil, pois as grades

estão avariadas. Funcionam nele dois lava-jatos e um estacionamento (Figura 74), na maior parte do tempo vazio, em que estão estacionados *food trucks* de uma rede de cachorros-quentes. Seu interior possui artes de divulgação dos lava-jatos e antigos negócios. Como o condomínio abandonado da Av. das Castanheiras, este é controlado por seus usuários, que o deram novo significado.

Figura 74: Prédio abandonado da Rua 34 Norte. 1ª foto: homem lava carro; 2ª foto: lava-jato instalado no prédio abandonado e *food truck*. 3ª foto: placas chamam atenção à função de estacionamento.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em 2018, tive a oportunidade de ilustrar a capa do jornal impresso Campus (Figura 75) da FAC (Faculdade de Comunicação) da UnB. A arte fez alusão a uma reportagem que acompanhou o feito do montanhista Paulo Freire (sim, homônimo ao ilustríssimo), que praticou saltos e rapel no edifício abandonado que aqui descrevo (Figura 76). O atleta fez uso de vários dos prédios em desuso da região para a prática de treinamentos e o oferecimento de cursos para adultos e crianças (CAMPUS, 2018). Como recordação, deixou-nos um depoimento elucidador nas linhas da reportagem, escrita por Filliphi da Costa:

As obras são satisfatórias desde que o lucro não aprisione as pessoas, que apontem para a segurança e para a saúde. A qualidade de vida deve ser pensada bem antes e a construção de Águas Claras pecou em vários aspectos (CAMPUS, 2018).

Atual e pertinente, o comentário do montanhista retoma a discussão já percorrida nessa pesquisa, ressaltando o resultado do processo desenfreado de aproveitamento do espaço da região, sem acompanhamento de infraestrutura urbana de qualidade.

Figura 75: Capa do jornal Campus (edição de outubro de 2018).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 76: Foto do montanhista Paulo Freire presente na reportagem.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A reportagem do jornal Campus também cita a gravação de um videoclipe num prédio abandonado (cujas obras foram terminadas) presente na Quadra 208 Norte. Iniciativa do produtor musical Luis Xina, o videoclipe fez uso da cobertura do edifício para retratar o grupo Cypher (parceria entre quatro grupos de rap) em interpretação da faixa “A morte não vai”, uma denúncia às disparidades sociais. Criticado e elogiado por moradores, Xina declarou à reportagem que “Esse tipo de atitude mostra às autoridades a necessidade de se dar uma função aos espaços urbanos” (CAMPUS, 2018).

Baseio-me em Ferrara (2002) para denominar tais prédios como *lugares icônicos* ou signos icônicos utilitários. Suas ressignificações por parte de moradores e externos assinalam uma intervenção no espaço que o dá qualidades formais e materiais divergentes de sua função original (residência) e outras a sua atual ausência de função. Ou seja, os prédios abandonados de Águas Claras encontram-se excluídos da sintaxe arquitetônica da satélite, entretanto, por vezes, são percebidos como locais funcionais (por exemplo, como lava-jatos) apesar de suas qualidades imediatas. O mesmo pode ser dito da extinta localização original da Biblioteca Pública de Águas Claras (Praça Coruja), instalada num antigo estande de vendas de imóveis.

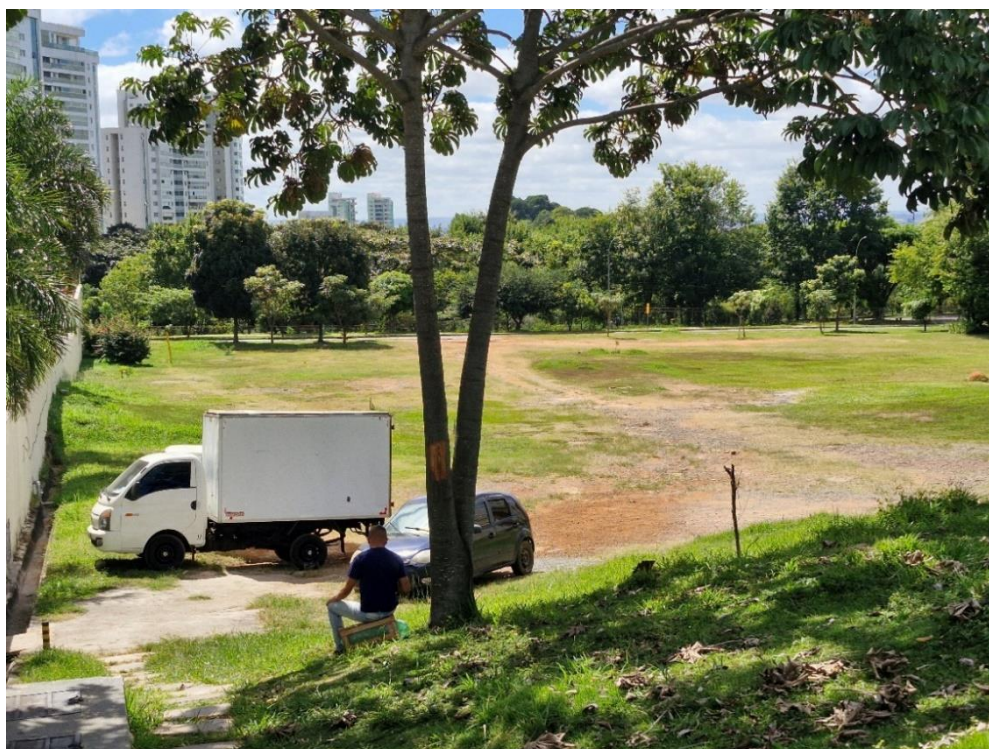
A existência dos prédios abandonados como lugares icônicos cria um contraste significativo com a figura da cidade em si, caracterizada pela verticalização e pelo sentimento cosmopolita. Contudo, não é possível afirmar que a RA tenha seus lugares a nível *simbólico*. Segundo Ferrara (2002, p. 25) “O lugar simbólico surge nos espaços urbanos que estão próximos aos grandes centros de decisão econômica, empresarial e administrativa. Constituem o lugar de caracterização da imagem global na cidade [...]”, o que caracteriza lugares presentes no Plano Piloto e não em Águas Claras, majoritariamente comercial e residencial.

Portanto, ainda que haja a aspiração do simbólico em sua visualidade, predomina em Águas Claras o lugar *indicial*, banal, “movediço e flutuante” (FERRARA, 2002, p. 26) como qualquer outro onde se acomoda “[...] no espaço global, o indivíduo carente de soluções para pequenas e corriqueiras necessidades funcionais, utilitárias ou, simplesmente, ociosas” (p. 25-26). Assim, como se observa a partir das intervenções dos moradores, o lugar indicial “É a intimidade da esfera privada invadindo as tramas do espaço público” (p. 26), característica definidora de Águas Claras, como foi possível observar em diversas praças e locais visitados.

3.7.2. Entre alamedas

Caminho em direção à Alameda das Acácias a partir da Av. das Araucárias, onde avisto um homem descansado sob a sombra de uma árvore num extenso terreno baldio (Figura 77) próximo ao Parque Ecológico. Há um caminhãozinho de frete branco e um carro azul escuro estacionados no lote, composto de trilhas de terra e grama baixa.

Figura 77: Homem descansa sob a sombra de uma árvore num terreno baldio.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em frente ao Centro Comercial Real Panoramic e à Paróquia São João Paulo II encontra-se a Praça do Tucano (Al. das Acácias e Av. Flamboyant). Trata-se de uma praça sem muitos atrativos que serve como pequena área verde para embelezar a região, dando mais imponência ao imenso condomínio Residencial Riviera Dei Fiore. Há apenas dois bancos e aparelhos para exercícios.

Sigo a Alameda das Acácias (Figura 78) em direção à Quadra 107 e tenho a sensação de estar andando entre condomínios horizontais. Suas calçadas são acompanhadas por pequenos e grandes muros sem vazamentos, que espremam a via e deixam-na pouco convidativa. A região foi utilizada como representação visual desse aspecto por vários dos artigos que li para a escrita dessa dissertação.

Figura 78: Alameda das Acácias (à esquerda) e Alameda dos Eucaliptos (à direita).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Finalmente, chego à Praça das Araras (Quadra 107). Uma das maiores da cidade, serve como ponto de encontro para quase todos os condomínios desta região, por isso recebe todos os dias grande número de comerciantes autônomos, oferecendo lanches diversos, espetinhos, comida gaúcha, marmitas e feira aos fins de semana. Nesse dia, vários feirantes estavam enfileirados com suas barracas e kombis ou vans, vendendo frutas, legumes, verduras e produtos como queijos, castanhas, ovos etc. O ônibus do CEASA nas Cidades, visto durante a quinta caminhada, também estava lá.

Na praça há uma grande quadra poliesportiva e o *Bowl*, – onde sou recepcionado por um marco de ferro em formato de seta – que serve à prática de manobras aéreas de skate (park ou vertical) e BMX (Figura 79). Assim como o Skate Park, o Bowl atrai diariamente jovens de diversas RAs adjacentes, tornando-se referência para esportistas radicais do DF. Ele está revestido com diversos grafites, adicionados livremente à sua superfície por frequentadores e artistas locais.

Figura 79: Skate Park da Q. 107. 1ª foto: *bowl* repleto de pichações e grafite; 2ª foto: detalhe de grafite que gostei; 3ª foto: marco à frente do parque de skate.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Seguindo em frente, é possível encontrar condomínios horizontais que destoam bastante da paisagem da cidade. Esses possuem casas geminadas ou conjugadas coloridas e oferecem uma visualidade peculiar. Porém, o fato de serem fechados me impossibilitou de capturar boas fotos.

Curiosamente, a Quadra 107, que é bem extensa, possui duas praças. A segunda é a Praça Pica-Pau, composta por dois níveis, que parece estar desprestigiada em relação à das Araras, pois parece entregue ao tempo. Gramíneas invadem seu passeio, aparelhos para exercícios são apenas barras de ferro (bastante diferentes dos corriqueiros na cidade). No segundo nível da praça, há um marco e em frente a ele um homem dorme na grama (Figura 80). Ele sequer percebe minha presença. De frente para a praça, há uma Igreja.

Figura 80: Homem dorme na grama sombreado por uma árvore na Praça Pica-Pau (Q. 107).



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Após a Praça Pica-Pau, há uma rua sem saída inundada constantemente pelo som da EPTG, pela qual milhares de carros passam todos os dias, indo e voltando entre a região oeste do DF e o Plano Piloto. Acho cômico o fato de que, nessa mesma rua, a dita Rua E – o que a difere até dos endereços das ramificações da Alameda Gravatá – há um prédio com nome de Residencial Uberlândia (minha cidade natal) e outro chamado Condomínio Vinícius (meu nome).

Confrontado por uma cerca viva ao fim da Rua E, decido retornar e passo novamente pela Praça das Araras, caminho pela Alameda dos Eucaliptos, cujas árvores referenciados se encontram à beira da EPTG, distantes da pista e das calçadas. A alameda, na realidade, ladeia um grande hipermercado atacadista que ostenta um grande muro azul.

4. O signo e o hábito em meio ao automatismo no espaço urbano

Breve preâmbulo

Minha investigação acerca dos efeitos do capitalismo sobre a percepção começou há quatro anos, quando, durante a escrita de meu Trabalho de Conclusão de Curso na Faculdade de Comunicação (FAC-UnB), trabalhei a estética do deslocamento em meio à estrada. Perguntava-me, à época, de que forma os vazios e os lapsos temporais que me acometiam ao longo do traçado da rodovia afluíam minha imaginação, assim como por que a subjetividade de tal espaço raramente é, de fato, percebida; por que tal espaço costuma se restringir, em nossos olhares, à visualidade? Hoje carrego o deslocamento como método, mas entre espaços extremamente diferentes. Em contraste com a estrada, a cidade grande se apresentou a mim como um monstro de infinitos olhos e signos, já que compreendê-la é um desafio ímpar, mesmo em relação a aspectualidades específicas, dadas as inúmeras implicações e ramificações possíveis em sua discussão.

Assim como as grandes cidades, a realidade também veio a mim sem cerimônia. A medida em que proponho um percurso emancipatório, torno-me cada vez mais consciente de que a potência da imaginação é limitada por meios de coerção. Gilbert Durand – que me acompanha desde o princípio de minha vida acadêmica – observou que o capital ocidental, no decurso da industrialização, apropriou-se da ciência e da racionalidade para esfumar a importância do imaginário, do pensamento simbólico e da metáfora por trás da experiência. O pensamento multidisciplinar de gregos e escolásticos deu lugar ao progresso iconoclasta em forma de ciência, que repudiou “tentativas de conferir um sentido ético, religioso ou metafísico ao mundo” (WEBER *apud* RUMBELSPERGER, 2015) e despreocupou-se com suas implicações sociais. O que, segundo o filósofo:

[...] não ocorreu com a “explosão” do imaginário. Como a imagem sempre foi desvalorizada, ela ainda não inquietava a consciência moral de um Ocidente que se acreditava vacinado por seu iconoclasmo endêmico. A enorme produção obsessiva de imagens encontra-se delimitada ao campo do “distrair”. Todavia, as difusoras de imagens – digamos, a “mídia” – encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psiquê do homem ocidental ou ocidentalizado (DURAND, 1999, p. 11).

Durand apontou a “mídia” – seja propaganda, publicidade ou “informação” – como presente e imperativa em todos os estágios da vida, desde o despertar pedagógico da criança até os “usos e costumes públicos e privados”, a partir de uma “manipulação icônica” (p. 12). Felizmente, em reação à conjectura criada por tal cientificismo ausente de subjetividade, pesquisadores se mobilizaram – e mobilizam-se, cada vez mais – em seus campos em busca de perspectivas multidisciplinares e do estudo daquilo a que a ciência se fez ausente. Não obstante, chamemos a “mídia” de Durand de “comunicação mediática”, em referência a Ferrara (2018) e em vista de seu aprofundamento, como se fez anteriormente, durante o discorrer da quinta caminhada, ao passo que essa classificação diz respeito ao “domínio do pensar e do agir” (p. 16).

O termo é emprestado de Giorgio Agamben, que o analisou como instrumento “que nos impede de pensar e atuar como seres comunicantes” (AGAMBEN *apud* FERRARA, 2018, p. 16), isto é, uma mídia coercitiva que impõe a agenda da superestrutura sobre o cotidiano, gerando o que o pesquisador denomina “vida nua”, uma vida excluída de si mesma, pouco ou de forma alguma autorreflexiva. “[...] dominada pelo dispositivo técnico-midiático” (ibid.), a comunicação mediática atua em função de uma política hegemônica, galgada sobre verticalidades.

Impondo-nos a alienação, as elites financeiras fortalecem, progressivamente, não apenas seu controle sobre o espaço e sobre o território, mas também sobre o cotidiano. O sistema capitalista ambiciona o controle social em todas as instâncias da vida, do íntimo ao coletivo, seja a partir da vigilância e da violência ou por meio da intensificação da “vida nervosa” (SIMMEL, 2005) e individualista, seja pela comunicação mediática que a produz. Max Weber afirmava que:

O capitalismo moderno ocidental [...] converteu-se num "imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e da qual tem que viver" [...] adaptando-se ao estilo de vida necessário para que possa vislumbrar a possibilidade de "vitória na luta econômica pela existência" (WEBER *apud* RUMBELSPERGER, 2015).

Porém, também é fato que se nos enxergamos presos a uma redoma impenetrável, impedimos a nós mesmos de vislumbrar possibilidades e não somente a sobrevivência. Harvey (2004, p. 161) relembrou Michel Foucault: “corpos imersos num processo social como a circulação do capital nunca devem ser vistos como dóceis ou passivos [...] sempre trazem consigo a capacidade de transformar”. Reflitamos, portanto, sobre como se dá o domínio dos costumes e da tendência de agir à certas maneiras, a qual chamaremos, em

alusão a Charles Sanders Peirce, de *hábito*, e como se gera sua mudança a partir da experiência estética.

Finalmente, após oito caminhadas contemplativas, pude observar boa parte do território de Águas Claras, experienciando-o estética e criticamente. Os registros fotográficos, bem como as discussões trabalhadas durante os capítulos anteriores servem como suplemento para os temas trabalhados neste que conclui esta pesquisa.

4.1. Capitalismo, do espaço ao hábito

O simples fato de que a possibilidade está ou pode estar em nós não implica, necessariamente, transformação. Ter consciência do que nos afeta é apenas um passo em meio a um processo tempestuoso de emancipação que visa a organização e tem como fim mudanças significativas no espaço. Nesse sentido, busca-se aqui uma visão dialética e crítica do espaço no Distrito Federal, das mutações recentes do sistema capitalista e de seus efeitos cognitivos.

Anteriormente, ressaltai o processo de urbanização polinucleado do Distrito Federal a partir de Paviani (1996), que compreendeu com clareza a complexidade dos fatos. O autor aponta que, no DF, assim como em outras experiências urbanas do mundo capitalista ocidental, imperou a manipulação da terra; obedeceu-se à lógica capitalista, ao passo que se tratou da terra como qualquer recurso produtivo ou de consumo. Nessa lógica, ao reduzir a terra à qualidade de mercadoria, o capital a utiliza como “instrumento de discriminação social e econômica” (p. 73), como se fez com a pulverização do espaço urbano.

A organização do espaço, portanto, nunca é neutra. Ao modo capitalista, ela atua de forma a diferenciar trabalhadores uns dos outros, baseando-se na distinção de classes. Dessa forma, “interesses comunitários geograficamente fragmentados” são “facilmente cooptados por forças burguesas ou exploradas pelos mecanismos da penetração neoliberal nos mercados” (HARVEY, 2004, p. 61). Como efeito, cria-se um quadro em que as massas estão distribuídas “coercitivamente e alienadas entre si” (p. 70), o que gera perda expressiva de sociabilidade em consequência da ausência de diversidade.

Ao dispersar as cidades satélites pelo DF, os agentes produtores do espaço criaram um domo em torno do Plano Piloto, alienando-o em relação à periferia, enquanto simultaneamente alienaram suas massas periféricas entre si. Águas Claras – um novo centro desprovido dos privilégios do centro original e da força criativa da periferia – surge em meio a esse processo como potencializador de sua sina. Sua justificativa real, – visto que aqui falo do projeto executado, não de seu antecessor – mais evidente que a necessidade da ocupação do hiato entre Taguatinga e Guará⁴³, é, sem rodeios, a produção de capital monetário (a partir da venda de imóveis) e especulativo (a partir da geração de raridade). Fosse diferente o objetivo dos produtores de tal espaço, haveria ao menos infraestrutura básica de acesso público a tempo de sua consolidação enquanto cidade.

Águas Claras protagoniza urbanisticamente no Centro-Oeste uma transformação que se dá a nível global de forma acelerada. Tal qual o Sudoeste (sua antecessora) e o Noroeste⁴⁴ (sua sucessora), a RA XX foi vendida como *protótipo* do mesmo modo que se vende um apartamento “na planta”. A cidade é apenas mais uma reverberação de um modelo que tem se tornado hegemônico desde a desregulamentação financeira dos anos 1970, com a ascensão do neoliberalismo. “Ondas de profunda mudança e inovação tecnológica” impõem um “aumento do ritmo e do grau de transferência e imitação” (HARVEY, 2004, p. 90), enquanto o espaço se desmaterializa no campo da comunicação em meio à mudança na dinâmica da produção e do consumo. Nesse ritmo, os grandes capitalistas rapidamente disciplinaram – com forte presença política e administrativa – o Governo Distrital às suas necessidades.

Assim, configura-se uma profunda e avassaladora transformação na paisagem, progressivamente cientificizada e tecnicizada. De acordo com Milton Santos (2006, p. 161):

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a

⁴³ Fundado em 1969 e reconhecida em 1989, o Guará é a RA X do DF. Originou-se a partir de mutirões realizados por funcionários da Novacap para construção de suas moradias.

⁴⁴ Setor Noroeste é um bairro do Plano Piloto (assim como Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Granja do Torto, Vila Planalto e Vila Telebrasília). Estava prevista, assim como o Sudoeste, no documento “Brasília Revisitada” (1987) redigido por Lúcio Costa a convite do então governador Aparecido de Oliveira. O Setor se materializou após longo período de conflito entre os povos indígenas Fulni-ô, Guajajara e Wapixana, e a Terracap. O Santuário dos Pajés (localizado na região) segue sob ameaça do mercado imobiliário que, desde 2008 tomou ao menos 72 hectares de terra das comunidades indígenas para construção de condomínios de luxo.

necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando relevo especial à vida de relações.

A necessidade de movimento, portanto, exige a constante inovação e transformação dos meios produtivos e, conseqüentemente, do espaço, que se organiza e se desorganiza de acordo com os ciclos de vida do capital. Desse modo, “Uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território [...] distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem.” (SANTOS, 2006, p. 163), criando-se assim uma *seletividade espacial* que, em meio ao tecnocosmo, tem o conhecimento exercendo papel de recurso e “participando do clássico processo pelo qual, no sistema capitalista, os detentores de recursos competem vantajosamente com os que deles não dispõem” (ibid.).

Enquanto as elites financeiras subjugam as operações do estado em grau inédito (HARVEY, 2004), cria-se uma “sociedade de acionistas e subtrabalhos” (p. 66) onde cada vez mais o capitalismo depende “do controle das condições coletivas da produção de conhecimento e da transformação delas em um capital e em mercadoria fictícios” (VERCELLONE, 2024, p. 7). Como resultado de uma reestruturação do capital, essa economia se baseia em relações de serviço, na venda de protótipos e na escassez artificial de recursos de forma a gerar *capital cognitivo* (ibid.). A esta tese, defendida por economistas como Alfonso Giuliani, Federico Chicchi, Andrea Fumagalli, Carlo Vercellone e Yann Moulier-Boutang, dá-se o nome de *capitalismo cognitivo*, cujo centro de análise estaria:

[...] em uma suposta “nova natureza do trabalho” com predominância do conhecimento, marcada por uma superação das antigas formas de trabalho material baseadas na separação do trabalho intelectual pela incorporação do conhecimento no capital fixo. Mesmo nas produções com alta composição orgânica, em que os trabalhadores são designados a controlar e supervisionar tecnologias complexas, haveria um domínio do trabalho baseado em conhecimento (COLOMBINI, 2022, p. 167).

Segundo Moulier-Boutang (2007), “o nascimento do individualismo possessivo que acompanha a unificação do conjunto de direitos de propriedade sob a propriedade privada absoluta e ilimitada” (p. 6; tradução do autor) foi fundamental para crescimento da produção imaterial, que agora se torna hegemônica e que mudou a concepção de valor do mercado financeiro. Dessa maneira, desenvolve-se uma economia virtual em que o conhecimento e a ciência estão diretamente relacionados ao sistema de acumulação.

Agora, de acordo com o pesquisador, o objetivo de uma grande empresa é mais a “maximização da audiência do que a maximização do lucro, [...] porque seu valor é a

avaliação de seus futuros, de promessas” (MOULIER-BOUTANG, 2007, p. 16), de que ativos estejam em constante inovação para o convencimento de acionistas. Nesse sentido, a força criadora de instabilidades se concentra no mercado financeiro e na especulação. “As finanças e a financeirização não são uma distorção de uma economia saudável, mas a governança de novas instabilidades no modo cognitivo de produção” (p. 18), acrescenta Moulrier-Boutang.

Nesse prisma, enquanto o GDF planeja a construção de novos bairros para dar continuidade à expansão urbana de Brasília, até 2021, 79.908 terrenos, apartamentos e lotes comerciais estavam sem utilização ou desocupados. 41.027 (mais de 50%) desses são residenciais – o número é superior à população de várias Regiões Administrativas (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021). A terra-mercadoria, portanto, torna-se valiosa somente perante o que pode oferecer à especulação, caso ela proporcione um novo protótipo de moradia ou cidade. Como efeito disso, num passado recente, observa-se a decadência da infraestrutura urbana de Taguatinga e a situação das ruínas de Águas Claras em contraste com o erguimento constante de arranha-céus destinados à classe média-alta na região.

Aos poucos, Águas Claras se inunda de anúncios e promessas comerciais, enquanto seu cenário ressona as transformações recentes do capital. A comunicação midiática, armada por signos-icônicos-utilitários, atrai o olhar que, à nível do solo, pouco vê além de pessoas caminhando ao lado de muros, muretas e grades. Em praças, a vida comunitária se pratica enquanto milhares de janelas a vigiam e ambulantes se multiplicam em busca de sustento, deixados à sorte de fidelizar ou não uma população com considerável poder aquisitivo. “A evolução que marca as etapas do processo de trabalho marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico” (SANTOS, 2006, p. 61). Em citação a Bachelard (2000, p. 45), “as relações da moradia com o espaço tornam-se artificiais”. Tudo se torna “máquina e a vida íntima foge por todos os lados”.

Harvey (2004) invoca Lefebvre ao afirmar que “com o advento da lógica cartesiana, o espaço veio a dominar, por meio de sua contenção, todos os sentidos e todos os corpos” (p. 139). Desmagificado, o mundo capitalista ocidental se vê entregue à especulação e aos ditames do mercado financeiro, amparado pela mídia hegemônica. A exigência por inovação e aceleração são reproduzidas pelas massas, ávidas por resultados. Dessa forma:

O dilema pertinente ao controle do trabalho reaparece em novas estruturas. O capital não depende mais somente dos conhecimentos implícitos dos

trabalhadores, mas deve obter uma mobilização ativa da subjetividade e do total dos tempos de vida dos trabalhadores [...] Colocando de outra forma, a prescrição taylorista do trabalho cede lugar à prescrição da subjetividade e à obrigação do resultado (VERCELLONE, 2024, p. 10).

A obrigação do resultado e extenuantes rotinas de trabalho cumprem lógica similar à dos mecanismos de extorsão da mais-valia absoluta⁴⁵ (MARX, 2023). O capitalismo cognitivo, portanto, surge de um processo de adaptação que, ao moldar o conhecimento ao sistema de acumulação, resulta novamente na alienação do trabalhador, adoecendo-o.

Finalmente, ainda que este seja o sistema ao qual estamos submetidos, não se pode afirmar que o trabalhador se reduzirá à docilidade. Se o trabalho nos diferencia dos demais seres vivos (SANTOS, 2006), como aponta Vercellone (2024, p. 3), ele pode, “todavia, revelar um obstáculo ao controle capitalístico da produção e, portanto, ao processo de acumulação”. E se “o horizonte temporal proposto por Wall Street simplesmente não tem como compatibilizar-se com as temporalidades dos sistemas sociais e ecológicos de reprodução de modo responsivo” (HARVEY, 2004, p. 86), não há como viver em inércia sem a reflexão sobre tal sistema uma vez que se tem consciência de sua existência.

Refletido na esfera do trabalho, o domínio cognitivo escorre pela vida cotidiana. Em Águas Claras, grandes muros fazem alusão não só ao confinamento, que distancia moradores do contato com o outro, mas à eliminação coercitiva de possibilidades. O excesso de anúncios, por sua vez, cumpre dupla função ao captar consumidores enquanto indiretamente desvia o olhar do transeunte, inseguro e repleto de medo, contra a cidade. Como afirma Ferrara (2018, p. 49), “essa insegurança demanda ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos, a fim de que seja possível criar alternativas de solução para situações imprevistas e poder do diálogo como condição solidária de vida”. Por isso, buscarei, na próxima seção, especular sobre o engendramento de tal sistema no hábito e como se dá sua mudança em processo semiótico.

4.2. Devaneio e subversão

Para compreender melhor como o pensamento capitalista engendra regras em nossas percepções, influenciando como enxergamos o espaço, é preciso, primeiro,

⁴⁵ Segundo Marx (2023), há dois tipos de mais-valia: (1) a mais-valia absoluta implica que, caso calculado em valor monetário, o tempo empregado em um dado trabalho sempre resultará na desigualdade entre o salário e o trabalho (assim intensifica-se a jornada de trabalho); (2) a mais-valia relativa se refere ao melhoramento do processo produtivo a partir de máquinas que, ao produzir mais em menos tempo, aumentam o lucro e reduzem o salário do trabalhador.

entendê-la como composta por *textos culturais*. Isto é, entender antes de tudo que textos não são apenas conjuntos de parágrafos, frases, orações e períodos, mas manifestações linguísticas que compõem culturas, organizados hierarquicamente em uma complexa trama de tendências e ações.

Os textos são relevantes na vida social, não só por aquilo que são materialmente, mas também pela capacidade de remeter a algo para além deles mesmos, segundo a célebre definição agostiniana [segundo a qual] os sinais são *aliquid pro aliquo* (algo que está no lugar de outra coisa); isto é, eles são capazes de suscitar e fazer agir um nível semântico, um plano de conteúdo que age de modo não causal, não puramente psicológico e associativo, mas convencionalmente normalizado e regulado na mente das pessoas (GENOVEZ; CAZAROTTO, 2021).

O espaço e, conseqüentemente, a cidade, são permeados por diferentes textos, espacialidades e temporalidades. A cidade “transpira mensagens” (p. 227), “é para os habitantes um conjunto complexo de signos ou, em outras palavras, um texto que expressa suas experiências” (p. 228). Suas espacialidades se estruturam e se desestruturam, continuamente, enquanto seus signos evoluem em diferentes níveis de seu espaço semiótico, fazendo-nos agir à maneira da culturas que nele se desenvolvem. A esse espaço semiótico se dá o nome de “semiosfera” (Lotman, 1996, p. 10):

[...] ambiente de caráter abstrato onde os signos se reproduzem e se relacionam; constroem significações, técnicas e linguagens. É um meio composto por códigos e textos “submersos em um continuum semiótico, completamente ocupado por formações semióticas de diversos tipos e que se encontram em diversos níveis de organização” (LOTMAN, 1996, p. 10, tradução do autor).

Segundo I. M. Lotman, cada semiosfera se constitui num mecanismo singular, isto é, caracteriza-se por sua individualidade semiótica, pelas particularidades de seus códigos culturais. Um determinado espaço semiótico pode decodificar linguagens alheias às suas por meio de suas fronteiras⁴⁶; zonas de diálogo (LOTMAN, 1996) “onde há mecanismos tradutores que possibilitam [...] vínculos comunicativos e informativos” (NAKAGAWA, F.; NAKAGAWA, R., 2013, p. 5). Está em suas fronteiras e no diálogo entre textos de diferentes espaços semióticos o maior potencial evolutivo dos signos. Assim, para que haja semiose é necessário o intercâmbio entre diferentes sistemas, “que geram a irrupção

⁴⁶ Nas palavras de Lotman, a fronteira é “a soma dos mecanismos de tradução através dos quais um texto se traduz a outra linguagem (ou linguagens) que se encontre fora da semiosfera em questão” (LOTMAN, 1996, p. 14). Considerando que, para Lotman, aquilo que está fora da semiosfera é, para ela, não semiótico ou extrasemiótico, a fronteira cumpre como mecanismo a função de semiotizar textos culturais externos. Essa mesma função é desempenhada por regiões com “muitas mesclas culturais: cidades, vias comerciais e outros domínios de formações de *koiné* (língua comum - que resulta da convergência de dois ou mais dialetos ou línguas da mesma família” (ibid.).

de novos arranjos sógnicos e sentidos, como também a ressignificação daqueles já existentes [...] é por meio desses devires, que redefinem continuamente o espaço da semiosfera, que a cultura ganha dinamicidade (NAKAGAWA, R.; CARDOSO, 2020, p. 121-122).

Textos culturais hegemônicos de um dado espaço semiótico encontram-se em seu núcleo, que goza de maior estabilidade em relação à fronteira, lar de instabilidades e dialogias, em um processo dinâmico de constante tensionamento:

A dinamicidade da hierarquia complexa da semiosfera, regida pela irregularidade semiótica da cultura, permite perceber um princípio ordenador entre sistemas, caracterizado por velocidades distintas que coexistem em um mesmo espaço semiótico, mas atuando em lugares diferentes: a região nuclear e a periferia (LOTMAN, 1996, p.29). No núcleo, estão imersas as esferas culturais com baixa velocidade metamórfica, pois são constituídas por mecanismos de transcrição mais estáveis que já fazem parte do repertório memorado da cultura. Em decorrência, seu devir é menos permeável às trocas operacionalizadas com outras esferas sógnicas. Na região periférica, estão os sistemas “organizados de maneira menos rígida y poseedores de construcciones flexibles, ‘deslizantes’” (LOTMAN, 1996, p.30), por isso se tornam mais abertos aos processos tradutórios e à dinâmica cultural (NAKAGAWA, F.; NAKAGAWA, R., 2013, p. 6-7).

Porquanto, dialoga-se com Milton Santos ao passo que em grande parte do mundo capitalista, zonas luminosas se consolidam ao centro, fortalecidas pelo *status quo*, enquanto zonas opacas se encontram em meio à periferia da semiosfera. O Distrito Federal, por sua vez, apresenta um espaço semiótico que se assemelha a tal estrutura em relação às suas características básicas. Arquitetonicamente, por exemplo: em seu centro, predominam estilos germinados pelo modernismo e pelo brutalismo. Em sua periferia, dialoga-se com tipologias urbanas mais próximas do que se convencionou no interior do País a partir dos estilos coloniais. Contudo, quando se pensa em produção de espaço, – como vimos anteriormente – apesar de resistências e espontaneidades periféricas, são o Estado e o mercado imobiliário, representados pela elite financeira da unidade federativa e seus oligopólios, que capitaneiam a expansão urbana e as tendências estruturais da cidade. Por meio do espaço, o capital controla não apenas a produção, mas os modos de pensar e de agir do povo de acordo com as possibilidades que limita.

Por isso, não é exagero dizer que, ao colocar-se como ditador de nossos costumes, o sistema capitalista deseje o desígnio de hábitos ou o controle de nossas crenças. É importante, portanto, que examinemos, primeiro, o conceito de hábito, para em seguida compreender o que é uma crença.

Salvas as definições pouco pertinentes à pesquisa, de acordo com o Dicionário Michaelis (2015), um “hábito” pode ser definido como:

- Inclinação por alguma ação, ou disposição de agir constantemente de certo modo, adquirida pela frequente repetição de um ato.
- Forma habitual de ser ou de agir.
- Procedimento repetido que conduz a uma prática.
- Modo de ocorrência e desenvolvimento de um organismo.

Fica claro pelos significados corriqueiros que “hábito” é uma forma comum de agir de acordo com uma certa tendência. Em concordância com tal definição, Peirce expande o conceito do hábito durante a proposição de algumas de suas primeiras teses anticartesianas. À luz do polímata, ainda que o hábito seja comumente pensado apenas pela ótica do rotineiro, “ele também se manifesta no processo mais primitivo da percepção e da cognição” (MACHADO, 2021, p. 72). Nas palavras de Peirce: “aquilo que nos determina, a partir de premissas dadas, a retirar uma inferência ao invés de outra, é algum hábito da mente, quer seja constitucional ou adquirido” (1877, p. 3). Trata-se de um “princípio-guia” (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 1994, p. 147) que garante continuidade às interpretações futuras. Segundo Winfried Nöth (2016):

O uso que Peirce faz da palavra hábito amplia seu sentido comum em várias direções. Em primeiro lugar, não apenas as formas práticas ou físicas de fazer as coisas podem ser hábitos; há também hábitos mentais. Além disso, há também formas intermediárias de hábito, que são tanto físicas quanto mentais. Falar é um exemplo desse tipo de hábito, pois falar significa tanto pensar sobre o que se está dizendo quanto articular o som da fala. (NÖTH, 2016, p. 38-39; tradução do autor).

Hábitos são, de acordo com Peirce, leis gerais ativas em nossas mentes; potencialidades (PEIRCE *apud* NÖTH, 2016), ou seja, fenômenos típicos da terceiridade⁴⁷, o que implica que somente signos habituais – gerais – podem evoluir. Contudo, podem ter aspectos mais proeminentes em terceiridade (hábitos de

⁴⁷ Definidas por Peirce em “*On a New List of Categories*” (1868), as categorias fenomenológicas servem como reduções a estágios ou modos de aparecimento de fenômenos que constituem nossa experiência e culminam no signo em si. São elas: 1) primeiridade, que reúne “qualidades da cor, do som, do odor, do prazer” e está “presente em fenômenos completos em si mesmos e que se constituem em livres possibilidades de experiência” (PEIRCE *apud* SOUZA; DRIGO, 2013, p. 71), isto é, diz respeito à mera possibilidade e qualidade de sentimento, é caracterizada pela vagueza; 2) secundidade, “ação mútua entre duas coisas sem considerar qualquer tipo de terceiro ou meio e, em particular, sem considerar qualquer lei de ação” (CP 1.322 In SOUZA; DRIGO, 2013, p. 73), modo de alteridade, relação, que remete à existência e à resistência, oposta à vontade; 3) terceiridade, que “no sentido de categoria é o mesmo que mediação” (CP 5.66) ou representação que tende à continuidade, remete à inteligência e, “em termos evolucionistas, pode ser traduzida pela tendência a adquirir ou tomar hábitos” (p. 75).

pensamento), em secundidade (hábitos de ações corpóreas) ou em primeiridade (hábitos de sentimento)⁴⁸. Tratemos primeiro dos hábitos de pensamento, dos quais Peirce destacou, em “A Fixação da Crença” (*The Fixation of Belief*, de 1877), o conceito da crença e seu estabelecimento na mente.

Em seu artigo, Peirce define a crença como “uma indicação mais ou menos segura de se encontrar estabelecido na nossa natureza algum hábito que determinará as nossas ações” (PEIRCE, 1877, p. 5). A crença surge de um confronto, ao qual Peirce dá nome de *inquirição*, estágio seguinte à dúvida. Depreende-se que há, em nossa forma de agir, contaminações por meio de crenças que preveem hábitos deteriorados.

Peirce enumera quatro métodos para a fixação de crenças. São eles: o “método da tenacidade” (p. 7), que supõe a adesão voluntária à alienação, frágil em seu cerne e dependente de certo distanciamento da realidade; o “método da autoridade” (p. 8), terrivelmente bem-sucedido e que pressupõe a opressão de crenças indesejadas, intrínseco a sistemas políticos, assim como às divisões do trabalho e de classes; o “método a priori” (p. 9), a partir do qual o choque de opiniões conduziria naturalmente o ser humano a preferências (a nível de gosto) de uma natureza universal; e o “método científico” (p. 10-13), através do qual é possível apreender, com base em conhecimento prévio, a complexidade presente em um dado fenômeno ou fato a ser investigado, de forma a alcançar a verdade, desde que o objetivo último seja sempre um universal; uma conclusão coletiva.

Logo, com a predominância do sistema capitalista, burocrática e violentamente forjado por meio da autoridade, à medida em que se constrói sobre a opressão de alternativas; sob a égide da criação e da destruição de espaços (HARVEY, 2004) e em que a organização estatal “concentra o poder de regular o dinheiro, a lei e a política [...] bem como de monopolizar os meios de coerção e de violência de acordo com uma vontade territorial soberana” (p. 88), aceitamos premissas opressivas mediante a tenacidade, alienando-nos em nosso cotidiano e em relação ao espaço, ainda que a realidade se expresse sem sutileza na experiência coletiva.

⁴⁸ É fundamental frisar que fenômeno nenhum se restringe a uma categoria específica. Fenômenos podem ter aspectos pertencentes à secundidade ou à primeiridade, mas, a partir do momento em que os entendemos, estão em terceiridade. Hábitos de ações corpóreas são fenômenos da terceiridade da secundidade. Hábitos de sentimento são fenômenos da terceiridade da primeiridade (NÖTH, 2016).

Isto posto, retornemos ao hábito para melhor compreender seu aspecto primeiro. Prefiro nomear tais hábitos de sentimento como *hábitos de percepção* (MACHADO, L., 2021), pois tal categoria não se restringe à emoção, contempla também sensações e modos de percepção. Trata-se da “consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise” (PEIRCE In NÖTH, 2016, p. 44). São “julgamentos perceptivos” (ibid.) àquilo que é imediato à mente e, conseqüentemente, norteia futuros julgamentos. Em outras palavras, são “julgamentos estéticos” (p. 45), ao passo que Peirce considera a estética o estudo dos hábitos de sentir.

Peirce acreditava que o problema maior da estética era determinar o que seria *admirável*. A estética designaria o caminho ideal para onde o empenho ético humano deveria seguir (SANTAELLA, 1994, p. 126). A afirmação pode parecer absurda para um leitor da estética, afinal o próprio Peirce admitira ser leigo em relação às artes e, por um primeiro olhar, estabeleceu um objetivo bastante ambicioso para esse campo de estudo. Vejamos, porém, esse trecho em que o norte-americano fala sobre a estética:

[...] a mim me parece que, se no sentimento estético nos atentamos para a totalidade do Sentimento – e especialmente para a Qualidade do Sentimento total presente na obra de arte que estamos contemplando, – trata-se, no entanto, de uma espécie de simpatia intelectual, um senso de que há um sentimento de que se pode compreender, um sentimento razoável (PEIRCE, CP 5.113 In SANTAELLA, 1994, p. 134).

Assim sendo, para o exame do que o autor chama de admirável é necessária a avaliação crítica e consciente da estética. Peirce alia a racionalidade à estética para observar que a área é fundamental para que a ação do signo seja preenchida, isto é, para que o esforço evolutivo alcance o ideal último do pragmatismo: o *crescimento da razoabilidade concreta* (PEIRCE apud SANTAELLA, 1994, p. 141), sendo razoabilidade “sinônimo de potencialidade da ideia, algo dinâmico, sempre em processo de materialização em signos internos ou externos (à percepção)” (parênteses meus). Peirce também concordou com Simmel que, em oposição ao individualismo, acreditava que o indivíduo ideal seria uma construção estética (SIMMEL, 2005). Nesse sentido, a experiência estética acompanhada de um olhar crítico e científico cumpre – além de diversas outras atribuições em meio à arte e à apreensão das experiências sensoriais – a função de nortear o pensamento rumo ao *admirável*.

Finalmente, a mudança de hábito, em contrapartida, implica a descontinuidade de tal processo desde que sejam identificados hábitos deteriorados. A partir do caminho que proponho, tal descontinuidade “se dá com interrupções de tendências perceptivas,

principalmente de hábitos de percepção e hábitos de ação” (MACHADO, L., 2021, p. 73) por meio da relação estética que pode ser construída com a cidade após a errância em sua experiência: um processo que implica um interpretante final que sugere uma mudança de hábito de modo a potencializar o olhar poético sobre o espaço frente à “destruição das estruturas de sentimento que proporcionam fundamento ao dia a dia” (HARVEY, 2004, p. 232).

Como aponta Nöth (2016, p. 58), “a mudança de hábito deixa sempre espaço para a criatividade que garante o desenvolvimento da ciência e da cultura”. Logo, hábitos devem estar sempre em revisão, sujeitos à autocrítica e ao autocontrole. E se cabe à estética, segundo Peirce, cultivar os hábitos de percepção que darão curso ao conhecimento, está, portanto, nas obras de arte e, por conseguinte, na experiência estética, o maior potencial para o princípio da mudança de hábito. De acordo com Santaella (1994, p. 150):

O ideal estético é nutrido pelo cultivo de hábitos de sentimento. Sendo obras de arte aquelas coisas que encarnam qualidades de sentimento, os hábitos de sentimento só podem ser cultivados através da exposição de nossa sensibilidade às obras de arte. Em vista disso, por mais que possam criticar os museus e suas extensões, no tempo histórico em que estamos atravessando, eles cumprem essa imprescindível tarefa de nos colocar na presença de obras de arte que fiquem nossa sensibilidade com vistas à mudança de hábitos estereotipados e deteriorados de sentir.

Logo, a arte possui um imenso potencial transformador, não só por sua potencialidade, característica da primeiridade, mas também por cumprir o papel de cultivar o ideal norteador do pragmatismo. De forma similar, o Lotman tardio percebeu que a arte atua como dispositivo modelizador; “o sistema que não apenas gera códigos e linguagens como também se move pelas esferas da imprevisibilidade geradas no interior de previsibilidades” (LOTMAN *apud* MACHADO, I.; BAREI, 2019). Lotman observou que “a arte produz textos que desafiam e transgredem regras e normas” (*ibid.*), ela nasce e se alimenta de processos explosivos, isto é, do irrompimento de novas informações e linguagens, como é possível apreender em passagem do autor acerca do poeta Mikhail Lermontov:

Assim, Lermontov disse sobre seu *demon* (demônio) que “ele havia se libertado dele com seus versos”. No entanto, a libertação artística de si mesmo pode se tornar não apenas o fim de uma contradição cheia de explosões, mas também o início de outra. (LOTMAN, 1999, p. 165; tradução do autor).

Assim, “graças à plasticidade de seus procedimentos toda criatividade artística caminha para a explosão” (LOTMAN *apud* MACHADO, I.; BAREI, 2019) e prevê a

possibilidades de explosões sucessivas; processos em que, continuamente, visualidades se transformam em visibilidades a partir do confronto entre sistemas no espaço semiótico. “[...] assim, a arte amplia o espaço do imprevisível, o espaço da informação e, ao mesmo tempo, cria um mundo convencional que experimenta esse espaço e proclama sua vitória sobre ele” (p. 168). Mesmo com o pós-modernismo, Lotman afirma que a arte abriga sempre o estranhamento, o que necessariamente traz à tona “mecanismos de avaliação ética” (p. 203), ainda que costumeiramente a estética rejeite a prática de uma leitura ética da arte. “O estético e o ético são inseparáveis” (ibid.).

A arte é, afinal, uma forma de conhecimento e, principalmente, uma forma de conhecimento do ser humano (LOTMAN, 1999). Ela propicia, quando observada de forma crítica e consciente, não apenas o autoconhecimento, mas a abertura ao conhecimento do outro. Não obstante, a experiência estética nos abre ao contato com a alteridade, trazendo frescor à percepção do mundo. Traz, a partir do contato com diferentes sistemas, a percepção mediada pela sensibilidade imaginativa e expande o olhar do observador acerca da realidade, “transcendendo os esquemas perceptivos e crenças limitadoras” (MERLEAU-PONTY *apud* REIS, 2011, p. 78).

Ainda segundo Lotman, “o sujeito gnosiológico não apenas faz parte da cultura, como também o modo como ele conhece é determinado por ela que, forçosamente, cria uma mediação para o processo que leva à produção do conhecimento” (NAKAGAWA; CARDOSO, 2020). Ou seja, assim como Peirce, Lotman desenvolveu uma visão dialógica sobre a produção do conhecimento que supera a prevalência do sujeito sobre o objeto. Enquanto Lotman vê a semiose inserida num espaço descrito por um modelo espacial, em Peirce ela descreve a continuidade no decorrer do tempo, num processo em que o objeto determina o signo, e o signo gera o interpretante. Os dois, contudo, complementam-se à medida em que se abrem ao acaso, compreendendo a constante mudança dos signos.

Portanto, as principais contribuições de Lotman e Peirce a esta pesquisa estão contidas em suas visões acerca da criatividade, que implicam, necessariamente, instabilidade e efervescência:

Se, em Lotman, a própria dinâmica das estruturas dissipativas é entendida a partir do surgimento, a partir das interações, de pontos de instabilidade e de perturbação pelos quais irrompem os chamados processos explosivos (Lotman, 1999), em Peirce, esta caoticidade criativa também tem lugar, mas a partir de uma dinâmica própria ao princípio de variância e criatividade que habita os

signos e o fenômenos de primeiridade, observáveis em toda manifestação artística, polissêmica, plural, icônica (NAKAGAWA; CARDOSO, 2020, p. 129).

Em diálogo, as bases teóricas de Peirce e Lotman me levam a crer que, visando sobrepor novos hábitos sobre outros já deteriorados, é preciso fazer irromper processos explosivos, resultantes do diálogo entre diferentes sistemas; é necessário que haja inventividade, cultivo de possibilidades em primeiridade. Não menos importante, é fundamental que signos incompreensíveis fora de determinadas semiosferas sejam traduzidos para que sejam compreendidos, digeridos e assimilados, cultivando a vagueza da primeiridade e tendo como resultado novas possibilidades. Devemos ser atravessados pela crítica e pela poética, é preciso experiência colateral com arte que nos abra a premissas dissonantes às do capital.

Contudo, leis não são sempre flexíveis e um sistema cujas crenças estão profundamente enraizadas não será modificado somente às vias da especulação, afinal “o homem não necessariamente crê no que ele pensa crer. Ele somente acredita no que deliberadamente adota e está pronto a tornar um hábito de conduta” (PEIRCE *apud* NÖTH, 2016, p. 41). Por isso, o que ofereço é um dos caminhos possíveis dentro da semiótica para o questionamento e, conseqüentemente, o princípio da subversão de hábitos alienantes. Para o princípio da ação, além da busca por hábitos de ação que ressonem gestos positivos ao espaço, é preciso que haja real confronto com crenças deterioradas – como as impostas e aceitas na sociedade capitalista.

Sem mais delongas, façamos um último esforço reflexivo com o apoio das discussões deste capítulo e dos anteriores. Afinal, entendemos por meio de Peirce e de Lotman que a arte, a experiência estética e o exercício crítico da criatividade podem ser fundamentais para a subversão de hábitos deteriorados. Como, então, observar o espaço urbano poeticamente e vislumbrar sua transformação?

4.3. Além da empena cega

De praça em praça fui de otimista a pessimista, e de pessimista a otimista diversas vezes. Em meio à dificuldade de experienciar Águas Claras esteticamente, notei uma cidade que oprime suas expressões artísticas, reduzindo arte à decoração de muretas e muros isolados. Limitadas por seus lotes, as maiores fortalezas fazem seus raros grafites ou pichações parecerem pequenos adesivos colados em sua superfície enquanto o

bucólico parece ser ofuscado pela pujança da verticalidade, cada vez mais prevalente e que demarca o horizonte sob qualquer perspectiva.

Ao me aproximar do fim de minhas andanças críticas, relutei em chamar Águas Claras de zona estéril, pois, apesar de sua pouca arte, entre tensões e gestos comunitários, acompanhado de meus autores e com um olhar atento, pude comprovar o fato de que mesmo restrito de possibilidades e confinado em enclaves o ser humano é capaz de se desvencilhar de seus cantos e conchas, não deixando de usufruir do espaço público e de reivindicá-lo.

No decorrer do tempo, ações comunitárias e intervenções demonstram que de pouco em pouco moradores tem iniciado um processo de apropriação – tomando parte do espaço urbano da iniciativa privada de forma improvisada, ainda que burocraticamente oposta – para si. Além disso, parte considerável da melhoria na qualidade de vida da cidade após o início de sua saturação se deve à organização política de moradores (como a AMAAC), que cumpre importante papel na pressão por mudanças e pela implementação de infraestrutura, assim como no diálogo com membros da CLDF.

Todavia, há maior facilidade na obtenção de incrementos a praças e vias de Águas Claras devido ao privilégio relativo à classe social que a habita, o que não fortuitamente se faz em detrimento de benfeitorias às demais satélites adjacentes (como Ceilândia, Taguatinga e Vicente Pires) onde existem carências estruturais significativamente mais urgentes. Vale lembrar ainda que foi possível observar uma tendência mediante a qual o espaço público – imerso em vigilância e medo – quando reivindicado por moradores está sujeito também a tornar-se, aos olhos destes, extensão da propriedade privada e inacessível a pessoas externas, por exemplo àqueles que ganham a vida na informalidade ou estão apenas à procura da prática de esportes. Fato é que moradores de outras RAs são fundamentais para a vida da cidade, sua significação e seu funcionamento, por isso jamais podem ser excluídos de sua equação, sendo peça-chave para a compreensão de sua complexidade.

Dito isto, apesar de avivada por moradores, trabalhadores e transeuntes mesmo frente às suas limitações urbanísticas, Águas Claras se encontra alienada da dinâmica centro-periferia como um centro artificial; um pseudonúcleo: é o que me permito chamar de *zona sintética*, denominação que pode se aplicar também a futuras satélites planejadas e geradas sob conluio entre o capital e o Estado, sem acompanhamento de infraestrutura

urbana, espontaneidade em sua ocupação, vistas apenas sob a perspectiva da aceleração do capital de giro e sem clara intencionalidade estética (como é o caso do Plano Piloto). Seu caráter exclusivo, expresso na homogeneidade de classe, também contribui para que se apresente como um tecido sintético, inorgânico, cuja malha urbana foi estrategicamente criada para satisfazer as necessidades do mercado, propagandeada como protótipo – ou empreendimento imobiliário – e justificada pela suposta necessidade de atender demandas habitacionais.

Porém, mesmo em meio a seu cenário inequivocamente alienante não é impossível ver Águas Claras a partir de um viés esperançoso, com foco em suas práticas microbianas. Durante minhas caminhadas, nuances que remetem ao belo puderam ser encontradas ao acaso, como em conversas entre feirantes e passantes, entre garis e moradores, na prática desportiva, em pequenas intervenções, assim como em seus contrastes, contradições e, claro, em seus parques, onde se concentra o que há de bucólico; breves respiros entre torres de concreto.

Como vimos anteriormente, Ana em *Amor* e Virginia Woolf em *Flanando por Londres* demonstram como o deslocamento e a caminhada podem tanto transformar o olhar sobre o espaço, trazendo questionamentos a hábitos alienantes, quanto servir de suplemento à criatividade, à reflexão sobre a cidade e suas potencialidades poéticas. Nesse sentido, a experiência estética age como mediadora de um processo duplo de encantamento – a medida em que se regride a um estado de inocência para a contemplação do meio – e desencantamento – ao brotar da reflexão crítica autoconsciente – frente ao cerceamento de possibilidades imaginativas. Contudo, nem sempre é possível atingir tal estado de forma espontânea. Antes de se gerar poesia, é preciso alimentar o inconsciente como impulso ao devaneio:

A fenomenologia do devaneio pode deslindar o complexo de memória e imaginação; ela se faz necessariamente sensível às diferenciações do símbolo. O devaneio poético, criador de símbolos, dá a nossa intimidade uma atividade polissimbólica. E as lembranças se depuram (BACHELARD, 2000, p. 41).

Quando desvenda a casa e seus pormenores em *A Poética do Espaço* (2000), Gaston Bachelard faz, por meio de sua visão fenomenológica, um exercício de tradução. É por meio da investigação artística, – nesse caso, da poesia – que o autor mergulha na mente humana e em sua relação com o espaço íntimo, o devaneio e a imaginação, disponibilizando ao leitor uma miríade de conceitos advindos de diferentes disciplinas. Para Bachelard, a poesia serve não só como exemplo, mas como nutriente para a

imaginação; enquanto mistura suas elucubrações à poesia, dá ao leitor a liberdade de construir seu olhar a partir de seu próprio repertório.

Leio *A Poética do Espaço* pensando em meus próprios espaços, minha casa e seus arredores. Não por acaso me parece pouquíssimo palpável pensar sobre o porão, um tipo de cômodo raro no Brasil, ainda que eu apreenda parcialmente as reflexões do autor. Inevitavelmente, haverá barreiras de tradução em qualquer obra produzida em meio a uma cultura alheia e, conseqüentemente, certas individualidades (como leis e hábitos singulares) que não poderão ser apreendidas em suas totalidades.

Observo, contudo, que é a poesia a forma pela qual Bachelard dá potência ao meu olhar enquanto leitor. É a poesia o ponto menos denso da fronteira que nos separa, sendo a arte e não a elucubração teórica em si o ponto de partida do desabrochar da imaginação durante a leitura. Por isso, recorro ao pragmatismo e à introdução de *Arte como Experiência* (2010), de John Dewey, feita por Abraham Kaplan:

De certo modo, a arte completa o esforço filosófico – ou melhor, devolve a filosofia a seu ponto de partida. “Dizem que a filosofia começa no assombro e termina na compreensão. A arte parte do que foi compreendido e termina no assombro” (p. 466). Pela arte “somos levados para além de nós mesmos, a fim de encontrarmos a nós mesmos” (p. 351) (KAPLAN In DEWEY, 2010, p. 48).

Dessa maneira, a experiência reflexiva estimulada pela arte age como maneira de absorção de possibilidades. Porém, nem todo tipo de experiência – como a artística – gera um processo elucidativo, “algumas experiências são deseducativas” (DEWEY, 1979, p. 14). Justamente por isso investigo a maneira pela qual o capitalismo aliena e oculta suas mazelas, automatizando o olhar. Experiências tornam-se elucidativas quando associadas ao exercício reflexivo, à continuidade, à evolução cuja origem deve estar na “intensificação da consciência” (SIMMEL, 2005). É ideal que haja, portanto, um processo contínuo e crescente de sensibilização em relação ao espaço. Porém, como apontam Brittain e Lowenfeld (1970, p. 42-43) em relação à experiência artística:

O cultivo e o desenvolvimento dos nossos sentidos são uma parte importante da experiência artística. Isto é de consequência vital, pois a fruição da experiência e a capacidade de aprendizagem talvez dependam do significado e da qualidade das experiências sensoriais. [...] O desenvolvimento perceptual revela-se na crescente sensibilidade às sensações [...]

A afirmação não serve somente para a experiência artística. Quando educativa, a progressiva sensibilização serve de estímulo à quebra da inércia, rompe com um modelo autoritário que nos domina e evita que olhemos para nós mesmos e para o mundo levando-nos à passividade e à alienação. Frente à cidade e em desacordo com normais e leis

estabelecidas, o caminhar contemplativo significa o desenho sensível do percurso, permite a identificação de seus lugares e a desmistificação da paisagem urbana. “O caminhar, sempre que possível, deve se opor à dominação e à subserviência” (CARERI, 2013), deve expandir o limite da possibilidade.

Ainda assim, mesmo que um princípio de quebra pressuponha confronto e emancipação, não implica necessariamente ação. Harvey (2004, p. 211) ressalta que “espacialidades e sociedades são moldadas por um processo contínuo de luta” e que somente “por meio da mudança do nosso mundo institucional podemos modificar a nós mesmos” (p. 245). Segundo o autor, somente a ruptura com o sistema hegemônico poderia proporcionar mudanças significativas na vida em um sentido mais amplo, o que não deixa de ser verdade. Sem continuidade e constante problematização, a experiência estética do espaço urbano indicia uma abertura, mas não a certeza de que o trajeto do conhecimento seja razoável. Assim sendo, um caminhante urbano deve estar envolvido politicamente em sua comunidade, idealmente organizado, seja artística ou intelectualmente; deve ser capaz de fazer de sua imaginação “potência gerativa do pensamento utópico, construtor de possibilidades” (HARVEY, 2004) e, através da leitura e da releitura do espaço, prever soluções a problemáticas que afetam sua comunidade e não apenas seu universo individual. Em meio à instabilidade e à insegurança regentes no capitalismo tardio, o caminhante urbano deve ser, simultaneamente, delinquente e solidário. Resgatemos Ferrara (2018, p. 49):

essa insegurança demanda ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos, a fim de que seja possível criar alternativas de solução para situações imprevistas e poder do diálogo como condição solidária de vida.

Porquanto, além da revolta, o devaneio poético guarda a potência da solidariedade. Em contínuo devaneio, o caminhante contemplativo tem de portar olhar atento, escrever seus espaços, utopizar soluções e tensionar sua vivência, pois “ao contrário do devaneio da sonolência, o devaneio poético não adormece jamais” (BACHELARD, 2000, p. 52). Idealmente, “Toda pessoa deveria então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos (p. 31) e ser apta a *redesenhar* seu espaço. Retomo de Certeau uma última vez, novamente suscitando Barthes:

[...] o caminhante transforma em outra coisa o significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e o dos interditos (por

exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Selecciona, portanto. “O usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (DE CERTEAU, 2014, p. 165).

Se, por um lado, o caminhante cria lugares em segredo de acordo ou não com a lei dominante, o caminhante contemplativo – não tão diferente, mas a todo momento escritor e crítico – deve romper o sigilo no espaço independentemente de sua função, dando-o forma e complexidade. Enquanto nômade, carece de devaneio dinâmico, em constante mutação; enquanto sedentário, entrega-se à sua imensidão, àquilo que está ligado “a uma espécie de expansão de ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que retorna na solidão [...] é o movimento do homem imóvel” (BACHELARD, 2000, p. 190). Ao raiar da conclusão desta cartografia, vejo uma cidade difícil, mas não impossível; problemática, nunca insolucionável, pois o olhar esperançoso é um requisito que pede a vida e, caso contrário – se não houvesse ambição de mudança – nenhuma crítica seria proveitosa.

O princípio da transformação do espaço urbano, finalmente, está na apreensão da complexidade do espaço como um todo, na apreensão de sua subjetividade, de seus aspectos sensíveis e resulta na problematização de sua estrutura: conformidade e visibilidade. Assim, torna-se possível vislumbrar utopicamente um espaço que não o desesperançoso (a distopia), o fantasioso (sonhado) ou o do desejo de consumo, sempre obsoleto. Para tanto, é preciso compreender que o espaço, seja ele real ou ficcional, é sempre imaginado, assim como a sociedade e suas normas: “Se aceitamos que a sociedade é construída e imaginada, podemos também crer que ela pode ser “reconstruída e reimaginada”” (HARVEY, 2004, p. 211).

A imaginação multiplica possibilidades e, na cidade, tem o caminhar como uma de suas principais potências gerativas. Foi caminhando que pude perceber Águas Claras em suas nuances além da visualidade, assim como fagulhas que, caso exploradas, podem irromper processos explosivos que contribuam para seu desenvolvimento. Há de se ter como utopia uma versão da cidade satélite em que empenas cegas não sirvam somente como suporte à publicidade, mas também à arte; que muros embranquecidos sejam preenchidos com cores; que jardins sejam embelezados com hortas e equipamentos improvisados; que moradores e convidados ocupem cada vez mais suas ruas, como hoje o fazem, dando-as movimento em comunhão, a toda hora. Enfim, que esse espaço tipicamente capitalista se transforme em uma experiência de ressignificação.

Decidi, após a seca no Cerrado, fazer uma última caminhada para me despedir desta dissertação. Esse relato se encontra logo em seguida, em suas considerações finais.

9ª caminhada (Considerações Finais)

Dessa vez tenho como objetivo tomar água de coco no Parque Ecológico, uma meta que, de todas as anteriores seja talvez a menos nobre. Mas, deem-me um desconto, pois após dois anos de pesquisa, pareço me esgotar de desculpas, assim como de palavras. Porém, como é requisito em boas considerações finais, faço desta caminhada (percurso na Figura 81) a mais leve, mas não menos crítica das nove, como um aceno a futuras pesquisas sobre Águas Claras, sobre o Distrito Federal e, especialmente, sobre o espaço urbano.

Figura 81: Percurso da 9ª caminhada.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

À beira da vala que dá para a linha metroviária, uma pequena horta toma forma, dominando o canteiro (Figura 82). Dia após dia, vejo-a crescer e, vez ou outra, encontro a senhora que a mantém fazendo pequenos ajustes, podas e plantando novas mudas. Ela parece determinada, pois dá as caras mesmo sob sol a pico, e adiciona cada vez mais materiais reaproveitados a seu jardim. Observando-a por um instante, vejo uma breve escada de tijolos, que desce o início da vala; várias garrafas PET e remendos. Felizmente, essa horta não parece ter objeção das autoridades.

Figura 82: Horta à beira da vala do metrô.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Mais à frente, na ponte sobre a linha do metrô e acima das muretas onde pinturas vagarosamente se apagam, a Administração de Águas Claras instalou grades de ferro (Figura 83) com a justificativa de zelar pela segurança dos moradores. O resultado é uma estrutura visualmente hostil com aparência de jaula e que, em algumas das pontes, inicia-se com caixas de metal à altura do passante, oferecendo riscos aos desavisados.

Figura 83: Grades instaladas acima das muretas nas pontes sobre a linha do metrô.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Como é de praxe, outro aceno positivo tem como sequência um lamento. Logo após as estranhas grades, na praça a Norte da Estação Arniqueiras, lixo se espalha pelo gramado. Enquanto isso, ambulantes buscam seu ganha-pão num dia como outro qualquer. Ali, alguns se instalaram permanentemente; é o caso de dois quiosques: um ao lado da Estação e outro no centro da Praça. Vende-se de tudo, de roupas a bugigangas e pães caseiros, até tecidos, tapetes e redes. Em seguida, atravesso a Av. das Castanheiras e sou recepcionado por um muro comprido, bastante familiar. Hoje um abrigo encardido para poucas pichações e grafites, este outro muro branco foi, um dia, suporte para um protesto por parte dos moradores da Quadra 104. “Aqui jaz uma escola”, diziam em letras pretas e vermelhas garrafais em represália à não utilização do terreno baldio adjacente para a construção de uma escola pública. O lote fazia parte de um dos vinte e cinco originalmente designados à educação. Na Figura 84 é possível ver o muro à época do protesto e, mais recentemente, em novembro de 2024.

Figura 84: O muro da Quadra 104 durante o protesto e atualmente.

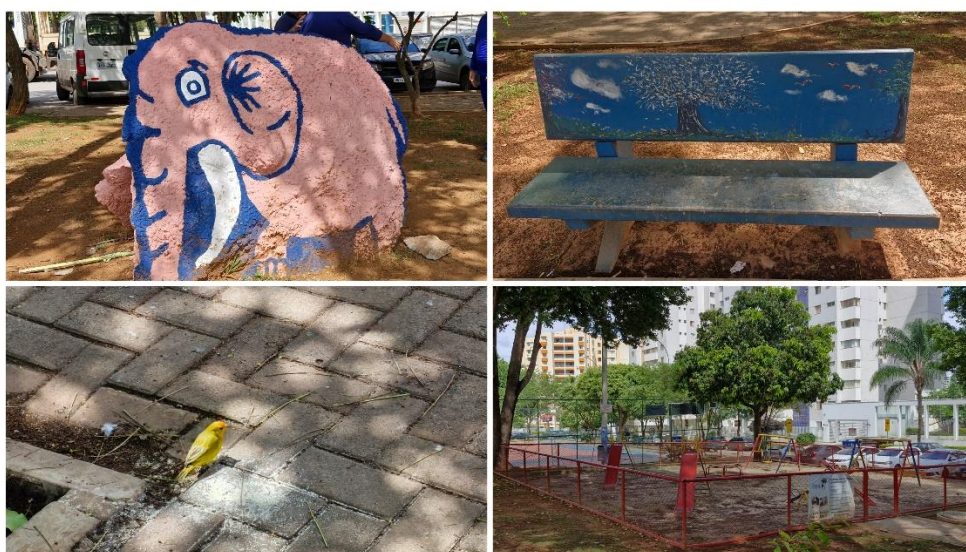


Fontes: Metrôpoles⁴⁹ e arquivo pessoal do autor.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.metrosoles.com/distrito-federal/aguas-claras-tem-25-lotes-destinados-a-educacao-mas-nenhuma-escola-publica>.

No horizonte, um prédio em construção está coberto por um véu branco⁵⁰ de cima a baixo. Vejo alguns pedreiros por trás do véu, numa plataforma suspensa. Lembrando-me do protesto no muro próximo, opto por explorar a Quadra 104 e sua Praça, uma das maiores e mais antigas da cidade, oficialmente Praça Tiziu (desde 2018) e popularmente conhecida como Praça do Elefante devido a uma pintura sobre pedra logo em sua entrada que ali figura – em três iterações – há quase duas décadas (Figura 85). Impressiono-me com a quantidade de trabalhadores na praça e ao seu redor, seja fazendo a coleta do lixo, a manutenção da Praça, podando gramados em frente aos prédios, em caminhões-pipa ou de frete; um cenário um tanto caótico. Ao contrário de vários retratos dessa cartografia, este momento definitivamente não é de descanso. Devido ao movimento, decidi me sentar na Quadra oposta, a 103, que abriga a Praça Juriti e, ao me retirar, noto a pintura de um ipê branco feita sobre um banco (Figura 85).

Figura 85: Praça do Elefante (Q. 104). 1ª foto: pintura de elefante sobre pedra na entrada da Praça; 2ª foto: banco com pintura de um ipê branco; 3ª foto: passarinho amarelo no passeio; 4ª foto: parquinho e quadra.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A Praça Juriti fica na mesma Quadra de duas grandes igrejas: uma católica e outra batista. Parece esquecida em relação às demais, é pequena em comparação à do Elefante e possui, em seu entorno, prédios mais antigos, gradeados, de área externa visível. E justamente por isso parece acolhedora. Sento-me num banco de cimento em sua área

⁵⁰ Utiliza-se telas de polietileno (ou “sainhas de tela”) em construções de edifícios para evitar a queda de materiais e resíduos nos arredores. Tais objetos caem, idealmente, em bandejas instaladas na estrutura do edifício.

central, num canto oposto ao de um senhor e seu cachorro. Ele conversa com uma mulher e uma senhora, que logo se despedem. Escrevo minhas impressões até o momento e, neste respiro, reflito sobre como, de casa até ali, num trecho relativamente curto, pude encontrar um resumo de muito do que vi durante toda a pesquisa de campo.

Tanto as caminhadas por Águas Claras, quanto o repertório teórico desta pesquisa demonstram a importância de se experienciar a cidade diretamente para a reflexão acerca de seus espaços. Observando-a à distância e me baseando somente em números e pesquisas realizadas, jamais teria sido capaz de chegar às elucubrações aqui expostas. Vi-me na obrigação de tirar minhas próprias conclusões colocando-me em trânsito; vivendo seu movimento e me propondo a construção de uma cartografia sensível que retratasse seus cenários e paixões. Tal tarefa se provou trabalhosa e um tanto megalomaniaca, – ufa! – mas rendeu frutos que acredito serem motivadores e relevantes para o proveito de outros pesquisadores interessados em investigar a cidade, outras satélites, quiçá diferentes municípios sob perspectivas estéticas e micropolíticas.

Creio que a análise semiótica proposta, grosso modo, contribui para a continuidade da construção do conhecimento na área em comunhão com o estudo do espaço, aplicando-o a temáticas contemporâneas pertinentes a serem ainda melhor desenvolvidas por futuras pesquisas. Além disso, a discussão acerca do hábito e da crença em meio à hipermodernidade se faz de suma importância, principalmente com a ascensão do capitalismo cognitivo e suas devastadoras consequências. Mais do que nunca, é necessária a procura, o resgate e a construção de mecanismos, bem como de expressões e tensionamentos que visem a desaceleração do cotidiano, a sustentabilidade, a emancipação intelectual e a solidariedade.

Lembro, porém, que ainda estou distante de meu objetivo. Ainda não havia sequer sinal de água de coco, porém, felizmente, também nenhum indício de chuva e para minha satisfação, logo ali a poucos passos estava o Parque à minha espera. Em sua recepção, vejo a braquiária que cresce ao lado do passeio, nociva ao solo do cerrado. Uma ponte antiga passa sobre um córrego raso, brilhante, onde não é permitido banho e com sorte pode-se avistar algumas capivaras. À frente há banheiros, um prédio de apoio e várias quadras (de areia, grama sintética e cimento; Figura 86). Homens descamisados conversam entre equipamentos rústicos de malhação, em frente a uma das lanchonetes disponíveis. Há também mais duas, cujo carro-chefe é – dou-me razão – a água de coco. Escolho uma cadeira, desembrulho um canudo de plástico biodegradável e me refresco.

À minha frente, um grupo conversa sobre qualquer coisa; ao meu lado, uma mulher repete minha ação e, ao lado dela, outra quebra um coco e presenteia seus dois cãezinhos com o líquido gelado. “Chlop! Chlop!”, enquanto um casal brinca com seus filhos no parquinho, uma mosca ousada pousa no meu fruto para beber das gotas que repousam em sua superfície verde e arranhada.

“Aqui joguei muita bola” – penso. E joguei diversas vezes com trabalhadores advindos de seus respectivos canteiros de obras. O parque recebe pessoas de todas as satélites próximas, como um refúgio bucólico pronto para piqueniques e aniversários em meio à expansão urbana irrefreável. Alguns caminham, outros correm, muitos pedalam. Pratica-se yoga, calistenia, vôlei, futevôlei, futsal e basquete. É possível avistar os arranha-céus acima das copas das árvores, como se os que lá estavam brincassem num *playground*; talvez no jardim de todos aqueles enclaves (Figura 87). Enfim, dou-me um desafio: caminhar mais em direção à Lagoa dos Patos, um pequeno laguinho escondido nas entranhas do Parque.

Figura 86: Parque Ecológico de Águas Claras. 1ª foto: banheiro com arte contendo alerta aos usuários do Parque; 2ª foto: quadras de areia; 3ª foto: rapaz anda de bicicleta no passeio.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Figura 87: Parque Ecológico de Águas Claras. 1ª foto: prédios no horizonte acima dos limites do Parque.
2ª foto: patrulha da Polícia Militar.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Enquanto o calor aumenta, continuo andando. Vejo mais de uma patrulha da Polícia Militar (Figura 87), certifico-me de estar no caminho certo e, poucos minutos depois, chego à Lagoa dos Patos (Figura 88), onde sou recebido por um senhor que serve sementes a pequenos pássaros em tronquinhos suspensos. À margem da lagoa, um cágado descansa solenemente, distante de uma dúzia de patos-do-mato e pombas intrusas. Encanto-me com dois filhotes de pato que nadam satisfeitos pela margem, em busca de aventura. Perto da grade, um pato preto-e-branco de detalhes vermelhos se apresenta impávido, exibindo sua crista em silêncio e vigiando os demais. Quando o registro, olha diretamente para mim e, desinteressado, volta a assistir à vida. Perto dali, sob a sombra, outros muitos patos descansam ou dormem, despreocupados.

Figura 88: Lagoa dos Patos. 1ª foto: cágado em pedra à margem do rio; 2ª foto: pintura no banheiro próximo à Lagoa. 3ª foto: filhote de pombo se alimentando de sementes. 4ª foto: pato-do-mato. 5ª foto: pato branco e pomba intrusa.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Muitos sequer imaginam que existe, em Águas Claras, essa lagoinha. Pouco caso se faz também de seus gestos comunitários e intervenções urbanas. É certo que são tímidos – como dito neste texto: fagulhas – e, ocasionalmente, enfrentam obstáculos para sua concretização por parte do Estado ou dentro da própria comunidade. Friso que Águas Claras, como qualquer outra cidade, por mais alienada espacialmente que seja, guarda consigo potencialidades a serem exploradas; basta que se procure. Em todo canto há resistência e possibilidade. Por isso, espero que esta pesquisa sirva de exemplo para a construção de um olhar humanizado em relação à cidade, ao contemplar da complexidade do espaço urbano, daquilo que brilha àquilo que enfurece. Não posso garantir que os acenos encontrados terão continuidade e se sedimentarão, gerando ramificações no tecido da cidade, mas os registro como sinal de que são possíveis.

Depois da Lagoa, distraio-me com cogumelos brancos que crescem sobre um resto de tronco. São fungos de chapéu em forma de ramalhete, misturados uns aos outros, originando uma colônia de copos e flores. Vespas dominam um comedouro

acompanhadas de pombas brancas que, pouco interessadas nos insetos, catam o que veem pela frente. Duas mulheres e uma criança se aproximam da confusão: “Que tanto de insetos... será que são marimbondos?” – diz uma. Do outro lado do passeio, um homem sai por uma porta de ferro que se fecha e solta um “bip”. Ora, o condomínio está na Alameda das Acácias, de costas para o Parque. “Que privilégio” – digo, quando sou surpreendido pela lembrança apavorante de que devo ir embora e talvez tenha ido longe demais. Já se aproxima a hora do almoço e preciso, urgentemente, finalizar minha dissertação.

De volta à rotina, a passos apressados, ando mais um bocado. Minhas pernas doem, mas só consigo reparar que caminho novamente ao lado de um grande muro branco (Figura 89).

Figura 89: O fim do percurso.



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Referências Bibliográficas

A 20 km de Brasília, Águas Claras, o maior canteiro de obras do País. **Senado Federal**, Brasília, 17 de agosto de 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/345106>. Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

ABANDONO vertical: famílias lutam na Justiça para terminar prédios em Águas Claras. **TV Brasil**, Brasília, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-df/2022/05/familias-lutam-na-justica-para-terminar-predios-em-aguas-claras>. Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

ÁGUAS Claras passa a ter pontos autorizados para ambulantes. **Governo do Distrito Federal**, Administração Regional de Águas Claras, Brasília, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://aguasclaras.df.gov.br/2022/03/14/aguas-claras-passa-a-ter-pontos-autorizados-para-ambulantes/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

ÁGUAS Claras tem 25 lotes destinados à educação, mas nenhuma escola pública. **Metrópoles**, 21 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/aguas-claras-tem-25-lotes-destinados-a-educacao-mas-nenhuma-escola-publica>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

ÁGUAS Claras terá duas escolas públicas a partir de 2026. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2024/05/6863551-aguas-claras-tera-duas-escolas-publicas-a-partir-de-2026.html#:~:text=%C3%81guas%20Claras%20ganhar%C3%A1%20duas%20institui%C3%A7%C3%B5es,est%C3%A3o%20previstas%20para%20este%20ano..> Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

ALBUQUERQUE, Mariana Z. A. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALTERNATIVAS ao abandono. **Campus (FAC-UnB)**, Brasília, outubro de 2018.

'ARRANCARAM minha vida', diz mãe de jovem morto em frente a prédio no DF. **G1**, Brasília, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/01/arrancaram-minha-vida-diz-mae-de-jovem-morto-em-frente-predio-no-df.html>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

ARAÚJO, Alex R. M. **Águas Claras Sensível: narrativas de si e da cidade**. Brasília. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

AUDIÊNCIA pública sobre lotes abandonados em Águas Claras. **DF Águas Claras**, Brasília, 16 de abril de 2024c. Disponível em: <https://www.dfaguasclaras.com.br/audiencia-publica-sobre-lotes-abandonados-em-aguas-claras/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEAL, Sophia. A arte de andar nas ruas de Brasília. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 45, p. 65-83, 2015.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única – Infância berlinense: 1900**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BIBLIOTECA Pública de Águas Claras: local para estudos e leitura. **DF Águas Claras**, 8 de janeiro de 2024b. Disponível em: <https://www.dfaguasclaras.com.br/biblioteca-publica-de-aguas-claras-local-para-estudos-e-leitura/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

- BORGES, Priscila M. **Mensagens Cifradas**: a construção de linguagens diagramáticas. São Paulo: PUC-SP, 2010.
- CANELLA, Murilo. Georg Simmel e a crítica à objetividade do conhecimento. **Novos Rumos Sociológicos**, vol. 5, n. 7, p. 64-97, 2017.
- CAMPANHONI, Andiará. **Implantação dos edifícios em Águas Claras – DF**: influência no desempenho termo ambiental dos espaços abertos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CAMPANHONI, Andiará. Planejamento urbano, cidade compacta e infraestrutura adequada: caso de Águas Claras – DF. **Anais do XV ENANPUR**, vol. 15, n. 1, 2018.
- CAMPOS, Bruna C.; MOTTA, Walter dos S. Algumas análises envolvendo o traçado regulador. **Horizonte Científico**, vol. 9, n. 2, 2015.
- CAMPOS, Rui R. de. A natureza do espaço para Milton Santos. **Geografares**, vol. 6, p. 155-165, 2006.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes**: O Caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.
- CARLUCCIO, Cristina. Urban Abstraction in Literary Modernism: Virginia Woolf's Street Haunting Adventures. In: (org.) BOCK, O.; VILA-CABANES, I. **Urban Walking**: The Flâneur as an Icon of Metropolitan Culture in Literature and Film. Wilmington, Delaware (EUA): Vernon Press, 2020.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Táticas caminhanças: cinema marginal e flânâncias juvenis pela cidade. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, n. 53, p. 177-194, 2007.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios: Águas Claras. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2021.
- COLOMBINI, Iderley. Limites lógicos das teses do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol. 65, n.1, p. 163-190, 2023.
- COLOSSO, Paolo. A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno. São Carlos: **Anais do XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, p. 79-88, 2016.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano – 1**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEWEY, John. **Como pensamos**: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição. São Paulo: C. E. Nacional, 1979.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 385 de 16 de dezembro de 1992. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Brasília, 17 de dezembro de 1992.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.153 de 6 de maio de 2003. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Brasília, 21 de maio de 2003.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.092 de 30 de janeiro de 2008. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Brasília, 12 de março de 2008.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.911 de 21 de julho de 2021. Diário Oficial [do] Distrito Federal, Brasília, 22 de julho de 2021.
- DURAND, Gilbert. **O imaginário**: Ensaios acerca das ciências e filosofia da imagem. Brasil: Art Line, 1999.

EMPRESA abandonou reforma de prédio em Águas Claras. **DF Águas Claras**, Brasília, 21 de junho de 2024a. Disponível em: <https://www.dfaguasclaras.com.br/empresa-abandonou-reforma-de-predio-em-aguas-claras/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

FAMÍLIAS lutam na Justiça para terminar prédios em Águas Claras. TVBrasil, Brasília, 26 de maio de 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.etc.com.br/reporter-df/2022/05/familias-lutam-na-justica-para-terminar-predios-em-aguas-claras>. Último acesso em: 10 de novembro de 2023.

FARIAS, Priscila M.; QUEIROZ, João. Images, diagrams, and metaphors: Hypoicons in the context of Peirce's sixty-six-fold classification of signs. **Semiotica**, vol. 162, n.1, p. 287-307, 2006.

FERRARA, Lucrécia D. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, vol. 9/10, p. 1-7, 1987.

FERRARA, Lucrécia D. **A comunicação que não vemos**. São Paulo: Paulus, 2018.

FERRARA, Lucrécia D. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FERRARA, Lucrécia D. A mobilidade como contradição do espaço urbano. **Matrizes**, vol. 4, n. 1, p. 165-177, 2010.

FERRARA, Lucrécia D. **Design em espaços**. São Paulo: Rosari, 2002.

FILHO, Oziris B.; LIMA, Ana Maria B. A construção do espaço em Amor, conto de Clarice Lispector. **MOARA**, n. 25, p. 216-239, 2006.

FRANCO, Juliana R.; BORGES, Priscila M. O conceito de diagrama em Peirce: uma leitura semiótica para além da gramática especulativa. **Cognitio Estudos**, vol. 14, n. 1, p. 45-54, 2017.

GENOVEZ, Patrícia F.; CAZAROTTO, José Luiz. A cidade como texto: aproximações entre antropologia, urbanismo e semiótica do espaço. **Cidades, Comunidades e Territórios**, vol. 43, pp. 227-239, 2021.

GOMES, Renato Cordeiro. A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema. **Ipotesi**: revista de estudos literários, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 19-30.

GROS, Frederic. **A Philosophy of Walking**. Londres: Verso, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

IBRI, Ivo A. O fundo estético do pragmatismo de Peirce. **Peirce Centennial Congress**. Lowell, 2014.

INCÊNDIO em prédio residencial causa pânico em Águas Claras. **Metrópoles**, Brasília, 18 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/incendio-em-predio-residencial-causa-panico-em-aguas-claras>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

LEITE, Sílvia S. C. **Produção do espaço em Águas Claras/Brasília**: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LIMA, Bruno Ravazzi. **Lugares ocultos**: uma pesquisa em poéticas visuais. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

LISPECTOR, Clarice. Amor. In **Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera I**. Madrid: Cátedra, 1996.

LOTMAN, Iuri M. **Cultura y Explosion**: Lo previsible y lo imprevisible em los procesos de cambio social. Barcelona: Gedisa, 1999.

MACHADO, Irene. Diagrama como problema semiótico: a atividade do Grupo de Pesquisa Semiótica da Comunicação. **Semeiosis**: semiótica e transdisciplinaridade em revista, 2013. (Citada como MACHADO, I.)

MACHADO, Irene; BAREI, Silvia. Uma semiótica que se move entre perturbações e imprevisibilidade do tempo histórico. *Bakhtiniana*, vol. 14, n. 4, p. 6-17.

MACHADO, Livia C. S. **Semioses das imersões sci-nestésicas**: uma diagramática das obras de arte em espaços expositivos. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARQUES, Juliana Philipa Santos. **Compor espaço através do silêncio**: sobre a materialização do vazio para a poética do espaço. (Dissertação de mestrado). Porto: Repositório das Universidades Lusíada, 2019

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MORADOR faz disparo de arma-de-fogo contra o skate park em Águas Claras. **DF Águas Claras**, 17 de julho de 2017. Disponível em: <https://dfaguasclaras.com.br/morador-faz-disparo-de-arma-de-fogo-contr-o-skate-park-em-aguas-claras/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

MOULIER-BOUTANG, Yann. Cognitive Capitalism and Entrepreneurship: decline in industrial entrepreneurship and the rising of collective intelligence. **Conference on Capitalism and Entrepreneurship**, vol. 141, set. 28-29, 2007.

NAKAGAWA, Regiane M. O.; CARDOSO, Tarcísio de Sá. Epistemologia semiótica e a questão do observador em Peirce e Lotman. **Estudos Semióticos**. Vol. 16, n. 3. p. 112-132, 2020.

NAKAGAWA, Fábio S.; NAKAGAWA, Regiane M. O. O possível diálogo entre o estado de liquidez da cultura e a dinamicidade da semiosfera. Manaus: **Anais do 36º Congresso Brasileiro de Ciências das Comunicação**, 2013.

NÖTH, Winfried. Habits, Habit Change, and the Habit of Habit Change According to Peirce. In (org:) WEST, Donna E.; ANDERSON, Myrdene. **Consensus on Peirce's Concept of Habit**: Before and Beyond Consciousness. Cham (Suíça): Springer, 2016.

NOVAS escolas em Águas Claras vão atender demanda da região. **Agência Brasília**, Brasília, 22 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2024/05/22/novas-escolas-em-aguas-claras-vao-atender-demanda-da-regiao/#:~:text=Novas%20escolas%20em%20%C3%81guas%20Clar%C3%A3o%20atender%20demanda%20da%20regi%C3%A3o,-Est%C3%A3o%20sendo%20projetados&text=A%20iniciativa%20parte%20do%20plano,%C3%A0%20crescente%20demanda%20da%20regi%C3%A3o>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

OKANO, Michiko. **Ma – A estética do “entre”**. São Paulo: USP, 2014.

OLIVEIRA, Marta Eliza de. **O processo de estruturação urbana de Águas Claras – DF**: avaliação pós-ocupação. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

PARQUE central aguarda processo de tramitação para início de licitação. **DF Águas Claras**, Brasília, 14 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.dfaguasclaras.com.br/parque-central-aguarda-processo-de-tramitacao-para-inicio-de-licitacao/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

PAVIANI, Aldo. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora UnB, 2010.

PAVIANI, Aldo. (org.) **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora UnB, 1996.

PEREIRA, Lucas Brasil. **Modernidade, mixofobia e a configuração do espaço público: questões sobre civilidade em Águas Claras, Brasília – DF**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PEREIRA, Lucas Brasil; CRUZ, Luciana S. F. Da crítica à superquadra ao quarteirão murado: o caso de Águas Claras em Brasília. **Pós FAUUSP**, vol. 28, n. 52, p. 1-18, 2021.

PEIRCE, Charles S. **A Fixação da Crença**. Tradução de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior. *Popular Science Monthly*, vol. 12, p. 1-15.

PEIRCE, Charles S. **Collected Papers of Charles S. Peirce**, vols. 1-6, Hartshorne, C; Weiss, P. (Eds.); vols. 7-8, Burks, A.W. (Ed.), Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1931- 58. (Citado como CP, seguido do volume e da página).

PEIRCE, Charles S. **The New Elements of Mathematics**, vols. 1-4, Eisele, C. (Ed.), La Haya: Mouton, 1976. (Citado como NEM, seguido do volume e página).

PEIRCE, Charles S. **Writings of Charles S. Peirce**, vols. 1 to 6. Vol. 1, Max Fisch et al. (Eds.); vol. 2, Moore E.C. et al. (Eds.); vols. 3-5, Kloesel, C. et al. (Eds.); vol. 6, Peirce Edition Project (Eds.). Bloomington: Indiana University Press, 1980- 2000. (Citado como W, seguido do volume e da página).

PISTA de skate em Águas Claras pode ser demolida por causa de tráfico de drogas. **Globo**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5007296/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

PRAÇA do DI, em Taguatinga, está abandonada. **Metrópoles**, Brasília, 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.metropoles.com/pelas-cidades/taguatinga/praca-do-di-esta-abandonada>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

PRAÇAS do Distrito Federal são adotadas e revitalizadas por moradores. **Metrópoles**, Brasília, 11 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/pracas-do-distrito-federal-sao-adotadas-e-revitalizadas-por-moradores>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

PRÉDIO abandonado em Águas Claras pega fogo pela segunda vez nesta semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 de outubro de 2012. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2012/10/05/interna_cidadesdf,326267/predio-abandonado-em-aguas-claras-pega-fogo-pela-segunda-vez-nesta-semana.shtml. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

PRÉDIOS abandonados de Águas Claras colocam a população em risco. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/01/6795202-predios-abandonados-de-aguas-claras-colocam-a-populacao-em-risco.html>. Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

POPULAÇÃO debate impactos de imóveis vazios e subutilizados. **Agência Brasília**, Brasília, 23 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/04/23/rpopulacao-debate-impactos-de-imoveis-vazios-e-subutilizados-no-df/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

QUEM é quem. **Administração Regional de Águas Claras**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.aguasclaras.df.gov.br/category/sobre-a-ra/estrutura/>. Último acesso em: 30 de outubro de 2024.

- RANGEL, L. E. P.; BOTTON, M. PAPA, G.; YAMAMOTO, P. T.; ROGGIA, S. Uso de Neonicotinoides no Brasil - situação atual dos produtos registrados. Belo Horizonte: Anais do WORKSHOP RELAÇÃO PRODUTIVA ENTRE AGRICULTURA E APICULTURA, 1., 2014, SBDA, 2014.
- REIS, Alice Casanova. A experiência estética sob um olhar fenomenológico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 63, n. 1, p. 75-86, 2011.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- RUMBELSPERGER, Daniel S. Max Weber e Georg Simmel: duas perspectivas (cognitivas e políticas) sobre a modernidade. **Problemata: R. Intern. Fil.**, vol. 6, n. 2, p. 117-150, 2015.
- SALOMAN, Randi. "Here Again is the Usual Door": The Modernity of Virginia Woolf's Street Haunting. **Genre**, vol. 38, Primavera/Verão, 71-94, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **Estética**: de Platão a Peirce. São Paulo: Experimento, 1994.
- SANTAELLA, Lúcia. **Teoria Geral dos Signos** – como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008.
- SANTOS, Fátima Aparecida dos. Aspectualidade e cidade: um recorte da relação tempo e espaço como gênese. **Lexia: Revista di Semiotica**, vol. 1, p. 489-504, 2017. (Citada como SANTOS, F.).
- SANTOS, Fátima Aparecida dos; GARROSSINI, Daniela F. Diagramas da cidade: experimentações gráficas e análises semióticas. Belém: **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2019.
- SANTOS, Fátima Aparecida dos. Dimensões semióticas da cidade: urbanidade, representações diagramáticas e complexidade. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**, vol. 11, p. 4-16, 2020.
- SANTOS, Fátima Aparecida dos. Ruídos Cotidianos e Fragmentos de Pertencimentos na Paisagem Urbana. Rio de Janeiro: **Anais do 38º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2015.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SENNETT, Richard. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- SILVA, M. A. A especulação imobiliária descaracterizando uma ideia: o caso de Águas Claras, no DF. Porto Alegre: **Anais do IV ENANPARQ**, 2016.
- SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). **MANA**, vol. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.
- SOUZA, Luciana C. P.; DRIGO, Maria Ogécia. **Aulas de Semiótica Peirceana**. São Paulo: Annablume, 2013.
- VERCELLONE, Carlo. Conhecimento e relação capital/trabalho na dinâmica do capitalismo: a abordagem marxista da tese do capitalismo cognitivo. **Geo UERJ**, vol. 44, 2024.
- WOOLF, Virginia. **Flanando por Londres**. In O Sol e o Peixe: prosas poéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS. Memorial Descritivo do Bairro Águas Claras – MDE 220/90. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.